

**Unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – SP

Programa de Pós-Graduação em Educação

**JOSÉ VELOSO DOS SANTOS**



**NEGROS E NEGRA VESTEM A TOGA DA  
ESCOLA NORMAL DE SAO PAULO (1890 – 1930)**

MARÍLIA-SP  
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ VELOSO DOS SANTOS

NEGROS E NEGRA VESTEM A TOGA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO  
(1890 – 1930)

Tese de Doutorado apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação Unesp/Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor. Exemplar apresentado para exame de defesa.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery.

**MARÍLIA**  
**2021**

JOSÉ VELOSO DOS SANTOS

## **NEGROS E NEGRA VESTEM A TOGA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1890 – 1930)**

Tese de Doutorado apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação Unesp/Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.  
Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

**Presidente e Orientador:** Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências -  
Campus de Marília, Departamento de Administração e Supervisão Escolar.

**Membro Titular:** Profa. Dra. Maria Valéria Barbosa  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências -  
Campus de Marília, Departamento de Sociologia e Antropologia.

**Membro Titular:** Profa. Dra. Rosane Michelli de Castro  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências -  
Campus de Marília, Departamento de Sociologia e Antropologia.

**Membro Titular:** Profa. Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros  
Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação - Campus I. Centro de Educação da  
Universidade Federal da Paraíba.

**Membro Titular:** Profa. Dra. Lúcia Helena de Oliveira Silva  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de  
Assis, Departamento de História.

**MARÍLIA  
2021**

Santos, José Veloso dos.

S237n      Negros e negra vestem a toga da Escola Normal de São Paulo (1890-1930) / José Veloso dos Santos. – Marília, 2021. 159 p. ; 30 cm.

Orientador a: Ana Clara Bortoleto Nery.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2021.

Bibliografia: f. 147-157

1. Educação – História – São Paulo (SP) – 1890-1930. 2. Ensino normal. 3. Estudantes negros. 4. Negros - Educação. 5. Professores negros. I. Título.

CDD 370.109

Elaboração: André Sávio Craveiro Bueno  
CRB 8/8211

Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências



**DEDICO** ao vô Veloso e a vó Chica, meus avós paternos e também a minha matriz africana.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

À Associação Paulista Oeste da Igreja Adventista do Sétimo Dia, instituição que muito tem me apoiado.

Ao corpo de professores e funcionários do Colégio Adventista de São José do Rio Preto.

À Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília.

À minha orientadora, a Dra. Ana Clara Bortoleto Nery, sempre lhe serei grato.

Aos docentes do programa da Pós em Educação da UNESP-Marília.

À minha esposa, Valdinei, que tem se posicionado ao meu lado desde a nossa juventude.

À Camila e ao Toniko, pela fonte constante de inspiração, além do suporte técnico e tecnológico.

Aos meus pais e irmãos, eu os guardo sempre comigo.

Ao Google e ao Whatsapp que revolucionaram o mundo da pesquisa diminuindo distâncias, minimizando custos e otimizando a comunicação.

À Carol Castro, que se tornou um socorro bem presente na tribulação.

À Patrícia Golombek.

Ao professor Diógenes, do Centro de Referências em Educação Mario Covas.

À Sra. Selma, secretária da E. E. Prudente de Moraes.

À vice-diretora da E. E. Padre Anchieta.

Ao Sr. Jurandir, da E. E. São Paulo.

Aos curadores do Arquivo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

À Lilia, da Diocese de Lorena.

Ao Sr. Jair do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Ao Dilton, da Vila Economizadora.

À Irene, do Arquivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

À Tatiane, bibliotecária da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

À Marina, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

À banca da qualificação composta pelas professoras Valéria e Lúcia pelas contribuições, e a todos aos demais que, de alguma maneira, contribuíram para a concretização desse projeto.

E a Deus, que colocou esse e outros sonhos em meu coração.

*Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
“Por acaso sou negra?” – me disse  
SIM!  
“Que coisa é ser negra?”  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
. . . [...]  
Até que um dia que retrocedia, retrocedia, e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra! . . . [...]  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou . . . [...]  
NEGRA  
E como soa lindo!  
NEGRO  
E que ritmo tem! [...]  
Afinal compreendi  
AFINAL  
Já não retrocedo  
AFINAL  
E avanço segura . . . [...]  
E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor*

## RESUMO

DOS SANTOS, José Veloso. **NEGROS E NEGRA VESTEM A TOGA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1890 – 1930)**. 2021. 159f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília, Marília- SP, 2021.

A presente tese dedica-se à análise do processo de inserção do negro no ambiente escolar da Primeira República especificamente na Escola Normal de São Paulo no período de 1890 – 1930. Neste período vamos encontrar quatro agentes negros que, através de suas jornadas, elucidam a presença de negros na condição de alunos e docentes na instrução pública paulistana. As elites paulistanas elegeram, no final do século XIX, a imigração europeia como ferramenta elementar para São Paulo ter acesso à modernidade. Em consequência, o negro ficou a margem do projeto civilizatório na capital do café. No entanto, há um percentual do escol negro que faz o contraponto a esse estado de coisas exercendo militância não violenta, mas articulada por meio das franjas do discurso patriarcal e colonialista tendo como cúmplices alguns dos agentes da classe senhorial. Nesse pequeno grupo encontramos o Edmundo Malachias de Almeida Lisboa, Alfredo Machado Pedrosa, Benedicto Galvão e Virgínia Leone Bicudo. Os dados sobre estes agentes foram coletados através da revisão bibliográfica e pesquisa de campo em arquivos como o Centro de Referências em Educação Mario Covas, que proporcionou o acesso a alguns documentos inéditos. O suporte teórico revisado e utilizado foi alinhado à visão de mundo proposta pela História Cultural, produzido por pensadores como Michel Foucault (1979, 1987), Roger Chartier (1990), Michel de Certeau (1994), Pierre Bourdieu (2004) e Carlo Ginzburg (1989). À luz dos documentos e referências encontrados, discute-se, eugenia, patriarcalismo, feminismo, e como a subjetividade negra perpassa a militância negra de Virgínia. A inovação reside na diminuição do silêncio em torno deste tema, na apresentação de documento inédito e na contribuição social ao elucidar subjetividades negras inviabilizadas.

**Palavras- Chave:** História da educação; Negro, Militância; Instrução Pública Paulistana.

## ABSTRACT

DOS SANTOS, José Veloso. **Black Students Wear The Toga São Paulo Normal School (1890 - 1930)**. 2021. 159f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília, Marília- SP, 2021.

This thesis is dedicated to the analysis of the process of insertion of black students in the school environment of the First Republic, specifically in the Escola Normal de São Paulo in 1890-1930. In this period, we will find four black agents who, through their journeys, elucidate the presence of black people as students and teachers in public instruction in São Paulo. In the late nineteenth century, São Paulo's elites elected European immigration as an elementary tool for São Paulo to gain access to modernity. As a result, blacks were left on the sidelines of the civilization project in the coffee capital. However, there is a percentage of the black people that counteracts this state of affairs by exercising non-violent militancy, articulated through the fringes of the patriarchal and colonialist discourse, having as accomplices some of the agents of the aristocratic class. In this small group we find Edmundo Malachias de Almeida Lisboa, Alfredo Machado Pedrosa, Benedicto Galvão and Virgínia Leone Bicudo. Data on these agents were collected through literature review and field research in archives such as the Mario Covas Education Reference Center, which provided access to some unpublished documents. The theoretical support revised and used was aligned with the worldview proposed by Cultural History, produced by thinkers such as Michel Foucault (1979, 1987), Roger Chartier (1990), Michel de Certeau (1994), Pierre Bourdieu (2004) and Carlo Ginzburg (1989). In light of the documents and references found, we discuss eugenics, patriarchy, feminism, and how black subjectivity permeates Virginia's black militancy. The innovation resides in the reduction of silence around this theme, in the presentation of an unpublished document and in the social contribution by elucidating unfeasible black subjectivities.

**Keywords:** History of education; black, militancy; public instruction in São Paulo.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1-</b> Livro de Matrículas da Escola Normal de São Paulo no final do século XIX. ....	20
<b>Imagem 2-</b> Lei 3353 - 13 de maio de 1888.....	31
<b>Imagem 3-</b> Livro de poemas e trovas satíricas escrito por Luiz Gama em 1859, com o pseudônimo de ‘Getulino’. ....	35
<b>Imagem 4 -</b> Reprodução de fotografia de Luiz Gama. ....	36
<b>Imagem 5-</b> Uma das licenças que permitiu Luiz Gama exercer as atividades de advogado nos idos de 1880. ....	37
<b>Imagem 6-</b> Documento com o carimbo do escritório de Luiz Gama, com a data de 17/11/1881. Neste mesmo ano nasce o Benetido Galvão (primeiro e único presidente negro da OAB). ....	39
<b>Imagem 7-</b> Certidão de batismo de Alfredo Machado Pedrosa. ....	55
<b>Imagem 8-</b> Livro de Matrículas da Escola Normal de 1894.....	58
<b>Imagem 9-</b> Livro de Classificação por Merecimento da Escola Normal, 1896.....	63
<b>Imagem 10-</b> Certificado de Habilitação para o magistério primário. ....	70
<b>Imagem 11-</b> Alfredo Machado Pedrosa está posicionado na extremidade direita da fotografia. Registro feito em 1896, quando Alfredo era estudante normalista.....	71
<b>Imagem 12-</b> Documento de conclusão do curso de bacharel em Direito. ....	72
<b>Imagem 13-</b> Jornal A Cidade de Itu, 10/09/1893, p.2. O nome de Benedito Galvão é citado em destaque.....	78
<b>Imagem 14-</b> Jornal A Cidade de Itu, 03/12/1893, p.1. O nome de Benedicto Galvão é citado como aluno, classificado com “distinção com louvor”.....	80
<b>Imagem 15-</b> Jornal A Cidade de Itu, 15/12/1895, p.1. Relato do discurso de Benedicto Galvão que, quando ainda era menino, pede para continuar seus estudos. ....	81
<b>Imagem 16-</b> Jornal A Cidade de Itu, 15/12/1895, p.2. Relato do discurso de Benedicto Galvão que, quando ainda menino, pede para continuar seus estudos. ....	82
<b>Imagem 17-</b> Jornal A Cidade de Itu, 25/06/1896, p.2. Notícia que relata que Benedicto Galvão irá continuar estudando. ....	84
<b>Imagem 18-</b> Diploma de Complementarista de Benedicto Galvão, em 1899. ....	86
<b>Imagem 19-</b> Verso do Diploma de Complementarista de Benedicto Galvão.....	87
<b>Imagem 20-</b> Livro de Diploma da Escola Normal onde encontramos o registro do Diploma de Benedicto Galvão.....	88
<b>Imagem 21-</b> Requisição do Theophilo solicitando ao diretor do Ginásio da Capital efetuar a sua matrícula para o 6o ano, no documento aparece os nomes dos progenitores do Theophilo, e o seu endereço na Vila Economizadora. ....	99

<b>Imagem 22-</b> Processo de casamento no religioso de Theophilo Bicudo com Joana Leone, efetuado na Paróquia de Santa Efigênia. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo. ....	101
<b>Imagem 23-</b> Panfleto de divulgação da Vila Economizadora. Fonte: Arquivo Histórico Municipal.....	103
<b>Imagem 24-</b> Panfleto de divulgação da Vila Economizadora apresentando visão panorâmica do empreendimento.....	107
<b>Imagem 25-</b> Certidão de nascimento de Virginia Leone Bicudo. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.....	108
<b>Imagem 26-</b> Foto da família de Virgínia. ....	109
<b>Imagem 27-</b> Certificado de exame de admissão do Theophilo para o 1º ano no Ginásio da Capital do Estado. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo. ....	110
<b>Imagem 28-</b> Carteira de matrícula no curso preliminar Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. ....	111
<b>Imagem 29-</b> Documento onde Theophilo pleiteia a dispensa da taxa da matrícula para ele e o filho Francisco, na época ele no sexto e o filho no quinto ano do Ginásio, no ano de 1925. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo. ....	113
<b>Imagem 30-</b> Escola Complementar do Brás, anexa à Escola Normal do Brás.....	115
<b>Imagem 31-</b> Página do Diário Oficial do Estado de São Paulo, dia 20 de dezembro de 1921. A lista com os nomes das alunas aprovadas para ingressar no primeiro ano da Escola Complementar do Braz, com os nomes da Virgínia Bicudo e da Botyra Camorim em evidência. ....	119
<b>Imagem 32-</b> No Boletim o termo Preliminar é rasurado e se acrescenta a palavra Médio. ....	120
<b>Imagem 33-</b> Caderno de Matrículas da Escola Complementar do Braz, onde se encontra o registro da reprovação da Virgínia em 1924. ....	124
<b>Imagem 34-</b> Caderno de Matrículas da Escola Complementar do Braz, com a média anual da Virgínia no ano de 1925. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo. ....	125
<b>Imagem 35-</b> Classe masculina da Escola Caetano de Campos em 1905. O foco na imagem está no segundo aluno, sentado na primeira fila, da esquerda para a direita. O estudante deliberadamente protege a boca com as mãos.....	127
<b>Imagem 36 -</b> A Escola Normal da Capital.....	128
<b>Imagem 37-</b> Anotações sobre a transferência da Virginia da Escola Normal do Braz para a Escola Normal da Praça e a data de ingresso da mesma na respectiva escola. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.....	129
<b>Imagem 38-</b> Virginia em 1929.....	131
<b>Imagem 39-</b> A quebra da bolsa de valores em Nova York e a queima do café no Brasil da era Vargas. ....	133
<b>Imagem 40-</b> Donald Pierson, professor e orientador da Virgínia Bicudo na sua dissertação de mestrado pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. ....	134
<b>Imagem 41-</b> Virgínia Leone Bicudo enquanto mestranda da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo no início dos anos 40, do século XX. ....	135
<b>Imagem 42-</b> Livro de Diploma da Escola Normal da Capital. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo. ....	138

<b>Imagem 43-</b> Livro de Diploma da Escola Normal da Capital. A fotografia mostra de perto a data em que Virginia assina o Livro de Diplomas. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo. ....	139
<b>Imagem 44-</b> Virgínia Leone Bicudo como formanda da Escola Normal da Praça -1930. ....	140
<b>Imagem 45-</b> José Veloso dos Santos com três de seus quatro irmãos, durante a primeira infância. ....	142
<b>Imagem 46-</b> Revista de Ensino, documento que apresenta Benedito Galvão como membro do Conselho Fiscal da Revista. ....	144
<b>Imagem 47-</b> Documento de conclusão do curso de direito, assinado por Benedito Galvão em 1907. ....	145
<b>Imagem 48-</b> À esquerda, Virgínia Leone Bicudo na década de 1950, já tendo defendido a dissertação e trabalhando, provavelmente, em uma pesquisa da UNESCO. À direita, Virgínia Leone Bicudo na década de 1980. ....	146

## LISTA DE TABELA

**Tabela 1-** Percorso escolar da Virgínia Bicudo. .... ]116

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>1. A ESCOLARIZAÇÃO COMO CAPITAL CULTURAL</b>	29
1.1 A Segunda Abolição: Contexto de Constituição dos Agentes Negros	30
1.2 Estratégias e Táticas	40
1.3 O Campo de Bourdieu	41
1.4 Análise Histórica	42
1.5 Paradigma Indiciário e a valorização micro histórica	43
<b>2. NEGROS VESTEM A TOGA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO</b>	46
2.1 A Eugenia chega à Escola Normal de São Paulo no final do Império e início da República.	46
2.2 Edmundo Malachias de Almeida Lisboa	52
2.3 Alfredo Machado Pedrosa	54
2.4 Um breve histórico da eugenia	63
2.4 Benedito Galvão	72
2.5 A importância do núcleo familiar para o ingresso na escola paulistana da Primeira República.	89
<b>3. NEGRA VESTE A TOGA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO</b>	<b>95</b>
3.2 “Me gritaram negra”	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	141
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</b>	149

Os primeiros chefes da nação brasileira na República, os que ficaram com a responsabilidade do abandono dado ao negro, nunca se preocuparam com isso. Eles podiam ter amparado pelo menos a última geração saída da escravidão (LEITE, CUTI, 1992.p.21).

## INTRODUÇÃO

O excerto que abre o trabalho mostra o ponto de vista do memorialista José Correia Leite<sup>1</sup>, com relação a condição do negro no início da Primeira República. Leite era afrodescendente, exerceu a atividade de jornalista e militou por meio da imprensa negra paulistana, estando a frente de um dos principais instrumentos de resistência desse grupo étnico: o jornal *O Clarim da Alvorada*<sup>2</sup>. O periódico esteve ativo entre os anos de 1924 a 1927 e de 1928 a 1933, tendo ainda uma última edição em 1940.

O tema da militância<sup>3</sup> negra me capturou durante o desenvolvimento da investigação histórica da pesquisa de Mestrado na Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília-SP (2009-2011) – com o título, *As contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890-1912)*. O contexto educacional paulistano da época, por meio das suas lideranças, elegeu a Escola Americana de São Paulo<sup>4</sup> a se tornar, naquele momento, a instituição que iria inspirar as reformas e, conseqüentemente, atuar como paradigma para todo o complexo educacional do Estado de São Paulo, com o intuito de que a instrução pública paulista viesse a arquitetar a modernidade.

No entanto, esse período pesquisado na conjuntura paulistana nos reportou à leituras que tratavam da lavoura do café e as suas conseqüências em âmbito político, econômico e social, tratando ainda do movimento abolicionista, proclamação da República e do cotidiano dos libertos no período imediato a instituição da sociedade de classes na cidade de São Paulo, onde o negro ficou, de maneira geral, quase que

---

<sup>1</sup> Nascido em 1900, José Correia Leite é oriundo de uma família paupérrima descendente direto de cativos que sentiram na pele o desamparo do período imediato a abolição.

<sup>2</sup> Este periódico foi estudado por Carvalho (2009); Ferreira (2005); Domingues (2005); entre outros que tem como objeto de análise a imprensa negra paulista da primeira república.

<sup>3</sup> O termo militância passou a ser utilizado ainda na idade média, primeiramente no contexto teológico. O militante é aquele que defende ativamente uma causa, (Souza, 1999), seja ela engajada ou molecular (GUATARRI, 1985)

<sup>4</sup> Época que era conduzida por educadores protestantes que se encontravam no Brasil por conseqüência do movimento que ficou conhecido nos Estados Unidos da América, no século XIX, como o Destino Manifesto, que tinha como objetivo o civilizar todas as nações da Terra. (Livro de Antônio Gouvêa Mendonça (2008) - O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil).

completamente desprovido de capital político, simbólico, econômico e social. Me sensibilizou o fato histórico de o negro ficar por sua própria conta e risco no cenário da recém implantada sociedade de classes da Primeira República na cidade de São Paulo. Segundo Gonzalez “[...], é o negro da cidade que, mais exposto às pressões do sistema dominante, aprofunda a sua consciência racial”.(GONZALEZ,2019, p.23 )

Embora eu mesmo sendo natural do Estado da Bahia, afrodescendente, bisneto de escravizados, filho de casamento interracial com pai negro e mãe branca, esposo de mulher branca e próximo dos 60 anos de idade, até então não tinha me dado conta da minha identidade étnica e da realidade vivenciada pelos meus ancestrais. Das vezes em que fui preterido no ambiente escolar, de trabalho, lazer, repartição pública ou privada a minha interpretação recorrentemente era de que eu estava vivenciando o preconceito de classe social e não o de cor. Entretanto, segundo Gonzalez (apud BARRETO, 2019) não se nasce negro, se aprende a ser; é um processo que leva a vida toda, e durante a realização dessa tese comecei a me apropriar da minha identidade enquanto homem negro. Não recuso a existência do preconceito de classe na minha vivência cidadina, mas sim aceito que também sou afetado pelo preconceito de cor. Este é um preconceito que me acompanha desde criança, com o ar de surpresa por parte das minhas professoras do ensino fundamental quando a minha mãe, uma mulher branca, comparecia à reunião de pais. O mesmo acontece quando estou acompanhado de minha esposa, ou quando sou apresentado no ambiente de trabalho, igreja ou reuniões sociais. Surpresa. Questionamento. Preconceito.

Atuo no momento como gestor escolar numa escola confessional de matriz protestante na cidade de São José do Rio Preto, no interior do estado de São Paulo, e meu lugar de fala de homem negro me deixa a vontade para abrir essa discussão focada em alguns dos agentes negros e a instrução escolar na cidade de São Paulo na República Velha.

Neste contexto, e enquanto realizava alguns mergulhos de aprofundamento nessa literatura focada na Primeira República, simultaneamente participava das reuniões do GEPAEFE<sup>5</sup>, um dos temas recorrentes era a Escola Normal de São Paulo que, por sinal, já fazia parte do meu universo de pesquisa.

---

<sup>5</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação e Formação de Educadores na UNESP-Marília - São Paulo.

Entretanto, até então, o perímetro até ali percorrido eu não havia detectado a presença do agente negro interagindo na paisagem da Escola Normal de São Paulo. Foi nesse intercurso que me ocorreu a possibilidade de analisar o deslocamento do agente negro<sup>6</sup>, oprimido, em meio às suas lutas e representações no processo para alcançar a condição de estudante na escola pública paulistana, em especial o seu ingresso na Escola Normal de São Paulo, tendo como intuito maior o vestir a toga da Escola Normal de São Paulo.

Penso como sendo um ato de subversão ao jogo da verdade imposto aos não brancos, a atitude do agente negro ao buscar de maneira intrépida, ocupar um lugar na escola que havia sido elaborada para atender as elites paulistanas no período pós abolição (CARVALHO, 1989).

Aqui se percebe de maneira perspicaz o exercício da militância que o egresso da senzala exerce em uma atitude crítica em sua rotina cidadina imersa no meio branco de uma São Paulo contextualizada no ambiente da Primeira República. O agente negro se deu conta que o progresso se materializa de maneira escrita e, assim, no pleno encanto da sua subjetividade, procurou demarcar para si um lugar no não lugar. (CERTEAU, 1994, 2006)

Ao adentrar-me nessa realidade minha curiosidade foi aguçada. Fui capturado pelo constante movimento de busca (FREIRE, 1987), por parte desse agente e, naquele momento, eu me vi compelido a eleger como objetivo da tese o analisar como se deu a inserção do negro no ambiente escolar da Primeira República na capital paulista, em particular, na Escola Normal de São Paulo, com a intenção deliberada de diminuir o silêncio e a invisibilidade em torno da presença desse agente que galga a condição de aluno e docente na instrução pública paulistana e ainda resgatar o seu protagonismo enquanto construtor do seu próprio cabedal educacional.

Para tanto me proponho a realizar a análise das trajetórias de normalistas negros que foram encontrados no período de 1890-1930. Os ex-normalistas são: Edmundo Malachias de Almeida Lisboa, Alfredo Machado Pedrosa, Benedito Galvão e Virgínia Leone Bicudo. A relevância dessa pesquisa se encontra no quesito de que a história do negro, em específico o togado na cidade de São Paulo no período imediato a abolição da escravização, é um capítulo que precisa ser reescrito com mais profundidade. O ato de

---

<sup>6</sup> Utilizarei o termo ‘agente negro’ para me referir ao negro que tinha como objetivo vestir a toga da Escola Normal de São Paulo

direcionar e aproximar a lente de observação para a condição a qual se encontrou esse grupo étnico no período da Primeira República na Paulicéia é um fato irrefragável.

Se faz necessário também a efetuação de um trabalho arqueológico contínuo, revisando documentos já conhecidos e buscando novos. A pesquisa se justifica ainda por ter poucos esclarecimentos a respeito do vivido por esses agentes que compunham a pequeníssima comunidade de negros togados da Paulicéia da Primeira República, que por meio das suas práticas e representações, num cenário predominantemente dominado e coordenado por brancos, conseguem galgar funções de dirigentes. Os mesmos, por meio de táticas para a ordem estabelecida, ocupam um não lugar - consequência do respaldo a eles conferido pelo capital simbólico e institucional adquirido e legitimado na escola republicana na cidade de São Paulo na Primeira República.

Com a intenção de averiguar a condição do negro e sua relação com a instrução pública paulistana na Primeira República, resolvi reduzir a escala de observação para poder adentrar na película que recobria a frágil sociedade de classes que estava sendo lançada na capital do café. Os processos metodológicos que foram adotados para a realização dessa pesquisa contemplam três pontos centrais:

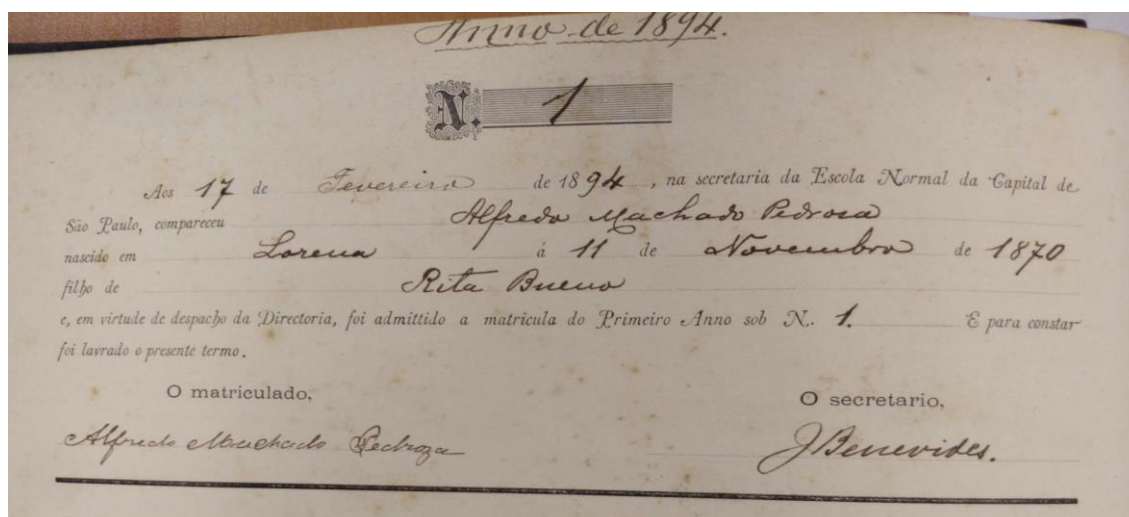
O primeiro é a revisão bibliográfica, feita por meio de trabalhos já produzidos e que pontuam as relações dos negros com a instrução pública paulistana no período da Primeira República; O segundo é a pesquisa de campo, oportunidade que tive em visitar arquivos como o Centro de Referências em Educação Mario Covas, onde pude ter acesso a documentos que foram produzidos pela Escola Normal da Praça, além de arquivos da Escola Normal do Brás, Ginásio da Capital, Arquivo da Cúria da cidade de São Paulo, Arquivo da Diocese da cidade de Lorena, Cartório de Registro Civil de Santa Efigênia, Faculdade de Direito do Largo São Francisco e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; E, em terceiro lugar, o suporte teórico revisado e utilizado foi alinhado à visão de mundo proposta pela História Cultural, produzido por pensadores como Michel Foucault (1982, 1983), Roger Chartier (1990), Michael de Certeau (1994), Pierre Bourdieu (2004) e Carlo Ginzburg (1989).

Em um primeiro momento, mergulhamos na literatura voltada para a condição do negro no pós-abolição na cidade de São Paulo, mas encontramos um padrão comportamental entre a massa da população negra que não correspondia às expectativas da tese. Assim, se tornou perceptível, nessa imersão bibliográfica, que a miséria estava insistentemente instalada no meio negro e que, ao fim e ao cabo, esse grupo étnico estava sendo solapado pela ideologia das elites que apregoava com autoridade o determinismo

biológico, o qual ratificava a inferioridade racial do não-branco, e em especial o negro. A inferioridade racial promulgada pela classe dominante, sofismo esse que ficou sedimentado no contexto cultural paulistano desde os seus primórdios, preconizava a incapacidade cognitiva do negro para cuidar de si próprio e, ainda, a impossibilidade de assumir posições de liderança na sociedade de classes, que naquele momento estava sendo instalada na capital da avassaladora lavoura da rubiácea e se tornou objeto de consumo do próprio negro.

No entanto, apesar da universalização da ideologia da inferioridade étnica e da fabricação do conceito de raça, haviam vestígios da presença de uma máquina de guerra (DELEUZE, GUATARI,1995) que possibilitou a alguns negros driblar o avejão que apregoava a falácia da inferioridade da progênie negra e, assim, marcar presença na instrução pública paulistana, deixando pistas em alguns documentos como: livro de matrículas, livro de diplomas e outros de perfil iconográfico. No entanto, esses agentes negros permaneciam invisibilizados, pois não foi possível identificar os nomes e filiação dos mesmos. Diante do exposto e de todo contexto apresentado até aqui, surgiram os seguintes questionamentos: Qual a diferença entre esses poucos negros dos demais? Por que poucos deles conseguem deixar seus nomes registrados nos livros de algumas das escolas da instrução pública paulistana - conforme vemos na imagem abaixo - e a média da população negra não?

**Imagem 1-** Livro de Matrículas da Escola Normal de São Paulo no final do século XIX.



**Fonte:** Centro de Referência em Educação Mario Covas.

Para iniciarmos essa busca, nos apropriamos de uma informação valiosa disponibilizada pelo sociólogo Florestan Fernandes (1978), que nos trouxe a voz desse

grupo étnico por meio do jornalista negro José Correia Leite, o qual divide a massa populacional de negros libertos que chegaram à cidade de São Paulo no pós-abolição em dois grupos: o de negros da casa-grande e de negros do eito: “Os primeiros teriam aproveitado ‘muita coisa’ em contato com o branco. Os homens e as mulheres receberam uma educação melhor e ficaram com ideais de vida mais altos. [...]” (FERNANDES, 1978, p.52-53).

Ao levarmos em conta esse ponto de vista de Correia Leite, que nos apresenta um grupo negros com ponto de vista diferenciado, pensamento esse endossado por Fernandes (1978), percebemos que aí havia uma valiosa possibilidade de encontrarmos a lacuna que provavelmente foi o divisor de águas na comunidade negra paulistana do pós-abolição no período da Primeira República e um excelente ponto de partida para a realização da nossa análise.

Com o objetivo de reunir uma boa “safra” de informações, resolvemos nos afastar da ampla massa de negros e ajustarmos as nossas lentes de observação no subgrupo que buscava ter acesso e permanência na instrução pública paulistana na Primeira República.

Elegemos como fundamentação teórica, para nos auxiliar na construção da tese, um conjugado de elementos teórico-metodológicos disponibilizados pela história cultural, conjuminado esse que ficou mesclado da seguinte maneira:

- Abarcamos o conceito de paradigma indiciário de Ginzburg (1989);
- A redução de escala de Levi (1992);
- O arquétipo de representação proposto por Roger Chartier (1990);
- As considerações sobre tática e estratégia segundo o ponto de vista de Certeau (2006),
- E o conceito de campo de Bourdieu (2004).

No procedimento alvitrado por Carlo Ginzburg (1989), o historiador assume a postura de um caçador, um detetive que revira os detalhes e mantém o seu foco nas minúcias. Nada, absolutamente nada, lhe é irrelevante; valoriza as pistas, os mais leves indícios, os dados ínfimos que foram ficando à margem pelos agentes, autores e produtores das fontes documentais.

Procuramos adotar essa postura desde os primeiros passos dados para a construção do presente trabalho e temos dele utilizado desde a busca pelo fragmento social, o mapeamento do material bibliográfico e onde encontrá-lo, ou mesmo na maneira de realizar a leitura dos trabalhos já produzidos. A metodologia também se apresenta no que diz respeito à análise documental e, ainda, na saída a campo em busca de documentos,

monumentos (residência, escola, objetos) ou agentes negros. Outro procedimento adotado é o proposto pelo historiador Levi, em que a redução de escala “é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado” (LEVI, 1992.p.137).

Para o historiador italiano, a escala tem a sua própria existência na realidade e, para detectar essa existência, basta ao historiador selecionar um ponto específico da realidade a qual aspira analisar. Esse procedimento tem em seu bojo o desígnio de encontrar o ponto de emergência de um fato histórico de maior abrangência social e quando se inicia os procedimentos de análise no contexto político, econômico e social, o que se detecta é uma escala que operacionaliza com base na realidade.

Levi (1992) revela que o interesse de se trabalhar com esse instrumento metodológico é a pretensão de revelar fatores ainda não observados. O que se ressalta é que mesmo em casos em que os acontecimentos foram exaustivamente analisados, quando observados via a redução de escala, os significados que se colhem são diametralmente inovadores, que é o que permite ao pesquisador que atua com escala reduzida contribuir de maneira mais assertiva e, conseqüentemente, ampliar as informações sobre determinado fato histórico analisado em escala macro (LEVI, 1992). Ainda se tratando da redução de escala, Vainfas (2002) comenta que, segundo o ponto de vista de Revel, para o historiador operacionalizar essa ferramenta vai precisar rever alguns pontos como, por exemplo, os pressupostos da análise sócio-histórica, onde a prioridade da análise, nesse caso, deixa de ser o caráter da sociedade na qual se dá o enredo, a comunidade, o agente em estudo, ou seja, a precedência da análise com redução de escala passa a ser a teia social. Portanto, a base de sustentação onde os agentes se deslocam e exercem os seus papéis sociais e individuais.

Isso significa que alimentamos a franca pretensão de locupletar a tese com porções, ainda que sucintas, de uma provável subjetividade existida e vivenciada por cada um dos agentes que constituem o fragmento social que está em análise no corpo desta tese. Existe a perspectiva de se construir a possibilidade de uma escrita de si, mas que venha a se tornar também uma escrita sócio racial, nos concedendo em alguns momentos possíveis lampejos da realidade vivenciada por afrodescendentes no campo educacional paulistano na Primeira República. O que importa aqui não é apenas identificar os fatos ocorridos, mas também os espaços dos possíveis, como o identificar em alguns momentos as dúvidas e temores dos agentes negros centrais da trama.

Incluimos ainda na análise histórica a proposta de representação segundo a ótica de Chartier (1990), pois entendemos que contribui na apreensão das imagens e significados que os historiógrafos construíram ao longo dos anos a respeito dos agentes negros na cidade de São Paulo no período da Primeira República. No entanto, para além disso, incluimos as representações que esse grupo construiu a respeito de si próprio. Adotamos ainda a ótica de Certeau (1994), com respeito a sua definição de estratégias e táticas, como componentes que aconchega o suporte teórico metodológico de análise deste trabalho de pesquisa. Segundo o autor, estratégia é tudo aquilo que compõe o mecanismo que determina o que deve ser feito, quando, como e por quem, e que fica à disposição de quem exerce a força de mando. Assim, a estratégia parte de alguém que ocupa um lugar de poder. Já a tática é construída por aqueles que procuram subverter a ordem dada e impõem novas formas/regras/dispositivos.

O ponto de vista de Bourdieu (2004), com relação a teoria do campo, também foi acolhido como instrumento metodológico. Com esse recorte em mente, elegemos o agente negro como o nosso “fio de Ariadne” para a elucidação da tese, ou seja, para compreender como se deu a metamorfose social experimentada pelo negro que se desloca na condição de aluno da Escola Normal de São Paulo no pós-abolição da Primeira República. Ao se desenrolarem os fatos, vamos percebendo os fios que tecem a teia social no universo da cidade de São Paulo, e no que se refere aos domiciliares negros, esses estão divididos em apenas dois grupos: um grupo com qualificativos e a grande massa.

A respeito desse grupo diferenciado de negros, “mais tarde, esse pequeno número irá desempenhar um papel histórico considerável, como foco de inconformismo e de agitação contra a situação do negro na sociedade paulistana” (FERNANDES, 1978, p.54). Os agentes negros interagem com os senhores da situação, não renunciavam à própria subjetividade, mas, também, não se amoldavam por completo com os brancos, pois conheciam “[...] o ‘jogo dos brancos’ e não se identificam com eles senão para libertar-se do seu jugo e atingir mais depressa os seus fins” (FERNANDES, 1978, p.59).

Em 1964, o sociólogo Florestan Fernandes faz menção a essa dicotomia social entre os negros, em razão da visão de mundo peculiar vivenciada pelos agentes negros o que levou estudiosos do assunto – como o historiador baiano Thales de Azevedo – a nomeá-la como ‘elite de cor’ no seu trabalho editado em 1955 com o título: *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. Ainda em 2001, Domingues (2001) volta a tratar do assunto dessa camada. Mas qual a especificidade dessa grei? Esse grupo, entre outras aquisições, havia adquirido o

domínio sobre as competências da leitura e da escrita e também desenvolvido habilidades de fino trato com os convivas dos antigos senhores, além de assimilar os hábitos de vestimenta da elite branca e ainda a religião cristã, de preferência a denominação católica, além de evitar o vício do álcool e adquirir relacionamento estável no contexto familiar e em âmbito profissional.

Entre as instituições organizadas por essa camada social, vamos encontrar a imprensa negra que produziu vários jornais no intuito de conscientizar os libertos e seus descendentes do seu lugar de fala na nova configuração da sociedade burguesa legitimada por classes sociais e, também, associações beneficentes, recreativas e culturais na busca de visibilidade e reconhecimento. Lembrando que, para Ribeiro, o lugar de fala é sempre “[...] um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle” (RIBEIRO, 2017, p.28). Nos jornais da imprensa negra o quesito educação era constantemente enfatizado como a solução para integrar o negro na sociedade de classes com direito à justiça social e igualdade racial.

Diante desse cenário, possivelmente, esses negros com pretensão de acesso a um lugar em terra alheia tinham planos para encaminhar alguns dos seus jovens talentos para esse laboratório educacional com a missão de concorrer por um lugar na instrução pública paulistana e, como consequência, lograr a possibilidade de inseri-los no contexto político, econômico e social da Primeira República na capital bandeirante. E o sucesso dessa missão dependeria, em parte, da militância sutil desse agente, o qual iria entrar em terra alheia, no caso a escola, para caçar e colher por conta própria (CERTEAU, 1994). Isso, todavia, de maneira arguta, sem despertar a indisposição daqueles que se viam como donos do lugar.

Os trabalhos que serão elencados a seguir, de maneira sucinta, trouxeram contribuições e possibilidades para construir o corpo da tese de maneira fecunda, ao revisitar o período inicial do pós-abolição 1890 a 1930, sítio histórico que provavelmente ainda oculta muitas das relíquias que poderão preencher algumas das várias lacunas históricas do campo educacional paulistano que ainda estão escondidas nos escombros do tempo.

Fernandes, em *Integração do negro na sociedade de classes*, volume 1<sup>7</sup> (1978). Esse texto foi de grande importância na composição da tese, pois ele se esforça em

---

<sup>7</sup> Trabalho foi concluído em 1964 em forma de tese para ser defendida na USP e tem como recorte político e geográfico a cidade de São Paulo. O volume 1 analisa a condição do negro no período imediato a abolição que vai de 1890 a 1930.

desanuviar de maneira singular a neblina de poeira que pairava sobre os negros ilustrados da cidade de São Paulo no primeiro momento pós abolição.

A pesquisadora Carvalho (1989) em seu texto *A escola, a República e outros ensaios*, questiona quem é o cidadão que a Primeira República entende como tendo o dever e o interesse de civilizar e, esse questionamento, trouxe para a tese qual o ideal de cidadão pretendido pelas elites paulistas. A professora Hilsdorf (2003) em seu trabalho *História da educação brasileira: leituras*, pergunta pelos negros, que viviam na condição de discriminados nas escolas públicas e, simultaneamente, não se viam como herdeiros legítimos dessa concessão republicana, lamentando os insucessos na construção de um sistema escolar da Primeira República, nos provocando a pensar que ficou uma sensível lacuna no meio negro.

Silva (1990)<sup>8</sup>, com a sua dissertação *Os suburbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo 1900-1930 cotidiano, lazer e cidadania*, mostra a elite negra ingressa na capital do café com o típico perfil do individualismo burguês da modernidade, demonstrando lucidez em quesitos básicos como identidade, autoconsciência e liberdade – o que trouxe generosa contribuição para a construção da tese.

Leite, em parceria com Cuti (1992), na obra *E disse o velho militante José Correia Leite*, nos brinda com a sua experiência empírica toda ela formatada entre os becos e vielas do submundo afro que se conduzia sorratamente na Paulicéia da Primeira República, o que trouxe vivacidade ao enredo da tese. A professora Souza (1998), em *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, registra a quase ausência das crianças negras na instrução pública paulista, o que me provocou a querer saber o porquê dessa impressão da autora.

Neste aspecto, Barros (2005) descreve a sociedade paulistana do início do século XX e relata que esta não inibia, por meios jurídicos, a presença do afrodescendente na escola republicana, no entanto, tal estrutura havia desenvolvido um esmerado aparelho de obstrução para que os mesmos não tivessem acesso a esse produto cultural. Mediante o exposto, é possível evoluirmos o pensar para a possibilidade de que, nesse aparelho sociocultural inibidor, estivesse inclusa a invisibilidade negra mesmo com sua evidente presença. Assim, a militância dos negros que estavam em busca de um lugar na escola é invisibilizada, pois, mesmo estando presentes é como se não estivessem, detalhe esse que

---

<sup>8</sup> Dissertação realizada na UNICAMP, com o título de: *Os suburbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo 1900- 1930 cotidiano, lazer e cidadania*.

levou a tese a valorizar a atitude de coragem dos militantes que se encontravam na linha de frente, ocupando as carteiras escolares na Primeira República (BARROS, 2005).

O historiador Domingues, (2001), na dissertação: *Uma história não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*, mostra a representação dessa fatia no contexto paulistano como comunidade minoritária composta por negros ilustrados. Entretanto, desarticulada da grande massa dos oriundos da senzala, detalhe que contribuiu para esclarecer o tipo de militância vivenciado pela elite negra, que era a militância singular. Müller (2008), em *Educadores & alunos negros na Primeira República*, problematiza a construção da imagem da elite negra por meio de documentos iconográficos, minutando a presença de professores e alunos negros na instrução pública do Estado do Rio de Janeiro no período da Primeira República, propondo que o construir a história do negro ilustrado é construir a história do excluído da história, o que foi uma abençoada contribuição para a constituição da trama textual.

Gomes (2013), em *Os Segredos de Virginia: Estudos de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*, constrói a representação de uma demanda negra que tem consciência do sobrenome no contexto caótico e multirracial na sociedade de classes num período de intensa imigração, na cidade de São Paulo, minúcia que brindou a tese com o tom de pertencimento familiar. Golombek (2016, p.248), com o seu livro *Caetano de Campos; a escola que mudou o Brasil*, traz a proposta de que os afrodescendentes foram aceitos nas escolas provavelmente porque “[...] houve alguém que os levou e alguém que os aceitou [...]”. Essa sentença atuou como divisora de águas, trazendo para a tese o alvitre de que agentes externos e internos ao campo educacional compuseram a máquina de guerra que possibilitou as condições para que a militância negra fosse uma realidade na instrução pública paulistana na pós abolição, fenômeno semelhante foi percebido por Barros (2017) no contexto da Província da Paraíba do século XIX ao analisar a trajetória de agentes afrodescendentes no contexto patriarcal colonialista.

Rodrigues (2019), na dissertação *O infiltrado: Benedito Galvão – a trajetória escolar e profissional de um aluno negro (1881-1943)*, cria a imagem de agentes negros que se vêem como artífice da sua trajetória e destino, protagonizando e interagindo em um cenário conduzido pela ideologia ariana no final do século XIX e início do século XX, olhar que veio a adicionar a tese a possibilidade de um devir negro. Concluindo, selecionei dois textos da literatura brasileira adotando a sugestão proposta por Chartier em seu texto: *Literatura e História*, de 5 de novembro de 1999, onde ele defende a possibilidade de se criar um diálogo entre a literatura e a história, sendo o primeiro:

*Ponciá Vicêncio* (2007), de Conceição Evaristo e o segundo: *O Brás, Bechiga e Barra funda* (2014), de Antônio de Alcântara Machado. O alvitre ensejado é que esses dois textos de alguma forma venham lançar possíveis lampejos de luz sobre os cenários e os agentes aqui analisados no contexto da Primeira República.

Com esses recortes de um período rico em aspectos sociais, políticos, educacionais e econômicos densamente drenados com o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico (NAGLE, 2001), essa tese vem contribuir com o tema que é de sublime importância para a compreensão das conquistas do negro para o exercício da sua cidadania em uma sociedade de classes. Além disso, resgatar a presença do negro enquanto protagonista na instrução pública paulistana no período pós-abolição no contexto da Primeira República, período de intensa opressão social para esse grupo étnico, passa a ser o foco desta pesquisa.

Outro desígnio é contribuir com o universo da História da Educação Brasileira ao propor que havia na comunidade negra, alguns poucos que no período da Primeira República, momento esse imediato a abolição da escravização, buscavam insistentemente por oportunidades que viessem a lhes possibilitar o vestir a toga da Escola Normal de São Paulo. Para essa fatia da comunidade, a escola seria uma das instituições em condições de realizar o fenômeno alquímico sociológico diante das elites paulistanas, ou seja, retirar o afrodescendente da condição discriminatória e transformá-lo em um cidadão axiologicamente pleno, civilizando-o e o certificando por meio da toga do título e da possibilidade de ascensão social.

Desse modo, procuramos considerar neste trabalho o ensejo pelo qual agentes negros paulistanos se dispuseram a ocupar alguns dos bancos escolares na cidade de São Paulo no período da Primeira República. Para tanto, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro, trouxemos à baila a instrução escolar como capital cultural de referência para a reivindicação do agente negro por um lugar no não lugar. No segundo capítulo entram em cena três dos principais agentes negros da trama histórica em análise e no terceiro, e último capítulo, evidenciamos a trajetória escolar da afrodescendente Virgínia Leone Bicudo que veste a toga da Escola Normal de São Paulo no apagar das luzes da Primeira República.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo do como ocorreu o acesso de agentes negros na instrução pública paulistana durante o período da Primeira República, por meio de análise das trajetórias de alguns dos componentes desse grupo. Essa camada composta por afrodescendentes ornamentava o território paulistano na

Primeira República, conviviam com os agouros provenientes da lavoura cafeeira e a predileção dos paulistanos por imigrantes europeus caucasianos. Essa espécie de confraria não pertencia a classe hegemônica branca, mas reivindicava as mesmas oportunidades. Surgia aí um ulterior *ethos* negro.

A aproximação desse grupo social se faz necessária, porque ele compõe uma das lacunas encontradas na historiografia da educação paulistana, passando despercebido na dinâmica social do período analisado e as fontes fazem um profundo silêncio quando um dos seus componentes é evocado. Esse silêncio é em função desse agente pertencer a um grupo étnico que foi ratificado pela classe hegemônica como inferior às demais etnias atuantes em território paulistano durante todo o período da Primeira República, tendo como premissa maior para endossar a ideologia do racismo estrutural, a cor da pele, a cultura e o status do ser negro.

Entretanto, apesar de todo o aparato disponível no campo social, político e econômico se configurar indisposto para com esse agente, ele, de maneira sutil emprega os recursos que estão a sua disposição para articular táticas que lhe possibilitaram o se apropriar das práticas e representações providos pela instrução escolar e, conseqüentemente, usufruir, em algum grau, das benesses que pertenciam a classe hegemônica, como repertório linguístico, diploma, espaço no mercado de trabalho como profissional qualificado e titulado e, ainda, a possibilidade de reconhecer-se como ser pensante e senhor do seu destino.

## 1. A ESCOLARIZAÇÃO COMO CAPITAL CULTURAL

A instrução escolar foi divulgada pelos quatro cantos do estado de São Paulo como “a pedra de toque” de todo o projeto político dos republicanos no final do século XIX, entretanto o projeto aconteceu apenas e tão somente na capital, não abrangendo todo o território bandeirante como havia sido idealizado inicialmente. (CAMORIM, 1962)

Os políticos do PRP (Partido Republicano Paulista), foram inspirados por educadores protestantes que já atuavam no território paulistano e a população de mandatários consumiu e divulgou esse discurso exaustivamente, o que acabou influenciando essa parcela minoritária de negros que aspiravam não só a igualdade de direitos, mas também de oportunidades.

Entre aqueles que compunham essa confraria havia uma parcela que entendia que assim como os imigrantes, ela precisava criar espaços que favorecessem o debate de ideias, onde o diálogo se tornasse possível entre os pares. Uma das iniciativas inspiradoras foi a criação de jornais e periódicos voltados para as necessidades do meio negro, no contexto da cidade de São Paulo que se via diante da imensa faina produzida pela abolição, queda do Trono, implantação da República e os recursos produzidos pelo café.

Nos jornais da imprensa negra o quesito educação era constantemente enfatizado como a solução para integrar o negro na sociedade de classes com direito à justiça social e igualdade racial:

Nós, homens de côr, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada pátria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira (O ALFINETE<sup>9</sup>, 1919 *apud* SANTOS, 2006, p.1).

Gonçalves e Silva (2000), a respeito do ponto de vista da imprensa negra paulista sobre a função da escola na sociedade, pontuam que “Tinham os editores dos jornais negros, bem como outros militantes da época, o entendimento de que a libertação trazida pela lei de 1888 para se consolidar, exigia que todos frequentassem os bancos escolares.” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p.140). Os republicanos históricos, embalados pela visão de mundo dos positivistas, reorganizam a instrução pública paulistana primeiramente nos limites, ou seja, justamente a Escola Normal e o Ensino Primário, uma vez que ambas

---

<sup>9</sup> O ALFINETE, São Paulo, n.8, p.1, mar. 1919.

eram percebidas como centros de poder na condição de propagadores das luzes produzidas pela República provocando a marcha do progresso (MONARCHA, 1999).

Segundo o ponto de vista de Souza (1998), essa instituição proporciona:

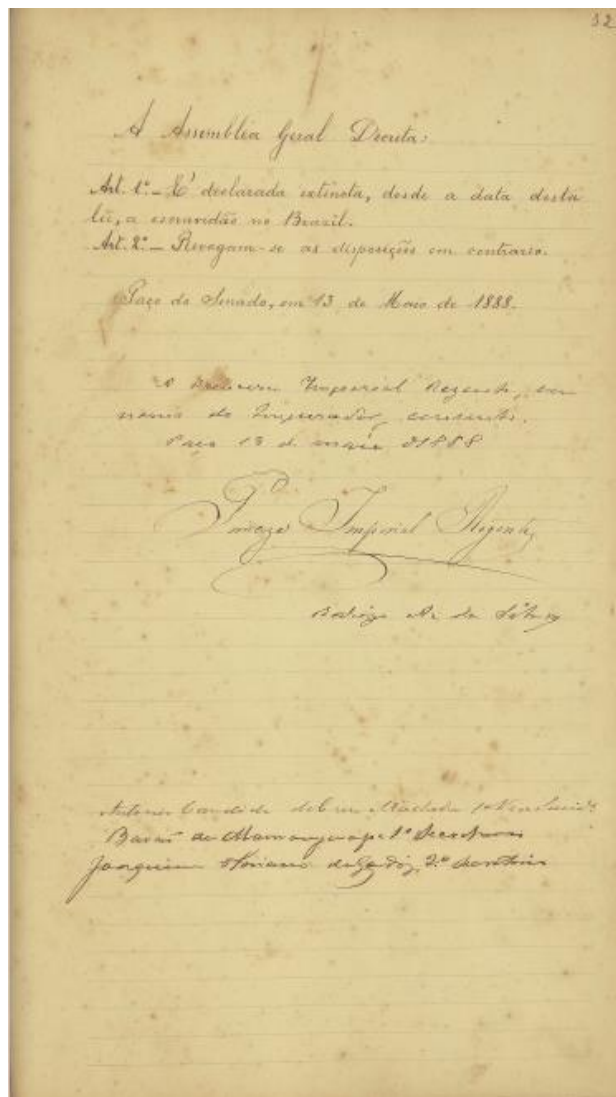
[...] formação enciclopédica com forte conteúdo de cultura geral: línguas (português, francês, latim, inglês), aritmética, álgebra, geografia (geral e do Brasil), mecânica, história natural, anatomia, fisiologia e noções de higiene, história (da civilização e do Brasil) trabalhos manuais, e educação cívica, ginástica e exercícios militares, música, escrituração mercantil, exercícios de ensino, pedagogia e educação cívica. Uma escola de excelência numa época em que o Estado de São Paulo contava com poucas escolas públicas de ensino secundário [...] (SOUZA, 1998, p. 64).

Naquele contexto o “ser professora, ser professor, tornava-se uma profissão especial que requeria uma dada formação, o que a distinguia de outras profissões e dotava-a de especificidades” (SOUZA, 1998, p.69). Nesse contexto, o Grupo Escolar, a Escola Normal de São Paulo e a Faculdade de Direito no Largo São Francisco, passam a oferecer um futuro profissional para os jovens que vinham a ser aquinhoados por ocuparem as suas carteiras. Os republicanos estavam investindo profusamente nessas instituições de ensino, tanto que as famílias de melhores recursos também encaminharam os seus filhos para nelas se graduarem.

A civilização, segundo os republicanos, viria nos agraciar por meio da instrução escolar, seria por meio da escola que o estado de São Paulo viria a usufruir da modernidade, que já era uma realidade na Europa e Estados Unidos da América, e a elite negra também tinha as suas promessas para os Grupos Escolares, Escola Normal e Escola Complementar na Metrópole do café.

### 1.1 A Segunda Abolição: Contexto de Constituição dos Agentes Negros

**Imagem 2-** Lei 3353 - 13 de maio de 1888.



**Fonte:** Acervo Digital do Senado Federal<sup>10</sup>

A primeira abolição foi outorgada pela Princesa Regente do Império do Brasil por meio de forte reivindicação do meio negro, porém juntando-se a essa força tarefa havia os aliados desse grupo étnico (abolicionistas, caifazes, liberais, fazendeiros, entre outros) que compunham as classes hegemônicas do Império e ainda o corpo de interessados em adquirir maior monta de capital político e financeiro no cenário do final de século XIX.

<sup>10</sup> Versão digitalizada do decreto que aboliu a escravização no Brasil, dando origem à Lei Áurea. O documento é assinado pela Princesa Imperial Regente Isabel (Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, 1846 - 1921), pelos senadores Primeiro Vice-Presidente Antônio Candido da Cruz Machado (1820 - 1905), Primeiro Secretário Barão de Mamanguape (Flávio Clementino da Silva Freire, 1816 - 1900) e pelo Segundo Secretário do Joaquim Floriano de Godoi (1826 - 1907). O manuscrito original faz parte do acervo do Arquivo do Senado Federal.

A segunda abolição, aquela que traria de fato o reconhecimento tão almejado segundo o ponto de vista desses oriundos da escravização, viria por meio da aquisição da instrução escolar; todavia, da escola com reconhecimento oficial, aquela capaz de conceder títulos e conseqüentemente oportunidades.

Para Tanuri:

A instauração do regime republicano não inaugurou, no Brasil, uma nova corrente de ideias educacionais nem uma nova política de educação, tendo significado simplesmente o coroamento e portanto a continuidade do movimento de ideias que se iniciara no Império, mais propriamente nos anos setenta. Apesar disso, especificamente para o Estado de São Paulo, a República assinalou um passo à frente no âmbito das realizações práticas, representando um significativo marco na organização da educação pública no setor primário e normal e assistindo ao desencadear de um processo de desenvolvimento na rede escolar que não pode ser subestimado (TANURI, 1979, p.75)

Essa reorganização da instrução pública na cidade de São Paulo tem início com o decreto de 12 de março de 1890, onde a plêiade republicana no campo da educação tinha a frente o advogado e jornalista Rangel Pestana, que usufruía de total confiança por parte de Prudente de Moraes, que assumia a cadeira de Presidente do Estado, para produzir a legislação que iria regulamentar o funcionamento da Escola Normal a partir daquele momento. O decreto concebe e adapta as alterações necessárias segundo o ponto de vista defendido pelo PRP (Partido Republicano Paulista) tendo como executor da reforma o médico e educador Caetano de Campos, que naquele momento ocupava o cargo de diretor da Escola Normal. No entendimento do jornalista e advogado carioca, a Escola Normal de São Paulo se encontrava num forte estado de alienação, precisava ser reinventada<sup>11</sup> para poder dar conta dos desafios propostos pela modernidade republicana. (TANURI, 1979).

Marcílio (2005) entende que com a reforma foi organizada a primeira rede de ensino público estruturada e articulada no sentido vertical. Ela tornou-se o paradigma para todo o país". (MARCÍLIO, 2005, p.138). O ensino em São Paulo foi reelaborado e adaptado segundo a óptica republicana, onde a escola passou a ser um elemento importante no organismo que configurava o estado de direito no perímetro geográfico e político que tracejava a capital do café.

---

<sup>11</sup> A segunda reforma do ensino paulista na Primeira República aconteceu em 1892, reforma que buscou contemplar todo o aparelho educacional paulista. O deputado Gabriel Prestes, ex-normalista, foi o principal articulador e prosélito dessa reorganização da instrução pública paulista no final do século XIX.

Os agentes negros, de maneira peculiar, se conduziam à sua maneira, lançando mão de suas táticas em busca de espaço, voz e voto, nesses novos centros republicanos de empoderamento. É esse o contexto em que a Escola Normal da Capital oferecia uma nova perspectiva para os seus formandos.

Com a criação do Grupo Escolar, o professor saiu engrandecido, valorizado socialmente. Nada teve em comum com o antigo mestre régio de primeiras letras que trabalhava solitário em sua escolinha isolada. Iniciava-se a profissionalização do magistério, agora dignificado, reconhecido [...]” (MARCÍLIO ,2005, p.169).

No entanto, o sonho desses agentes não se limitava à Escola Normal. Foi possível captar a expectativa de alguns jovens negros ilustrados com relação aos cursos que pretendiam frequentar a nível superior ainda no apagar das luzes do século XIX e início do século XX.

Talvez, a militância de um diaspórico, como o Luiz Gama, com o desígnio de ocupar um lugar no não lugar (CERTEAU, 2006), na conjuntura da dinâmica vivenciada pela sociedade paulistana, ainda reverberasse nas fazendas ou no interior das casas grandes e nos sobrados do território paulistano. É possível que o eco dessa militância tenha alcançado, quem sabe, alguns dos ouvidos daqueles provenientes da escravização os quais por algum motivo perambulavam pela Rua Direita, ou pelo Largo São Francisco, no centro da cidade.

A urbe bandeirante, por meio da sua lavoura cafeeira, indústria, comércio e via férrea, simplesmente acenava com auspícios de novas oportunidades e isso não só para os imigrantes, mas também para os nacionais e ainda o contingente de negros. Luiz Gonzaga Pinto da Gama era soteropolitano<sup>12</sup>, filho de escravizada muçulmana alforriada<sup>13</sup> e fidalgo português. Uma vez em liberdade, articulou, teleologicamente, a sua metamorfose civilizatória a ponto de ocupar espaço no campo intelectual, no não-lugar que era reservado para a elite branca paulistana na segunda metade do século XIX no Império do Brasil (FERREIRA, 2008).

O rábula negro, ou seja, advogado não diplomado, mas provisionado, era maçom, abolicionista, republicano e militava na cidade de São Paulo. Luiz Gama procurava defender a integridade física e moral do negro, uma vez que a subordinação do mesmo

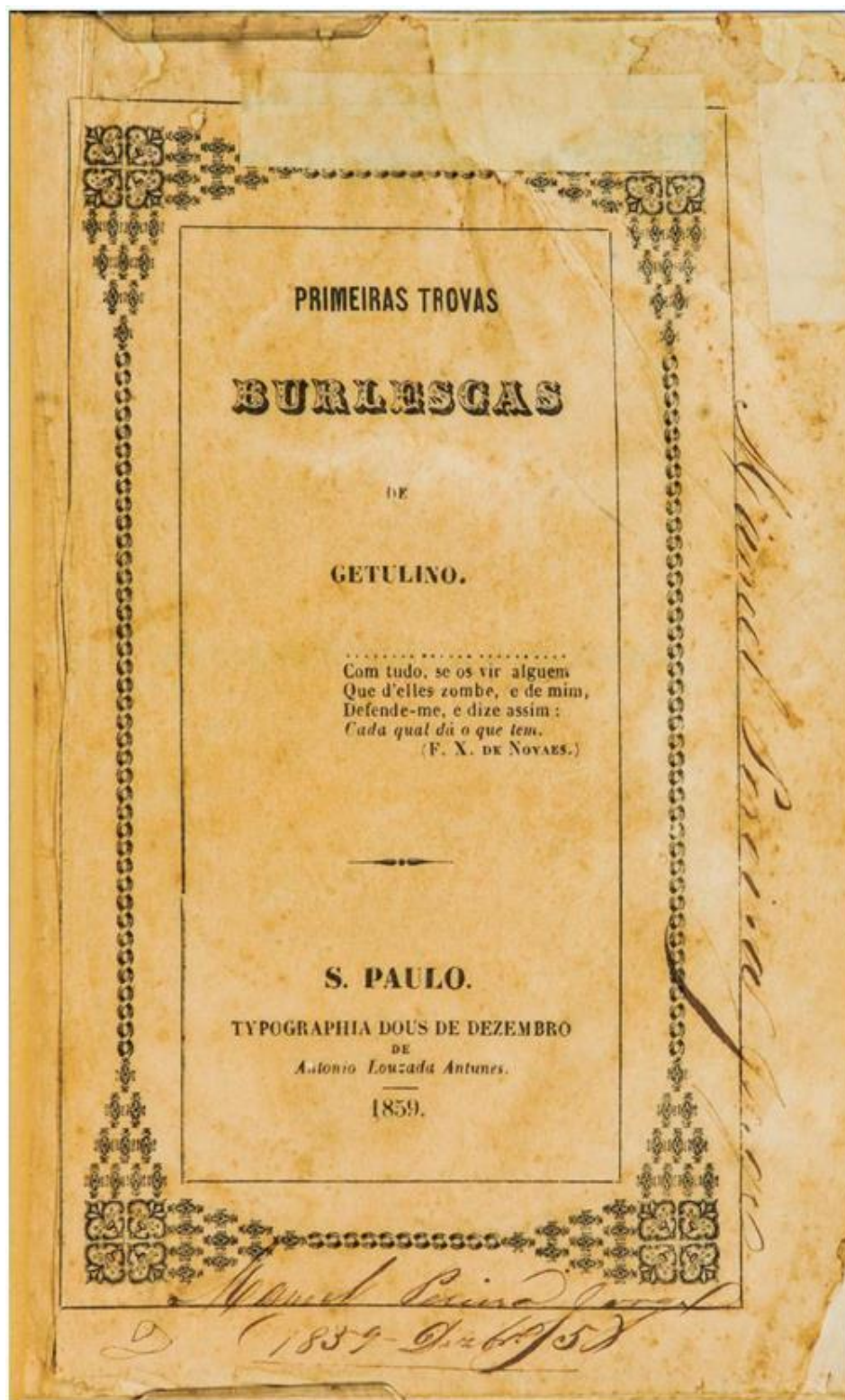
---

<sup>12</sup> Ou seja, havia nascido na cidade de Salvador.

<sup>13</sup> Sua mãe provavelmente foi para o desterro por ter participado da sabinada. Segundo Luís Gama ela “Era dotada de atividade”. Em 1837, depois da Revolução do Dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou”. (Trecho da carta autobiográfica de Luiz Gama, escrita em 1880)

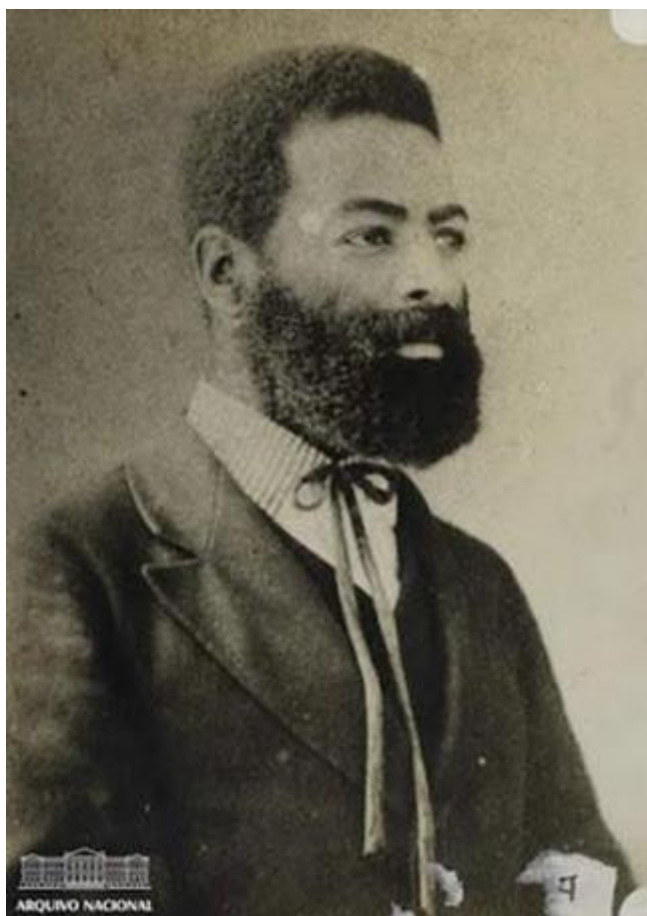
para com os seus senhores era fruto, via de regra, da violência patriarcal. A sua militância era de contorno invasivo, representava deliberadamente a camada escravizada e não os escravizadores, militou até o ano de 1882, quando veio a falecer aos 52 anos, vítima do diabetes.

**Imagem 3-** Livro de poemas e trovas satíricas escrito por Luiz Gama em 1859, com o pseudônimo de 'Getulino'.



**Fonte:** Ferreira (2008).

**Imagem 4** - Reprodução de fotografia de Luiz Gama.

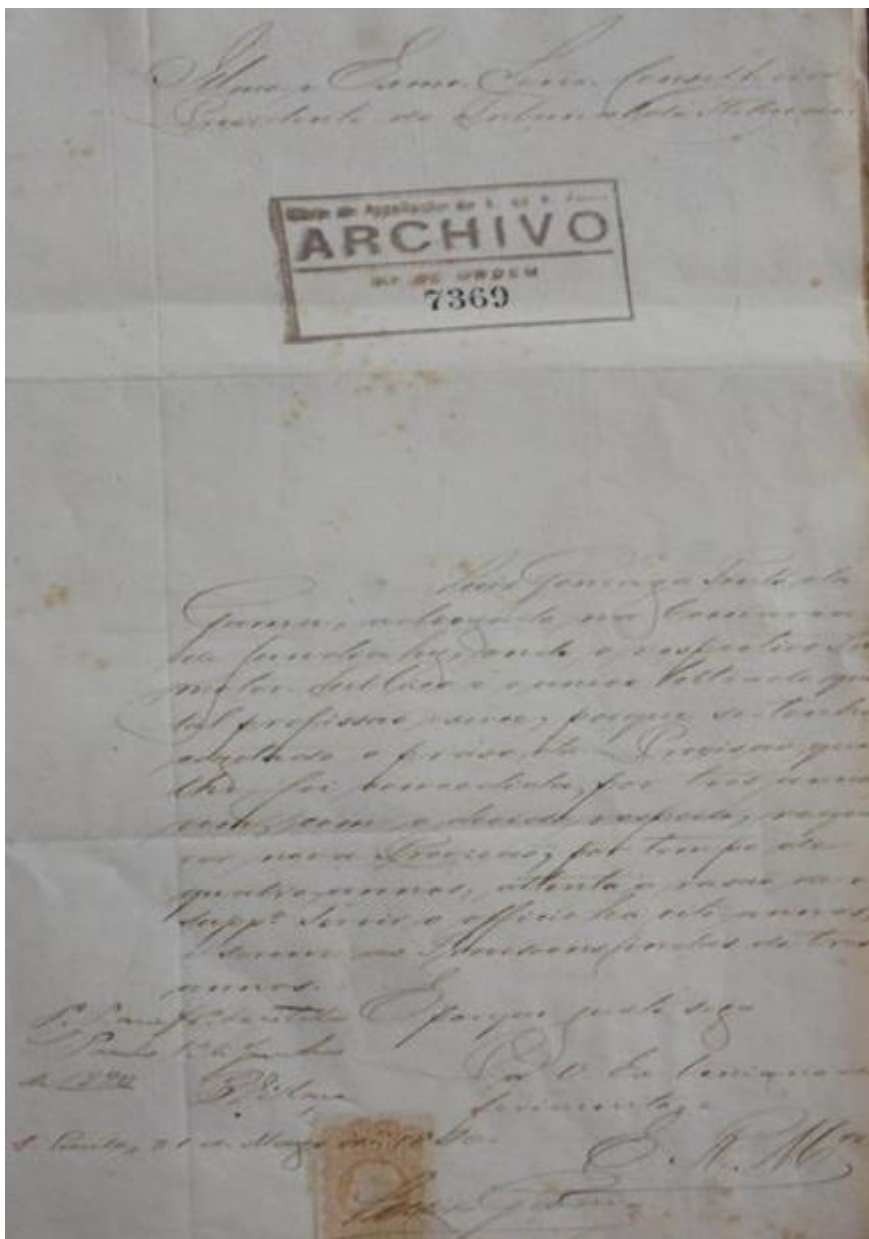


**Fonte:** Arquivo Nacional.

Luiz Gama é um dos pioneiros na condição de poeta negro a se posicionar como tal no mercado livreiro paulistano, e seu trabalho mergulha de maneira intencional na temática afro-brasileira. Seu livro foi por muitos anos divulgado pelo jornal “O Correio Paulistano” e por um preço acessível. (SANTOS, 2014). O baiano Luiz Gama foi, com certeza, um cidadão da diáspora africana no Brasil imperial. Segundo Santos (2014):

O sujeito diáspórico é aquele que viveu a experiência das transformações culturais dos tempos modernos, refere-se àqueles que sofreram um processo de hibridização, não necessariamente circunscrito às misturas raciais, mas um processo mais amplo, de tradução cultural que nunca se completa, uma vez que está em constante negociação. Esses sujeitos são obrigados a negociar com as novas culturas em que as vivem simplesmente, mas serem assimilados por elas, e sem perder completamente suas identidades. (SANTOS, 2014)

**Imagem 5-** Uma das licenças que permitiu Luiz Gama exercer as atividades de advogado nos idos de 1880.



**Fonte:** Arquivo de aula da Profa. Dra. Lígia F. Ferreira – UNIFESP.

Aqui, nós identificamos um possível ícone concreto em carne e osso que não tinha dúvidas quanto a sua identidade e capacidade cognitiva; vivendo entre negros e mulatos na condição de escravizados, alforriados e livres e, também, com os brancos, na condição de senhores. Gama demonstrava por meio das suas práticas, apropriações e representações, que não acreditava na tão alardeada inferioridade da raça negra. Ele se posiciona como o peculiar sujeito da modernidade que se mostra consciente da sua subjetividade humana e, uma vez senhor do seu destino, se apropria da sua liberdade

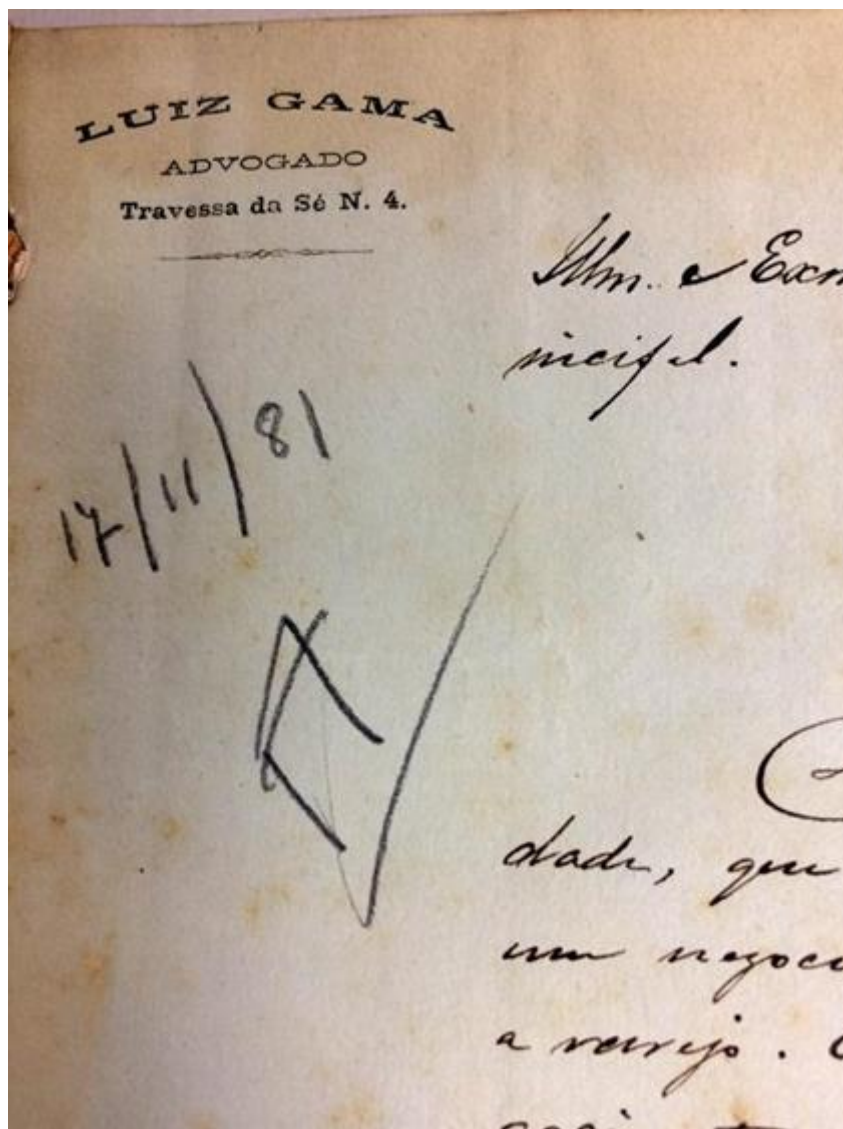
demonstrando pleno domínio da linguagem oral e escrita<sup>14</sup>. Gama interage com várias camadas sociais na cidade de São Paulo que é um forte polo escravocrata nas terras do Império e um dos papéis sociais que ocupou foi o de articulista, onde produziu textos para alguns dos jornais que circulavam na época. Em seus textos levantou polêmicas, e questionou a sociedade de então com os seus valores retrógrados, segundo o seu ponto de vista. Alguns dos jornais que circulavam na cidade de São Paulo eram: Diabo Coxo, Cobrião, O Ipiranga, Correio Paulistano, Província de São Paulo, Gazeta do Povo, e etc. (AZEVEDO, 1997).

Entendemos que a juventude negra, letrada e iletrada, da segunda metade do século XIX, que aspiravam o universo das letras na Província de São Paulo, poderiam encontrar referencial de cor e talento no advogado dos escravizados que mantinha o seu escritório na Praça da Sé nº4.

---

<sup>14</sup> Uma escrita erudita e gramatical, é desse posto de negro ilustrado que os seus prêmios são travados, tendo como principais oponentes os temidos senhores da casa-grande.

**Imagem 6-** Documento com o carimbo do escritório de Luiz Gama, com a data de 17/11/1881. Neste mesmo ano nasce o Benetido Galvão (primeiro e único presidente negro da OAB).



**Fonte:** Arquivo histórico da prefeitura de São Paulo.

O agente negro que transitava na sociedade paulistana, em pleno século XIX, almejando ocupar espaço nos campos profissional, escolar e social, espaços, esses, que a sociedade paulistana, na ordem do discurso, deixava muito bem delineado que para ele, negro, era um não lugar. Esse tópico teve como objetivo fazer uma breve retrospectiva do agente negro, Luiz Gama, como um dos ícones negros que poderia inspirar e prospectar um norte no imaginário dos negros e negras que no futuro trilhariam caminhos acadêmicos. Jovens como Edmundo Malachias, Alfredo Pedrosa, Benedicto Galvão e Virgínia Bicudo, os quais iriam travar novas e inusitadas batalhas na Paulicéia da Primeira República.

Em tese, o aparelho educacional paulistano se encontrava em plenas condições, apto para receber os possíveis alunos emergentes da comunidade negra em qualquer uma das suas unidades de ensino na condição de aluno regular desde o jardim da infância, que teve seu início em 1896, e, conseqüentemente, instituições como o Grupo Escolar, a Escola Normal, o Ginásio da Capital, a Escola Politécnica, a Faculdade de Direito no Largo São Francisco ou a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

## 1.2 Estratégias e Táticas

Pelo fato dos agentes rivais se encontrarem na arena, almejando o mesmo objeto, porém com ocupação de espaços diferentes, as estratégias e táticas propostas por Certeau (1994) foram fundamentais para dialogar com as apropriações, práticas e representações dos senhores e servos.

Certeau (1994) entende como tática;

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. À tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, á distancia, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões “e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 1994.p.100 e 101).

Ou seja, a tática é uma operação que acontece de maneira camuflada em território inimigo, até porque, o dominado não tem o seu lugar próprio. É utilizada visando beneficiar ao dominado e não ao dominador. No entanto, essa operação é sempre de risco, exigindo dos agentes envolvidos na operação atitude de alta performance, numa dinâmica que exige harmonia simultânea entre diacronia e sincronia. Optamos por esse conceito de estratégia e tática desenvolvido por Certeau (1994), porque entendemos que ele

instrumentaliza tanto os mandátarios como os agentes negros, os quais estão em constante deslocamento para se manterem atuantes no cenário na condição de dominados, mas, no entanto, ao mesmo tempo, buscando melhores colocações na hierarquia da recém-criada sociedade de classes.

### 1.3 O Campo de Bourdieu

O conceito de campo aqui adotado tem como elemento norteador a disputa entre os agentes que compõem o cenário. A contestação é uma realidade imprescindível para que o mesmo se mantenha, como também precisa existir um objeto de pendência entre as partes interessadas. No caso da tese, esse objeto em questão é a possibilidade de imerção do agente negro na instrução escolar paulistana. Bourdieu (2004) entende que:

Os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas, um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento. Entre as vantagens sociais daqueles que nasceram num campo, está precisamente o fato de ter por uma ciência infusa, o domínio das leis imanentes do campo leis não escritas que são inscritas na realidade em estado de tendências e de ter o que se chama em rugby, mas também na Bolsa, o sentido do jogo (BOURDIEU, 2004, p.27).

O campo, qualquer que seja ele, e não importa onde se encontre, é visto e reconhecido na sua perenidade, como um espaço por excelência propício para a disputa, tanto na sua representação como na sua realidade (BOURDIEU, 2004). Para que exista um campo, é preciso que haja um elemento de disputa e, ainda, os jogadores que estarão contestando mutuamente o direito de posse com relação ao objeto de disputa. É nessa conjuntura de contestação que vem à tona a violência, não a física, mas a simbólica, pois é quando os agentes lançam mão dos discursos como artifícios, e é por meio dos discursos habilmente manejados que os agentes se articulam e procuram impor a sua visão de mundo, por sinal recheada com os seus respectivos valores com o intento de estabelecer os seus domínios no interior do campo. Lembrando que o antagonismo simbólico acontece também entre os pares e não só entre dominantes e dominados.

No cenário da Primeira República na cidade de São Paulo – que é o recorte de tempo aqui explorado – o negro se posiciona no campo educacional sabendo que vai estar reivindicando um produto cultural que foi produzido não tendo a ele, negro, como provável consumidor, mas sim o elemento branco, com algum poder aquisitivo e também o imigrante. Diante desse cenário, optei pela teoria de campo de Bourdieu (2004), que

defende o ponto de vista que elege a disputa dentro do campo, como sendo a melhor opção para expor a conjuntura a qual a elite negra estava inserida no cenário da Primeira República no contexto da Metrópole do café, período esse de muitas alterações no panorama político, econômico e social.

Os poucos negros que compunham a fina fatia de letrados na cidade de São Paulo na Primeira República estavam percorrendo, todo o tempo, o fio da navalha, pois o confronto com os possíveis donos dos espaços, fossem eles de ordem política, profissional ou mesmo religiosa, era inevitável. O negro desse segmento se apresentava no campo social como oponente, disposto a conseguir o seu objeto de contenda. Nessa perspectiva, a teoria de Bourdieu (2004) é fundamental para elucidar e explicar o objetivo desta pesquisa, que é analisar o processo pelo qual negros e negras vivenciaram para vestirem a toga da Escola Normal de São Paulo no contexto da Primeira República.

#### 1.4 Análise Histórica

O conceito de análise histórica está densamente conectado ao ato de interpretar o vivido e, diga-se de passagem, o vivido não se trata de uma experiência estática, congelada em documento ou materializada em monumento. Segundo Roger Chartier (1990):

[...] se tome o conceito de representação num sentido mais particular e historicamente mais determinado. A sua pertinência operatória para tratar os objetos aqui analisados resulta de duas ordens de razões. Em primeiro lugar, é claro que a noção não é estranha às sociedades de Antigo Regime, pelo contrário, ocupa aí um lugar central. A esse respeito oferecem-se várias observações. As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário de Furetière) manifestam a tenção entre duas famílias de sentidos: por um lado a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. Algumas dessas imagens são bem materiais e semelhantes, como os bonecos de cera, de madeira ou de coró, apelidados justamente de representações, que eram colocados por cima do féretro real durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses e que mostravam o que já não era visível, isto é, a dignidade imortal perpetuada na pessoa mortal do rei. Outras, porém, são pensadas num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, consiste na representação de um pouco de moral através das imagens ou das propriedades das coisas naturais (...) CHARTIER, 1990.p.20).

Para o autor, a representação nem sempre revela de maneira nítida e cristalina a realidade que está a representar, pois a representação pode ter na sua essência um ato teleológico por parte de quem a construiu, ou seja, pode ter um forte teor propositado oriundo da sua gênese e assim atendendo a interesses específicos. Chartier (1990) entende que a representação com esse teor teleológico pode gerar mal-estar entre os possíveis partidários que defendem um ponto de vista diferente do da representação e aqueles que de maneira ingênua, ou não, defendem o ponto de vista que foi intencionalmente confeccionado pela instituição.

A representação defendida por esse ponto de vista é articulada a três protótipos que buscam estabelecer relações com o mundo social, iniciando com as atividades de classificação e de delimitação, as quais produzem as possibilidades das configurações intelectuais múltiplas, que por sinal são as vias que incongruamente constroem a realidade vivida pelos mais diferentes grupos. Em seguida, vamos encontrar as práticas sociais que abonam um jeito de ser, ou seja, uma maneira subjetiva de se estar e ocupar lugar no mundo e ainda as formas institucionalizadas e objetivadas por meio das quais se elegem os representantes sejam eles em forma de coletividades ou singulares que marcam de maneira aparente e vinculada a existência do grupo (CHARTIER, 1990).

Portanto, para Chartier (1990), a representação é uma prática e não uma ideia; é uma prática forjada a partir do processo de bricolagem, onde toda e qualquer matéria-prima disponível é aproveitada na construção do sentido da realidade e isso em consonância com as condições e recursos materiais com os quais se articula. (CARVALHO, HANSEN, 1996). O ato de interpretar o fato histórico exige do agente investigador um olhar crítico e questionador, enérgico e que o mesmo não se dê por satisfeito no que se refere à realidade a ele posta, mas que se disponha a ir além da superfície. Esse conceito se mostra essencial na construção da tese justamente por esse viés crítico e não superficial, pois a pesquisa procura explorar, como já explicitado, a jornada de agentes negros, em geral não identificados na historiografia educacional paulistana como protagonistas.

### 1.5 Paradigma Indiciário e a valorização micro histórica

Um dos instrumentos que compõe o corpo de procedimentos é o paradigma indiciário, ferramenta de pesquisa de caráter amplo, no qual o agente investigador se utiliza das informações a ele disponibilizadas num primeiro momento, para que,

posteriormente, ele possa reutilizá-las e elegê-las como canais de ampliação para uma melhor compreensão do objeto em estudo. Isso acontece por meio da percepção, curiosidade, leitura do ambiente físico, cruzamento de informações e atenção especial aos detalhes por parte do investigador. Situações essas vivenciadas pelo pesquisador em várias ocasiões e, em especial, quando se depara com documentos que se adequam a condição de “excepcional normal”, como pontuaria Poni (1989).

Ginzburg (1989) inicia a sua preleção nos relatando uma experiência que ocorreu no campo da arte no final do século XIX por meio de um dos críticos desse campo do saber, o italiano Giovanni Morelli<sup>15</sup>:

Vejamos rapidamente em que consiste esse método. Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil :muitíssimas vezes encontramos frente a obras não assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação .Nessas condições ,é indispensável poder distinguir os originais das cópias (GINZBURG, 1989, p.144). Para tanto, porém, é preciso não se basear ,como normalmente se faz , em características mais vistosas , portanto mais facilmente imitáveis ,dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características de escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés.

O que Ginzburg (1989) captou da proposta de Morelli é que a individualidade de um artista ou outro profissional qualquer deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos claro. No entanto, Ginzburg (1989) entende que o procurar informações em pistas indiretas sempre esteve presente no cotidiano da comunidade humana e o exemplo mais simples, segundo o seu ponto de vista, é o do caçador, que desde épocas memoráveis se utiliza de informações ripárias para encontrar a sua caça, ou seja, precisa estar atento aos pequenos vestígios e dar crédito aos dados menos perceptíveis para poder dar conta do seu intento.

Essa possibilidade, quando ajustada a realização do trabalho histórico, se revela como a capacidade de reconstruir uma realidade já vivida a partir de dados aparentemente negligenciáveis; seria o trazer à tona uma realidade complexa e que não fora experimentável de maneira direta, ou seja, de primeira mão e que só seria possível de maneira cognitiva. Ginzburg (1989) entende, ainda, que o caçador teria sido o primeiro a narrar uma história, tendo como base para a sua narração, apenas os indícios e esses, de

---

<sup>15</sup> Morelli era médico por formação

certa forma, ainda opacos. No entanto, eram os dados que o caçador tinha a sua disposição e ele era o único capaz de interpretar as pistas “mudas” deixadas pela caça em fuga. Para o historiador italiano o conhecimento histórico é constituído de maneira semelhante, pois é indireto, indiciário e conjectural.

A opção por esse instrumento de pesquisa, no desenvolvimento desta tese, se deve porque o ato de revisitar o passado é uma experiência singular para o historiador. O incidido é território estranho, campo minado onde toda a atenção se faz necessária, pois reaproximar-se de um fato histórico e dos agentes nele envolvidos, requer sensibilidade e tato para com os possíveis informantes que testemunharam o ocorrido, sejam eles pessoas, monumentos, documentos de ordem iconográfica, escrita ou ainda artefato arqueológico.

A história com a qual queremos interagir na construção da tese, é a de performance interdisciplinar e de contorno dinâmico, questionador, que vai além dos fatos políticos e interage com os conflitos e tensões dos agentes que experimentaram rupturas, tensões e recomeços no contexto histórico, por meio das suas aspirações, práticas e representações. Não com uma história de caráter totalizante, insensível às dores e subversões vivenciadas pelos atores sociais que circulam pelas vias das circunstâncias históricas, que hora os traciona para, logo em seguida, os impelir e, até mesmo, os soterrar.

O olhar micro-histórico nos oferece possibilidades de valorização dos poucos indícios e vestígios, que por ora se encontram camuflados e de maneira dispersa pelos arquivos públicos e privados. Por isso a opção pelo ponto de vista de Ginzburg (1989), pois, a partir do momento que buscamos evidenciar um grupo marginalizado que, como será explicitado adiante, teve parte de sua história apagada e não registrada, é necessária uma ferramenta que nos proporcione valorar todos os indícios ainda perceptíveis.

O agente negro aufere a configuração de sujeito político, ou seja, exerce e vive a sua subjetividade no contexto da Primeira República na cidade de São Paulo e isso é possível a partir das indagações e conceitos aqui apresentados por meio dos referenciais teóricos nomeados para a realização desta análise.

## 2. NEGROS VESTEM A TOGA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO

### 2.1 A Eugenia chega à Escola Normal de São Paulo no final do Império e início da República.

No final do século XIX as repúblicas estudantis pipocavam em torno da Escola Normal, da Faculdade de Direito e imediações, mas, segundo o memorialista João Lourenço Rodrigues, “As repúblicas normalistas eram menos ruidosas do que as outras, da antiga paulicéia acadêmica, cujas tradições ainda não se apagaram de todo” (RODRIGUES,1930, p.307), a irmandade normalista tinha performance diferenciada das demais, havia uma certa discrição no comportamento dos estudantes e, entre eles, vamos encontrar Arnaldo e René Barreto, Pedro Voss, João Chrysostomo e Oscar Thompson o que, de certa forma, cativava a simpatia da vizinhança (RODRIGUES,1930).

Os normalistas desse período de fim da monarquia reivindicam voz e voto no cenário da Escola Normal que se encontrava inserida na conturbada metrópole do café. Atentos aos malabarismos dos republicanos e dos abolicionistas, a liderança normalista era composta por leitores argutos dos textos de Rui Barbosa e estavam sensíveis a retórica de Rangel Pestana, demonstrando estar cômnicos do deslocamento que a sociedade paulistana estava experimentando naquele momento.

E, talvez, por isso, esses mesmos alunos cotejavam com a possibilidade de materializar um confronto deliberado com as autoridades constituídas da Escola Normal no ano de 1889, quando articulam o não comparecimento do corpo estudantil às atividades escolares e conseguem a cooperação dos seus pares, isso um dia após o novo diretor tomar posse. Ganham, então, força com o ato de resistência e alcançam o resultado projetado e, ainda não satisfeitos, criam nesse ínterim o Clube Republicano Normalista, duas ações que possivelmente os projetam para além das paredes do velho casarão. Em 1890, ainda na gestão de Caetano de Campos, criaram um órgão de comunicação textual, a Revista Arcádia Normalista (RODRIGUES,1930)

Monarcha (1999) propõe que a Escola Normal de São Paulo esteve tensionada entre duas ideologias no final do século XIX. Ele comenta o arrazoado deixado por Rodrigues (1930), a respeito da hegemonia positivista no início da década de 1880, na Escola Normal de São Paulo, afirma que aquela instituição de ensino foi tomada por um surto proselitista conduzido por adeptos da Religião da Humanidade, ou seja, o Positivismo, que era na época um contraponto a Igreja Estatal. Os prosélitos se encontravam na condição de lentes na Escola Normal naquele momento, os mesmos

procuravam fazer contraste a ideologia apregoada pela Igreja Estatal que, segundo a ótica positivista, atravancava o progresso não só da instituição, mas do país como um todo. É aí que sacerdotes católicos, intelectuais laicos e bacharéis em direito se digladiam metaforicamente, disputando a primazia no campo ideológico a ser implantado naquele estabelecimento de ensino.

No epicentro da controvérsia vamos encontrar os lentes Godofredo Furtado, Cypriano Ribeiro e Silva Jardim, todos oriundos do Largo de São Francisco, onde o positivismo já estava instalado. Para Monarcha (1999), esses lentes eram positivistas ligados ao apostolado, ou seja, estavam comprometidos com a ala filosófica do Positivismo, sendo ortodoxos. Só para constar, as devidas providências foram tomadas nesse caso, a ordem é retomada e um representante da Igreja Oficial é contratado com a intencionalidade de demarcar e assegurar o território. No período em questão, a Escola Normal se encontra em fase de ascendência conceitual na comunidade bandeirante, as suas matrículas estão numa crescente, e é um local onde a população menos favorecida, em capital financeiro, mas agraciada com iniciativa e bons padrinhos, pode empreender a busca pela cultura, diploma e oportunidades no mercado de trabalho numa Paulicéia em fim de século, além de possibilitar o acesso a Faculdade de Direito (MONARCHA, 1999).

Com a instauração da República em 1889, a Escola Normal se encontrava livre, leve e solta para iniciar o trajeto a ela proposto pela modernidade e, segundo Augusto Comte, fundador do Positivismo, a base da educação moderna é a universalidade dos ensinamentos (LINS, 1964).

A indicação de Prudente de Moraes, para assumir a direção da Escola Normal, nesse novo momento, era o da educadora metodista Martha Watts, filiada ao *Woman's Missionaries Society of the Methodist Episcopal Church South*, que, nos anos de 1890, dirigia o Colégio Piracicabano<sup>16</sup>. Watts, entretanto, era missionária de tempo integral e não podia ter conflitos de interesse, o que a fez declinar do convite. Assim, Rangel Pestana, o homem de confiança de Prudente de Moraes para os assuntos concernentes à educação republicana, ficou encarregado de encontrar outro nome para assumir a direção da Escola Normal. Pestana, além de positivista, maçom e republicano era, também, educador e a sua cosmovisão educacional estava embasada na proposta científicista de Augusto Comte. Na sua trajetória de educador se inseriu numa vasta rede de

---

<sup>16</sup> O Colégio Piracicabano é uma instituição de ensino ligada à Igreja Metodista. Iniciou as suas atividades na cidade de Piracicaba em 1882 em uma residência alugada e apenas com uma aluna matriculada tendo como professora responsável a missionária Martha Watts.

relacionamentos, onde vamos encontrar nomes como o de George Nash Morton, Horace Lane, Martha Watts e de outros que comungavam com ele o mesmo ponto de vista, como os correligionários Manoel Cyridião Buarque, Julio Ribeiro, João Köpeke, o seu irmão de ideias, Silva Jardim, Américo Brasiliense, Caetano de Campos, Godofredo Furtado, entre outros. É dessa lista que surge o nome do diretor para a Escola Normal de São Paulo. No dia 12 de março de 1890, o positivista Antônio Caetano de Campos tomou posse como o primeiro diretor republicano da Escola Normal de São Paulo.

O cientificismo positivista estava em alta por toda a Paulicéia e não era diferente na Escola Normal, que se encontrava sob a liderança do materialista e darwinista social Caetano de Campos. O pensamento de Gobineau, Herbert Spencer, Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues circulavam pelas aulas de biologia, salas dos professores, corredores e ainda no pátio na hora do intervalo; a escola Normal não era uma nau de alienados na capital do café. Serão citados, aqui, alguns atores sociais e os seus respectivos pontos de vista, na expectativa de resgatar o conceito que estava sendo largamente apregoado pelos intelectuais em revistas científicas, jornais especializados, museus, cátedras, assembleias legislativas, igrejas e feiras livres. Começando pelo engenheiro e abolicionista Paula Souza, que trabalhou com Ramos de Azevedo, na elaboração do projeto arquitetônico da Escola Normal de São Paulo, e entendia que a raça negra era de fato uma raça inferior. Acreditava, porém, que a instrução escolar poderia possivelmente adequar o negro ao bom convívio social e, quem sabe, até poderia se pensar na possibilidade de, por meio da educação, ele se elevar ao status de homem ou mulher independente (CAMPOS, 2007).

Entre os lentes vamos encontrar Silva Jardim, positivista, abolicionista e republicano, no entanto, quando precisou se posicionar entre a abolição e a república optou pela república. Jardim se indispôs veementemente com José do Patrocínio por esse não abrir mão de interceder efusivamente em favor da abolição.

Uma das figuras mais importantes na campanha abolicionista foi o jornalista Joaquim Nabuco, que mesmo sendo abolicionista, scandalizou-se ao se deparar com um artigo de José Veríssimo, publicado no Jornal do Comércio, em que, homenageando Machado de Assis, evidenciava a condição de mulato e grego do escritor e, ainda, acrescentava o seu apurado senso de beleza e a sua maneira equilibrada de conduzir o texto. Machado era, a seu ver, um mestiço em alta conta. Nabuco, porém, o reprovava veementemente por meio de uma epístola enviada de Washington, com data de 25 de novembro de 1908, e diz, com todas as letras, que para ele Machado era branco e que se

estivesse vivo não iria gostar de ser tratado daquela maneira (AZEVEDO, 2004). Posto isso, creio que podemos intuir que o racismo estrutural, por meio da eugenia, estava sim infiltrado na Escola Normal de São Paulo principalmente por meio do positivismo no apagar das luzes do Império e início da República.

A cidade de São Paulo de 1823 a 1850 foi uma cidade habitada praticamente por estudantes, o que lhe trouxe novo fôlego de vida (TOLEDO, 2003), sendo a Academia de Direito a grande responsável por atrair essa parcela da população que alvoroçou o cotidiano da modorrenta urbe no Planalto de Piratininga. Entretanto, a partir de 1846, juntou-se a esse contingente estudantil alunos normalistas, até o ano de 1867, quando as suas atividades foram encerradas. Em 1874, a Escola Normal foi reaberta no mesmo prédio da Faculdade de Direito, só que acomodando moças e rapazes. É nessa época que vamos encontrar, inserido entre os normalistas, Carlos Reis, futuro membro da comitiva paulista que<sup>17</sup> esteve na Exposição Internacional de Saint Louis em 1904. A Escola Normal funcionou nesse endereço até 1878 quando novamente as suas atividades foram suspensas. Em 1880 ela foi novamente reaberta, passando por vários endereços, Rua da Boa Morte, Rua do Tesouro e Praça da República<sup>18</sup> no ano de 1894<sup>19</sup>.

Naqueles idos, no início do século XIX, a cidade de São Paulo, com a presença dos estudantes, foi capturada por uma nova maneira de vestir e atividades como nadar e caçar receberam requintes de encontros sociais e espaços privilegiados para o flerte. Discussões acaloradas sobre política, religião, família, educação, literatura também ganharam as ruas da capital, resultando na criação de pontos de encontro como: praças públicas, tabernas, livrarias, restaurantes e o impulsionamento da imprensa paulista (MARCÍLIO, 2005).

Não obstante,

[...] não só o movimento estudantil foi o responsável pelas grandes modificações que ocorreriam em São Paulo: desde a década de 1850, e principalmente a partir de 1870, a cidade entra em nova fase, já que se transforma numa espécie de “centro” do comércio cafeeiro, ou então, nos termos de Ernani da Silva Bruno (1984), na “metrópole do café”. Isto é, com a contínua e acelerada decadência das plantações do Vale do Paraíba e a ascensão paralela do Oeste paulista, São Paulo começava a conhecer a riqueza e o brilho do café. A capital da província beneficiava-se com as mudanças econômicas que ocorriam no país e ia

---

<sup>17</sup> Juntamente com Horace Lane e Oscar Thompson.

<sup>18</sup> A escola ficou nesse endereço até 1977, sendo transferida para o Bairro da Aclimação, mas parte dos alunos foram instalados na Praça Roosevelt.

<sup>19</sup>Embora o prédio permaneça como um marco republicano na capital bandeirante, as atividades acadêmicas não mais e, isso, desde 1978.

aos poucos se transformando na “sede principal” desse lucrativo tipo de produção agrícola. (SCHWARCZ,1987,p.44)

A urbe se reinventa nesse ínterim com avanços e recuos nos campos da arquitetura, política, economia, educação, comércio, etc. Nesse contexto que homens e mulheres, nos primórdios do século XIX, nativos ou não da capital bandeirante e membros das mais diversas camadas sociais entrincheiradas na metrópole do café, transitam impactando e sendo impactados com a avalanche de ideias novas que se alastraram pela jovem República (REZENDE,2003). A partir de 1890, o fluxo migratório só aumenta na cidade de São Paulo, fluxo esse, com cada vez mais aventureiros, operários e estudantes, tanto de dentro como de fora do Brasil.

É nesse contexto que chegam ao torrão bandeirante em busca da “mística da modernidade” que prometia a tão sonhada “vida boa”, onde, a racionalidade que nos distingue dos demais seres vivos, iria conduzi-los na produção do conhecimento, o que resultaria em bem-estar (ARISTÓTELES, 2014). Ainda falando sobre “vida boa”, Dworkin (2011) entende que a “vida boa” é aquela à qual “[...] podemos ter orgulho de ter vivido, mesmo quando motivos são satisfeitos ou não [...]”. (DWORKIN, 2011, p.4). Em outras palavras, para Dworkin (2011) o ato de viver bem tem a ver com a subjetividade do indivíduo e com o fato dele empreender titanicamente, utilizando propostas que venham a viabilizar esse fim, no entanto, com a ressalva de que é preciso levar em conta a necessidade de respeitar as restrições básicas no que se refere a dignidade humana. Com relação à cidade, ela tinha, naquele momento, o produto tipo exportação do país e o embrião de um aparelho educacional que prometia dar novos rumos aos destinos da cidade de São Paulo, conseqüentemente ao Estado de São Paulo e ao país.

Nesse hodierno contingente migratório, dos anos noventa do século XIX, chega mais uma leva de calouros para a Escola Normal de São Paulo que, a partir de 1894, passou a ser conhecida como Escola Normal Caetano de Campos e, entre eles, dois irão nos interessar para compor o corpo desta tese por serem afrodescendentes, ambos vindos do interior do Estado, um da cidade de Lorena e o outro da cidade de Itu, são eles: Alfredo Machado Pedrosa e Benedito Galvão. Alfredo chega à cidade de São Paulo em 1894 e Galvão em 1897. Nessa época de forte imigração, período imediato a abolição e a Proclamação da República, se faz necessário pontuar que os paulistanos não viam com bons olhos a presença de todo e qualquer imigrante, aliás, evitavam a todo custo os amarelos oriundos da China e os negros. São Paulo se posicionou abrindo as suas fronteiras apenas para imigrantes advindos de alguns dos países da Europa e América do

Norte, nisso os paulistanos foram bem específicos, e do Continente Africano apenas aos que adviriam das ilhas Canárias, local que foi colonizado pela Espanha (SCHWARCZ,1993).

Essa dinâmica de imigração, em âmbito financeiro, ocorreu no Estado de São Paulo, porque os senhores da casa-grande conseguiram o suporte financeiro junto aos governos estadual e federal, ou seja, essa manobra não lhes custou nada. No entanto, o grosso dessa imigração era constituída por italianos que vinham em grande quantidade trabalhar em regime de colonato nas propriedades dos antigos senhores - é digno de nota que esses cafeicultores paulistas foram ampliando as suas fazendas por intermédio das Companhias Imobiliárias e dos grileiros, ambos utilizavam como álibi a Lei de Terras a qual havia sido aprovada ainda em 1850 (VITA,1989).

Outra variável, que auxilia no esclarecimento do fenômeno imigratório em terras bandeirantes, é a proposta de melhorar a qualidade do sangue paulistano pela via do branqueamento do Estado de São Paulo, por meio do viés da imigração europeia.

No cenário paulistano, os positivistas se dividiam em dois grupos: os ortodoxos e os heterodoxos. O primeiro grupo entendia o Positivismo como filosofia, enquanto o segundo como proposta científica. Os positivistas heterodoxos foram os que influenciaram na construção do PRP (Partido Republicano Paulista) e no projeto e implementação do projeto republicano. Dentre eles, o mais conhecido, não só pelos estudantes da Academia Militar e Politécnica do Rio de Janeiro, mas também pela corporação composta pela Marinha e o Exército, foi o professor Benjamin Constant, agente importantíssimo no enredo republicano no final do Império e início da República (LINS,1964).

Segundo Rodrigues (1930), o positivista, que talvez viesse a estar em pé de igualdade com o carisma de Benjamin Constant no âmbito da Escola Normal de São Paulo naqueles idos, era o professor Godofredo Furtado, positivista ortodoxo e, portanto, arqui-inimigo da Igreja Estatal. O filósofo Costa (1982) endossa que o Positivismo que permeou em território paulista foi o heterodoxo, ou seja, a versão cientificista de característica difusa mesclado com o evolucionismo de Herbert Spencer. No seu entender, esse pensador inglês alega que todo o conhecimento está englobado nas ciências. Costa (1982) argumenta, ainda, que essa proposta naturalista e de arquitetura simplista condizia com a mentalidade das elites pouco dadas às abstrações e por demais simpáticas às ideias definitivas (COSTA,1982). E, como já vimos anteriormente neste trabalho, Herbert

Spencer (1851) foi o artífice do darwinismo social, ideologia que tanto encantou a intelectualidade autóctone na segunda metade do século XIX.

No entanto, essa vigilância eclesiástica baixa a guarda sobre a Escola Normal assim que a República é decretada e a nova Constituição vem à tona; a República moldada pelos artífices maçônicos e positivistas se autodefiniam como laica. Naquela época os paulistanos entediam que o rei ocupava o trono pela vontade de Deus, mas o Presidente da República pela vontade do povo.

## 2.2 Edmundo Malachias de Almeida Lisboa

Ao me debruçar sobre o tema em questão, passei a procurar por afrodescendentes que chegaram a colar grau na Escola Normal de São Paulo no período demarcado como Primeira República, provavelmente o período mais conturbado para os afrodescendentes na história republicana na cidade de São Paulo. Admito que fui capturado pelo cenário e sai a procura dos agentes negros que compõem o enredo da trama histórica estudada. Passei a peregrinar não só por textos, mas também em alguns dos arquivos das instituições de ensino da capital do estado de São Paulo em busca desses titãs da cor de ébano.

Golombek (2016) traz à tona um personagem que, de alguma forma, foi esquecido e, até o momento presente, os pesquisadores da história da educação não sabem de fato de quem se trata. É um provável docente, afrodescendente, que foi detectado num documento de natureza iconográfica. Não obstante, não consegui identificá-lo pelo nome, período de atuação e qual a possível cadeira que ocupava no organograma da Escola Normal. Todavia, a autora sugere que esse agente estava contracenando com os seus pares e estudantes em algum momento do segundo império. No entanto, ao apresentá-lo, Golombeck (2016) produz uma ruptura apolínea na produção historiográfica da Escola Normal de São Paulo. E por que faço essa alegação? Porque a invisibilidade do agente negro na Escola Normal de São Paulo é uma questão ontológica. Entretanto, vamos encontrar o João Lourenço Rodrigues nas suas reminiscências nos brindando com uma cena nobilíssima. Vejamos:

Vamos encontrar o jovem normalista Rodrigues vivenciando a experiência do trote enquanto calouro na Escola Normal, na época instalada no casarão da Rua da Boa Morte. Na descrição da cena, nos apresenta um colega de turma. Atentemos: “ A frente do bando folgazão vinha um estudante moreno, cujo nome ouvi repetido por diversas

bocas: Edmundo! Edmundo!” (RODRIGUES, 1930, p.151). Se tratava do estudante Edmundo Malachias de Almeida Lisboa, formando da turma de 1890. Será esse o único aluno mestiço afrodescendente que perpassa pelo texto de Rodrigues, ou havia mais e não foram identificados? Mas, se havia, por que só o Edmundo mereceu a atenção de Rodrigues? O memorialista ressalta que esse calouro andava bem vestido e circulava com facilidade por entre os estudantes; seria o Edmundo filho ou afilhado de algum sinhozinho ou senhor da casa-grande paulistana?

Perguntas essas que não encontrei respostas e não terei tempo para as dar ainda nesse trabalho. O Edmundo entra em cena pelo menos três vezes no texto de Rodrigues (1930), mas vou citar apenas mais uma, a que ele, na condição de aluno estagiário, ou melhor, aluno mestre, que era a qualificação da época, se encontrava sob os cuidados da temida diretora da Escola Modelo, a professora Márcia Browne. Segundo o memorialista:

[...] Certo dia o Edmundo Malachias, espírito mais folgazão do 3 ano ou de toda a Escola, apareceu com um processo novo, de sua invenção, para ensinar sistema metryco. Tinha montado no corredor um simulacro de armazém de secos e molhados, e, por traz de uma escrivaninha transformada em balcão, vendia aos petizes ...serragem de madeira. Para isso empregava medidas de capacidade, pesos, balança. Era um ensaio de escola activa, executado uns quarenta anos antes do aparecimento do rótulo actual. O Dr. Caetano de Campos aplaudiu e Miss Browne achou graça. Infelizmente o Edmundo não pode continuar por muito tempo porque a mercadoria acabou-se (RODRIGUES, 1930, p.22)

Rodrigues (1930) sempre que traz o amigo para os holofotes da trama, o apresenta como sendo um ser extremamente sociável e popular entre os normalistas da época e, nesse recorte, ele é inserido também como aluno inovador no campo da didática, recebendo aprovação dos discentes e da dupla de diretores, o Dr. Caetano de Campos, um darwinista social diretor da Escola Normal, e a professora Márcia Browne, diretora da Escola Modelo e oriunda de um país na época regido por leis Jim Crow<sup>20</sup> Edmundo, segundo o olhar de Rodrigues havia desenvolvido o seu estilo estético próprio de existir (FOUCAULT, 1987), demonstrava cuidado com a sua indumentária, possuía humor refinado era bem relacionado e não abria mão de produzir conhecimento enquanto estudante do curso Normal. Ele não aceitou ser docilizado pelo jogo da verdade apregoado pelas elites paulistanas com relação ao papel social que o negro deveria desempenhar na sociedade paulistana. O normalista Edmundo é um dos poucos

---

<sup>20</sup> Leis estaduais e locais que impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos.

afrodescendentes que tem o nome identificado no rol de alunos da Escola Normal de São Paulo, local onde era formada a elite do professorado paulista na Primeira República.

Ele é um agente importante na configuração do campo, pois se encontra no não lugar justamente no apagar das luzes do projeto escravizador e início da República, a sua militância tem estilo suave, no entanto marca profundamente a memória dos seus contemporâneos, Rodrigues (1930) o apresenta em seu texto de forma amigável, mas sem deixar de lhe conceder crédito pelo afincamento nos estudos, aliás esse é o único documento até agora que testifica a origem étnica de Edmundo. Esse jovem professor militou em algumas escolas da instrução pública paulista e paulistana iniciando a sua trajetória profissional na instrução pública em Porto Feliz, no interior do Estado de São Paulo, e a concluiu na escola da praia do Taguá no município de Ubatuba Litoral Norte do estado de São Paulo no ano de 1909 (MENESES, 2012).

### 2.3 Alfredo Machado Pedrosa

Embelezar a vida é sair da posição de criatura contemplativa e adquirir os hábitos e os atributos de criador, ser artista de sua própria existência. (DIAS, 2015, p.239)

Durante esta etapa do projeto realizei pesquisa documental nos arquivos do Centro de Referências em Educação Mario Covas, onde o entrelaçamento e a referenciação interna de um documento ao outro indicaram a necessidade de estabelecer contato com a Diocese de Lorena. Após a solicitação de informações dos agentes identificados em arquivos anteriores a Diocese, Lília Ligabo responde com o seguinte e-mail:

Boa tarde!

A Paz!

Sr. José, eu encontrei um Batistério com o nome de Alfredo, filho de Rita, mais no Batistério está escrito que ela era escrava de Dona Gertrudes Thereza Bueno, por favor peço que ligue aqui na Mitra Diocesana para podermos conversar sobre esse Batistério solicitado.

Aguardo retorno, obrigada!

att,

Lília Ligabo

Secretaria da Chancelaria

3153-1256

"O Senhor é meu Pastor e nada me faltará" 23:1-2 (LIGABO, 2019)

Foi com essa resposta positiva, vinda da cidade de Lorena, que comecei a entrar em contato com as raízes de um dos normalistas de origem afrodescendente que havia frequentado a Escola Normal da Capital, nos primórdios da Primeira República.

Após realizar contato telefônico, solicitado pela pessoa responsável por operacionalizar o arquivo, recebi o seguinte documento:

**Imagem 7-** Certidão de batismo de Alfredo Machado Pedrosa.



**MITRA**  
DIOCESANA DE LORENA

**CÚRIA DIOCESANA DE LORENA**

---

Rua Hepacaré, 28 - centro - Lorena - SP  
CEP 12.600-340 - fone (12) 3153-1256

**Certidão de Batismo**

**ALFREDO**

Certifico que revendo os livros de assentamentos de **BATISMO da PARÓQUIA NOSSA SENHORA da PIEDADE- LORENA/ SP** encontrou no Livro 10, N°18 de 1869 a 1874, página 43v, o seguinte teor:

---

Aos onze de Novembro de mil oitocentos e setenta, nesta Matriz, o Vigário Pe. Joaquim Pereira da Fonseca, baptisou solememente a Alfredo, filho de Rita, escrava de Dona Gertrudes Thereza Bueno; padrinhos: Nemedo Bernardino Ribeiro e Malvina Eulalia do Espirito Santo, todos fregueses desta Parochia. Pela D. Gertrudes Thereza Bueno me foi dicto quanto as testemunhas abaixo assignadas que o innocente Alfredo filho de sua escrava Rita, fosse baptisado como se nascesse de ventre livre e por isso gozando desde já do dom da liberdade. As testemunhas:

Gertrudes Thereza Bueno

Lucio José de Lemos.

Por Comissões do Im. Bispo Diocesano, Pe. José Arthur de Moura.

Obs.: **Para Procedência Acadêmica.**





Padre Valdecy Alves da Silva Ferraz  
Chanceler do Bispado

**Cúria Diocesana de Lorena, 04 Março de 2020.**

**Fonte:** Cópia emitida pela Cúria Diocesana de Lorena durante a realização da pesquisa.

No documento, a mãe e a criança não têm sobrenome, situação provavelmente decorrente da condição de escravizada da genitora, pois a criança nasce antes de a Lei do Ventre Livre ser aprovada<sup>21</sup>. No entanto, Dona Gertrudes Thereza Bueno, a proprietária da escravizada, Rita, concede liberdade ao pequeno Alfredo antes do mesmo ser batizado, solicitando ao vigário que o menino seja batizado como se tivesse nascido de um ventre livre. O sacerdote cumpre o pedido e registra esse fato histórico no livro de batismo da sua paróquia, diante das testemunhas. Portanto, o pequeno Alfredo é um negro livre no Brasil Imperial de D. Pedro II, sendo filho de mãe escravizada, residindo na cidade de Lorena sob os bons auspícios de Dona Gertrudes Bueno.

Apesar do sobrenome do Alfredo não ser familiar, a cidade de origem, a data e o ano do seu nascimento, o nome da mãe, o sobrenome Bueno, o mesmo da sua antiga proprietária, são fortes indicadores de que estamos tratando do ingênuo Alfredo. As mulheres Rita e Gertrudes provavelmente ocupavam um lugar de potência (RIBEIRO, 2017) na trajetória do Alfredo, e cada uma a seu modo procurava lhe proporcionar oportunidades por meio das pequenas frestas a elas concedidas na ordem do discurso patriarcal. Não foi localizado o nome do pai de Alfredo em nenhum dos documentos analisados. O nome do progenitor simplesmente não aparece no batistério ou nos documentos exigidos para o seu ingresso na Escola Normal de São Paulo e, em alguns registros, no lugar do nome paterno aparece o termo “incógnita”. Vestígios do pai do Alfredo de fato não foram encontrados em quaisquer documentos durante a pesquisa. O que fica claro, no entanto, é que Alfredo e a sua mãe estão amparados pela Dona Gertrudes Bueno.

A cidade de Lorena está localizada no interior do estado de São Paulo, às margens do Rio Paraíba, e no final do século XIX era local de entroncamento, visitada por viajantes e tropeiros que transportavam mercadorias e víveres. Naquele período, era um constante ir e vir entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e Lorena era um município focado na agricultura, produzindo algodão, café, farinha de mandioca e açúcar. A cidade de Lorena também possuía uma razoável classe de comerciantes, iluminação pública a base de azeite (posteriormente a querosene), alguns bons sobrados e um teatro. Em resumo, a cidade desabrocha cercada pela lavoura cafeeira, o que permite a chegada de gente formada pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, fato que incentivou alguns

---

<sup>21</sup> A aprovação de Lei só irá acontecer em 28 de setembro de 1821 e ele nasceu em 11 de novembro de 1870.

dos jovens *lorenenses* a pensar na possibilidade de ir à São Paulo, com o intuito de estudar. (EVANGELISTA,1962)

Diante desse fenômeno histórico, se faz necessário, ainda que de maneira superficial, adentrarmos no campo da política na cidade de Lorena, no período anteriormente citado, com o escopo de conhecermos um pouco mais a respeito do potencial político da cidade natal de Alfredo Pedrosa.

Nos meados do século XIX, vamos encontrar no município das Palmeiras Imperiais<sup>22</sup> alguns eleitores de Paróquia com o sobrenome de Bueno<sup>23</sup>. Durante a realização da pesquisa não foi possível estabelecer nenhuma afinidade entre os varões com o sobrenome Bueno e a Dona Gertrudes, mas a possibilidade existe. No entanto, a intenção aqui é a de apresentar o como se constituía o corpo de eleitores no Brasil Imperial aproveitando o cenário político de Lorena. Para ser um eleitor no Brasil Império existiam algumas especificidades que precisavam ser supridas, como o ser do sexo masculino e ter no mínimo 25 anos<sup>24</sup>. Havia dois tipos de eleitores, os de paróquia e os de província; o primeiro grupo precisava comprovar renda anual mínima de pelo menos cem mil réis e o segundo grupo de 200 mil réis. O eleitor de Paróquia elegia o eleitor de Província que, por sua vez, era quem elegia os representantes da Câmara e do Senado. Para se candidatar a deputado, o concorrente deveria comprovar renda de 400 mil réis por ano, e para se candidatar a senador a renda a ser comprovada deveria ser de 800 mil réis. Essa dinâmica deixa evidente que a participação popular no processo político era simplesmente inexistente (SILVA,1992).

Só para constar, alguns varões de sobrenome Bueno residentes na região de Lorena participaram do seletor grupo de eleitores daqueles idos, o que demonstra a presença de capital financeiro elevado e político no eixo dos Bueno. Outro quesito, que daremos uma breve pincelada, é a educação. Em Lorena, naqueles anos, vamos encontrar uma cadeira de Latim e outra de Francês, e três escolas de Primeiras Letras, uma para o gênero masculino, uma para o gênero feminino e uma outra para atender a particulares (LAEMMERT,1857). Em 1871 um dos lentes da cidade de Lorena é o professor Carlos Reis, que atua como professor respaldado pelo certificado de palácio e que se forma na Escola Normal de São Paulo em 1878 (ROCCO,1946).

---

<sup>22</sup> Esse é o codinome de Lorena.

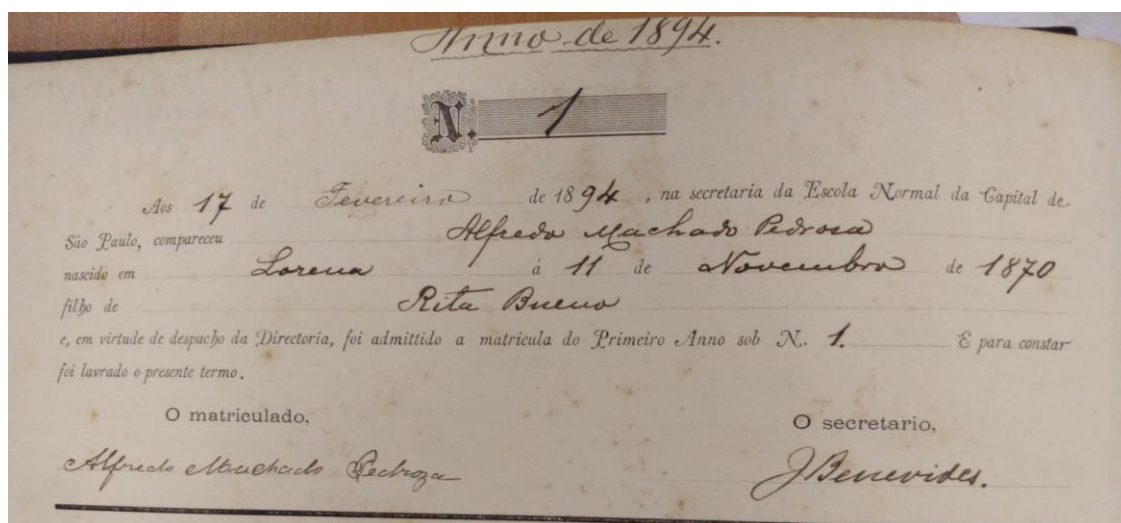
<sup>23</sup> São eles Augusto de Godoy Bueno, Francisco B. Ortiz Bueno e o Major Antônio B. de Godoy Bueno.

<sup>24</sup> Essa especificidade poderia ser relevada caso o eleitor fosse casado, militar, clérigo ou bacharel.

Foi possivelmente neste contexto que o jovem Alfredo cresceu, na cidade de Lorena, às margens do Rio Paraíba, convivendo com todos os percalços de uma cidade que se encontrava entre duas capitais de referencial forte como era o caso do Rio de Janeiro, na época sede do governo imperial, e São Paulo, com a sua Faculdade de Direito em plena efervescência do café. O Alfredo recebeu de presente ao nascer a liberdade, na condição de filho de escravizada a sua sorte era para ter sido diferente, no entanto ele não se limitou apenas a ser um ser humano livre no Brasil do segundo império. Houve da parte dele inconformismo em conviver com uma subjetividade assujeitada (FOUCAULT, 1984) e imposta pela elite branca paulistana. O jovem lorenense aprendeu a conviver consigo e a sua tez, maximizando os benefícios a ele concedidos pela senhora da sua progenitora. Mas na condição de homem negro entendeu que poderia adquirir capital cultural e transformá-lo em rota de fuga (Deleuze & Guatarri, 1996) daquele contexto amesquinhado do racismo estrutural para constituir a sua subjetividade negra de acordo com o seu próprio entendimento. Assim o fez, escrevendo para si um script de sua autoria e se tornando o artista de sua própria história (DIAS, 2015)

Anos depois, Alfredo efetua a sua matrícula na Escola Normal de São Paulo e o seu nome está averbado no livro de matrículas do ano de 1894.

**Imagem 8-** Livro de Matrículas da Escola Normal de 1894.



**Fonte:** Arquivo do Centro de Referência em Educação Mário Covas.

Não encontrei escritas de si produzidas pelo Alfredo na sua época de república estudantil enquanto normalista na Paulicéia da década de dez do século XX. A escrita de si é uma prática importante na construção de si e que permite ao sujeito olhar aspectos da sua subjetividade como num espelho. Na ausência dessa escrita não me foi possível detectar a sua percepção do tratamento que recebia dos seus possíveis professores,

colegas, amigos e pessoas da casa onde residia na cidade de Lorena. A constituição da subjetividade do homem negro começa a ser discutida em nossos dias, aquilo que o afeta no campo emocional ainda está sendo posto, e não é um espaço pacificado. Na época do Pedrosa, era algo de caráter extremamente reservado. Porém, levando em consideração as considerações feitas neste trabalho sobre eugenia e racismo, podemos inferir que Pedrosa deve ter tido dias, no mínimo, difíceis durante a sua vida acadêmica.

O Alfredo chegou a São Paulo no ano de 1894, ano em que o novo prédio da Escola Normal estava sendo inaugurado. Naquele período a instituição estava instalada na Praça da República, tendo como diretor o Dr. Gabriel Prestes, um ex-normalista com a sua desafiadora proposta curricular, alumbramento que reivindicava pré-requisitos consistentes na área acadêmica por parte do estudante. Além do Alfredo alguns outros jovens daquela região<sup>25</sup> se dirigem a São Paulo com fins estudantis e, entre eles, vamos encontrar três nomes importantes: Carlos Escobar, de São José dos Campos, que se dirige a São Paulo em 1881; Oscar Thompson e José Pereira Bicudo, naturais de Paraibuna, chegando a São Paulo em 1889 com endereço certo para a Escola Normal de São Paulo.

O campo educacional da cidade de São Paulo se encontrava em pavorosa com esse fato histórico e a magnitude da construção era intencional. Segundo Carvalho (1989), a construção deste imponente edifício em local estratégico havia ocorrido com recursos que deveriam ter sido canalizados para a edificação de uma catedral. Porém, os dirigentes da República, que era laica, canalizaram a verba para a ideologia em voga, a positivista, que propunha um outro tipo de santuário (CARVALHO, 1989). Ou seja, a educação de signo positivista com a intenção de ser revolucionária que, entretanto, é fleumática (CAMBI, 1999), elege a escola como o novo templo da República, e o professor, uma vez fundamentado em um currículo laico, cientificista e utilitarista, era o sacerdote.

O projeto pedagógico do positivismo estava voltado, em particular, para uma elaboração da pedagogia como ciência (ou ciência da educação), por um lado, e por outro, para a definição dos *currícula* formativos, colocando em seu centro a ciência, vista como conhecimento típico e central do mundo moderno baseado na indústria e como um feixe de disciplinas altamente formativos, colocando em seu centro a ciência, vista como o conhecimento típico e central do mundo moderno baseado na indústria e como um feixe de disciplinas altamente formativas, tanto no plano intelectual como no do caráter. Ao lado destes aspectos dominantes deve, porém, ser destacada também a presença de outras características típicas da posição “positiva”: a valorização da educação como “dever” essencial das sociedades modernas e como “direito” de

---

<sup>25</sup> A região administrativa de São José dos Campos atualmente é composta por 39 cidades, Paraibuna e Lorena fazem parte dessa região

cada cidadão e, portanto, como meio primário para operar uma evolução no sentido laico e racional da vida coletiva; a atenção aos problemas da escola, sentida como o instrumento essencial desse crescimento educativo das sociedades industriais. (CAMBI, 1999, p. 467)

A proposta educacional que os republicanos adotaram tinha a ciência, a técnica e a ética de cunho laico como os pilares para a construção da cidadania na Paulicéia da Primeira República.

O relatório da Escola Normal, apresentado pelo diretor Gabriel Prestes em 1893, oferece uma descrição detalhada dos conteúdos ministrados em cada uma das matérias do programa de ensino ministrado nessa escola. A cadeira de Pedagogia compreendia a rubrica “Introdução ao Estudo de Pedagogia”, matéria que se iniciava com a história do pensamento pedagógico mediante estudo dos “pedagogistas célebres”, como Comenius, Locke e Rousseau. Em seguida era destacada a figura de Pestalozzi e Froebel na educação popular comparando-se o pensamento de Herbert Spencer-situação da evolução pedagógica e a instituição da ciência da Educação. Em seguida, “Análise Pedagógica”, em que o destaque era dado às matérias de ensino e tópicos de psicologia, educação dos sentidos, educação moral, cultura e sensibilidade, educação da vontade e do caráter, disciplina escolar. Por último, em “Síntese Pedagógica”, a organização didático-pedagógica da escola preliminar: organização pedagógica em geral, classificação dos alunos, tipos de escolas primárias, programas de ensino, emprego do tempo, material escolar, preparo de classe. A maioria das indicações de compêndios e livros de consulta indicados para essa disciplina eram de autores franceses e alguns brasileiros. (SOUZA, 1998, p.65-66)

O diretor da Escola Normal, na época, era um idealista e estava de fato alinhado com o projeto de redirecionar a instrução pública paulistana, investindo consistentemente na formação do normalista. O currículo da Escola Normal na gestão de Prestes, dá-se a entender, foi constituído com a perspectiva de formar profissionais que iriam lidar com um futuro razoavelmente antevisto, presciência, essa, embasada segundo axiomas lógicos-positivistas. No ponto de vista de Monarcha (1999), Gabriel Prestes e seus aliados tinham a pretensão de viabilizar ao normalista, por meio da formação enciclopédica, prestígio e poder, essa formação seguia o quadro hierárquico das disciplinas segundo a proposta positivista que tinha a matemática como base, seguida pela astronomia, química, física, biologia e a sociologia. No entanto, em função do seu currículo, a Escola Normal perde o seu poder de atração para captar novos candidatos normalistas e os argumentos são diversos. Alguns críticos entendem que o Gabriel Prestes tinha a pretensão de instalar em São Paulo um estabelecimento de ensino Normal, modelo não só para todo o país, mas como o intuito de possivelmente estar em condições de igualdade com instituições europeias. No entanto, é necessário pontuar duas questões: surgiram comentários onde o

currículo da Escola Normal era apresentado como inadequado para a excelente performance que se esperava do professor primário; o programa oferecia uma ampla cultura geral e excelente formação propedêutica (MONARCHA, 1999). Dewey (2002) entende que, em síntese, os benefícios que a sociedade usufrui, a ela chegam por intermédio da instituição escolar e isso acontece quando a escola se apropria dos futuros membros da sociedade, e neles incuti seus valores e utopias.

Portanto, naquele ensejo o objetivo era nomear a escola como um dos pontos estruturais do novo regime do governo, a expectativa do diretor da Escola Normal era criar as condições ideais para que o normalista, ao concluir o programa, viesse a estar em condições de dar conta dos desafios que o aguardava não só na capital, mas, também, nos rincões do estado. Segundo a perspectiva de Cambi a escola “[...] é lugar de reprodução tanto da força de trabalho como da ideologia e todo o sistema escolar é voltado para essa ideologia” (CAMBI, 1999, p. 495). A Escola Normal de São Paulo estava, portanto, organizada para fornecer a formação técnica, além de imprimir nos estudantes os valores coletivos da sociedade burguesa paulistana.

Para Rodrigues (1930), a Escola Normal, no início da Primeira República, era conduzida por um híbrido entre duas correntes ideológicas: uma que provinha da Escola Neutralidade, a qual havia sido constituída pelo pensamento de João Kopke e colaboradores como Caetano de Campos, Ciridião Buarque e Rangel Pestana e outra oriunda da Escola Americana de São Paulo, conduzida por Horace Lane. Ou seja, vamos encontrar um sutil tensionamento entre o evolucionismo darwinista e o criacionismo protestante disputando o espaço hierárquico no campo ideológico na Escola Normal de São Paulo (RODRIGUES, 1930).

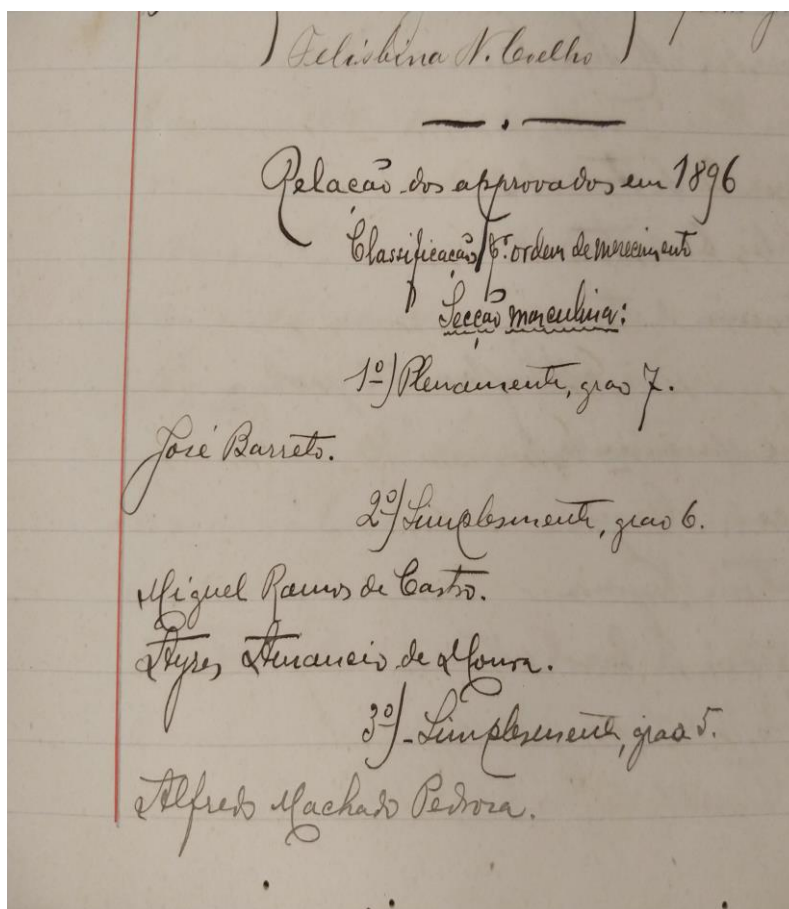
A instituição escolar na modernidade paulistana é instituída visando o aperfeiçoamento dos estudantes via o racionalismo, onde a dialética composta por causa e consequência estaria estabelecendo parceria com o binômio direitos e deveres que, intuitivamente, iria conduzir os estudantes a usufruírem de autonomia moral, a qual seria adquirida pelo consistente exercício da força de vontade (SILVA, 2009). Para John Dewey (2002), a Escola Normal surge da combinação de alguns fatores como a necessidade primordial de formar professores com treinamento profissional aliada ao entusiasmo de aquisição cultural. A Escola Normal era a pedra de toque na formação dos jovens profissionais da instrução pública e se encontrava no epicentro dessa inovação municada com a pedagogia de cunho positivista. Para Rosa Fátima (1998), a carência de escolas secundárias em território paulista, no início da Primeira República, foi,

provavelmente, o que tencionou a Escola Normal da Capital a impulsionar o seu currículo para além da formação docente, ato que justifica a presença de disciplinas como a de Agrimensura e a Escrituração Fiscal em seu programa de ensino, sapiência que qualificava os seus discentes para outras atividades. Em suma, a dinâmica provocada pela lavoura da rubiácea justificava o abrir novas possibilidades para o exercício profissional na área urbana e rural.

A meu ver, a Escola Normal da Capital, no viés republicano, é por um lado inserida no cenário paulistano com o seu perfil já burilado teleologicamente para protagonizar como sendo a base das operações do intento educacional projetado pelos cafeicultores do Oeste paulista. Entretanto, de maneira simultânea, ela também atua como polo de formação humana, onde a pedagogia, enquanto ciência aplicada, procura estimular os estudantes a se tornarem sujeitos nos campos cognitivo e socioemocional, uma vez impulsionados por meio dos embasamentos teórico, metodológico e experimental a eles apresentados por meio das aulas e estágios supervisionados.

Foi animador encontrar o nome de Alfredo no livro de Méritos da Escola Normal, no ano de 1896, com a terceira melhor média de aprovação. Dar conta do programa de estudos elaborado pelo Dr. Gabriel Prestes naqueles idos não era nada fácil. Alfredo, em alguns momentos deixa pistas como essa que foi encontrada no Livro de Méritos, vestígio que nos leva a intuir que ele foi se auto constituindo como estudante autônomo por meio de técnicas de si, onde assumiu a responsabilidade de cuidar de si mesmo buscando eliminar os seus próprios maus hábitos e se dispondo a cultivar uma rotina saudável no campo cognitivo e filosófico. O fato é que o Alfredo deixa a entender que assumiu compromisso consigo mesmo, com a sua própria educação e instrução escolar, esse fenômeno foi se evidenciando ao longo da sua carreira estudantil.

**Imagem 9-** Livro de Classificação por Merecimento da Escola Normal, 1896.



**Fonte:** Centro de Referência em Educação Mário Covas.

No entanto nunca é demais ressaltar que, no caso paulistano:

[...] os reformadores do século XIX, pautados na idéia de inferioridade de negros e mestiços, isto é, de grande parte da população brasileira de então, foram delineando um projetoimigrantista apoiado em sofisticadas “teorias raciais”, que previam a impregnação pelos negros e mestiços das “virtudes étnicas dos trabalhadores brancos, isto é, da civilização europeia ocidental”. (DEMARTINI, 2010, p.274)

Ou seja, as elites paulistanas acreditavam que a alteração da realidade na sociedade paulistana daqueles dias viria, também, por intermédio da influência da cultura europeia disseminada entre os agentes negros, índios e os seus mestiços.

#### 2.4 Um breve histórico da eugenia

Me parece que aqui é o momento oportuno para contextualizar a condição de enfrentamento vivida pelos agentes negros no cenário da instrução pública paulistana diante da proposta eugênica que fora implementada pela classe hegemônica, com a finalidade de legitimar, com o que chamavam de embasamento científico, a inferioridade

étnica do negro, com o intuito de assegurar para si o poder de mando no cenário do pós-abolição da Primeira República na capital do café. É provável que o procedimento mais tangível e equilibrado para termos condições de iniciarmos uma análise do tema “eugenia”, no contexto de instrução pública paulistana no final do XIX e início do XX, seja o de tecermos uma linha do tempo a respeito da sua emergência no cenário internacional.

Iniciaremos o nosso relato a partir do final do século XVIII, quando o economista britânico, Thomas Malthus<sup>26</sup> (1798), propunha que a caridade para com os menos favorecidos potencializava a manutenção da pobreza e entendia que se fazia necessário efetuar o controle de natalidade para que houvesse equilíbrio entre produção de suprimentos e população. Um outro inglês, Herbert Spencer, publicou em 1851 o texto *Social Statics*, onde desbancava a Deus de condutor amoroso da espécie humana e nomeava o ser humano e a sociedade como assujeitados às leis da ciência. Para Spencer (1851), a sobrevivência era a característica ímpar do mais capaz, o qual tinha condições de aperfeiçoar a sociedade enquanto os menos aptos iriam e mereciam desaparecer ao longo da história (BLACK, 2003)

Nesse contexto, no ano de 1883, o estudioso britânico Francis Galton cunhou o termo eugenia. Entretanto, antes desse fato ocorrer, Galton teve contato com o texto *A origem das espécies*, de Charles Darwin, publicado em 1859 e, por consequência dessa leitura, começou a registrar as suas elucubrações a respeito do tema, exercício escriturístico do qual resultou, em 1865, o ensaio *Hereditary talent and character* que desaguou no livro *Hereditary genius*, em 1869. Este livro em especial é reconhecido até os nossos dias como o texto precursor da eugenia. Nesse manuscrito, o autor defende que ratificar a competência humana é obra da hereditariedade e não da educação. Sendo assim, na década de 80, do século XIX, a eugenia entra em cena com ares de ciência e com forte impacto social, onde as palavras “degeneração” e “miscigenação” foram incorporadas ao cotidiano de nobres e plebeus (SCHWARCZ,1993)

Para Weber Lopes Góes (2015), a eugenia teve algumas vertentes ideológicas para poder fundamentar a inferioridade inata do diferente naqueles idos e, para tanto, nos apresenta três teorias científicas: a étnica-biológica, a histórica e a darwinista social. Com

---

<sup>26</sup> A teoria do crescimento demográfico de Thomas Malthus propunha que a população crescia de acordo com a fórmula da progressão geométrica, onde a base do operacional é a multiplicação. No entanto, o seu olhar para a produção de alimentos elegia a progressão aritmética onde a base operacional era a soma.

o intuito de alcançarmos melhor compreensão do tema, vamos fazer uma breve descrição de cada uma dessas agências de produção ideológica.

A escola étnica-biológica surge nos Estados Unidos da América, na primeira metade do século XIX, defendendo a existência de diferenças fisiológicas entre as raças humanas e, que essas diferenças, seriam resultado do clima e da cultura. Um dos principais defensores desse ponto de vista foi o cientista Louiz Agassiz, catedrático de Harvard. A outra escola foi a histórica que, por sua vez, tinha como principal prosélito o Conde de Gobineau. Segundo essa vertente de pensamento, a raça era fator determinante na história humana e aos vencedores era reservada a condição de superiores. A última escola é a darwinista, em que a essência está no sobreviver e evoluir, ou seja, a pauta é determinada pelo mais apto e esse é aquele que se sobressai numa competição. Nessa escola, os desníveis sociais são compreendidos como o resultado da evolução ou estagnação entre as raças, onde as estacionárias estão condenadas a degeneração e conseqüentemente a extinção. Os pontos em comum entre estas escolas de pensamento<sup>27</sup> estavam a reconhecer a inferioridade dos não brancos, pois entendiam que a Frenologia<sup>28</sup> e a Etnografia<sup>29</sup> endossaram esse ponto de vista com argumentos de aparência científica, elegendo, ainda, os europeus como a raça superior e as demais etnias, como a negra a amarela e a vermelha, como inferiores. (GÓES, 2015). Para Maria Augusta Bolsanello:

[...] O Darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta “natural” pela vida, portanto é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder. (BOLSANELLO,1996,p.153)

É com essa aura de superioridade étnica, uma vez blindada com os capitais bélico, econômico e cultural, que as elites demarcaram o seu espaço, definindo e impondo as regras no cenário mundial. Esses centros de produção e disseminação ideológicos produziram e pulverizaram, à sua maneira, o ato de ler e interpretar as mazelas sociais baseadas no clima e na hierarquia das raças. Nesse contexto, intelectuais e cientistas como Joseph Arthur de Gobineau, Louis Agassiz e Louis Couty, pensadores que estiveram

---

<sup>27</sup> A escola de pensamento é um movimento que se constitui em torno de um objeto de comum interesse que se organiza para atenuar um fenômeno já posto.

<sup>28</sup> A Frenologia reivindicava para si a capacidade de identificar as características principais da pessoa e a sua sensibilidade para o crime.

<sup>29</sup> A Etnografia tem como objetivo o analisar e descrever a cultura de determinado agrupamento humano.

visitando o Brasil na segunda metade do século XIX<sup>30</sup>, provocavam a intelectualidade brasileira com as suas ideias a respeito da conectividade entre a hierarquia das raças, o clima, a miscigenação e o fraco desenvolvimento da nação.

Em solo brasileiro alguns pensadores autóctones, no final do século XIX, endossaram esse racismo de cunho científico e, entre eles, vamos encontrar Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Essa parcela de intelectuais tradicionais (DURIGUETTO, 2014), entre outros, reelaboram para a conjectura brasileira o argumento eurocêntrico da época e enfatizavam que o atraso do Brasil se encontrava entrincheirado no quesito “raças inferiores”. Ou seja, as raças latinas, negra, indígena e a miscigenação por elas produzidas, sendo o quesito clima posteriormente descartado (SANTANA; SANTOS, 2016).

No Brasil, no apagar das luzes do século XIX, segundo os prosélitos da eugenia, a percepção de grande parcela da população está sendo composta por mulatos e negros, o que significava criminalidade, doença, retrocesso civilizatório e pobreza. Naqueles idos a degeneração era a bola da vez. No entanto, Sílvio Romero, que era membro da escola de Recife, mesmo tecendo críticas aos colonizadores por não terem colorizado o Brasil, em parceria apenas com o indígena, entendia que o caminho para o progresso passava naquele momento pelo gargalo da mestiçagem entre as três raças, sendo, porém, a de matriz africana com a branca a que mais demarcava o território. Para Romero (apud REZENDE, 2003), o negro havia contribuído de maneira positiva no campo da economia, mas de maneira degradada no campo da moral e se contava com o contingente imigrantista oriundo da Europa para ampliar o estoque de sangue branco em território brasileiro (RODRIGUES, 2008). Ainda, no olhar de Romero (apud REZENDE, 2003), o estoque de plasma europeu era fator preponderante para configurar a almejada homogeneidade nacional, onde a maioria da população seria caucasiana, pois na análise ontológica do literário sergipano todo e qualquer brasileiro naquele momento era um mestiço, e se não o era no sangue o era com certeza no campo das ideias (SCHWARCZ, 2008).

Euclides da Cunha era engenheiro, brasilianista, escritor e darwinista social, e compartilhava das preocupações e discussões que se encontravam em pauta no que se diz respeito aos possíveis destinos do Brasil no final do século XIX e início do século XX, onde o negro, recém saído do processo de escravização, roubava a cena no teatro nacional,

---

<sup>30</sup> Gobineau em 1869 a 1870, Agassiz em 1865 a 1866 e Couty de 1879 a 1884.

sendo apresentado como o principal agente do atraso brasileiro, segundo os intelectuais. Euclides, a sua maneira, entendia que o Brasil precisava criar condições no contexto político, econômico e cultural para poder confrontar ao que ele mesmo denominou de o darwinismo das nações, conceito imaginado por ele, onde os países melhores posicionados no mercado internacional estariam em condições não só de usufruir das benesses proporcionadas pela modernidade mas, também, poderiam obstruir o trajeto dos países menos favorecidos em função do determinismo da raça e do clima.

Euclides propunha que os sertanejos, tanto os de terras secas como os das terras úmidas, estavam em condições de defender e prospectar o Brasil à estágios superiores, pois entendia que esses atores sociais não haviam recebido grande carga de sangue negro. Mesmo com este pensamento, Euclides tinha ressalvas, pois não confiava nos habitantes do litoral visto que esses sim, segundo o seu ponto de vista, estavam embebidos no sangue e na cultura afrocêntrica e cooptados pelos estrangeirismos (MOURA, 1990). Entretanto, para Euclides da Cunha, essa prospecção para a civilização do país precisava acontecer. Levando em conta o Brasil e as suas singularidades, ele inferia que o país estava destinado à civilização, caso contrário, desapareceria (REZENDE, 2003). Da tríade de intelectuais citada acima, ou seja, os aludidos como representantes dos pioneiros do darwinismo social brasileiro, logo no início da Primeira República, entendemos ser necessário nos estendermos um pouco mais a respeito de Nina Rodrigues, por ser médico.

A formação de Nina Rodrigues teve início na Faculdade de Medicina da Bahia em 1882 e a conclusão na do Rio de Janeiro em 1888, sendo epígono de Francis Galton e Cesare Lombroso. Nina Rodrigues militou com afinco sobre o campo da medicina legal, o que lhe rendeu reconhecimento em grande escala nesse campo de atuação, produzindo artigos e livros. O impacto causado pelas prédicas e artigos do esculápio maranhense na comunidade médica legal o elegeram como o principal responsável pela análise do crânio de Antônio Conselheiro, em 1897 e do suicida Marcelino Bispo de Melo, o que atentou contra a vida do Presidente Prudente de Moraes em 1897, o primeiro presidente civil da República Velha.

Nina Rodrigues se posicionou por meio das páginas da revista *Gazeta Médica*, editada pela Faculdade de Medicina da Bahia, entre outras mídias impressas da época, a favor do darwinismo social, comungando da proposta que o desenvolvimento de uma nação estava acoplada a boa qualidade do clima e a excelência da raça que nela habitava. Rodrigues desabonava a miscigenação em número, gênero e grau, contribuindo de maneira deliberada a favor da ideologia do branqueamento.

Para Nina Rodrigues;

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificados que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus defensores, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. [...] (RODRIGUES, 2008,p.24 )

Para o médico maranhense não importa o quanto o negro, na condição de escravizado, tenha sido configurado como objeto ou coisa, não reconhecido e nem constituído como cidadão e, mesmo que tenha contribuído com a sua força de trabalho para a construção do Estado Brasileiro, ainda assim, de acordo com Rodrigues, ele era o principal responsável pela baixa qualidade da raça que habitava o Brasil, em tese, a mestiça. “Dos mestiços, eu não pretendo certamente que sejam todos irresponsáveis. Tanto importaria afirmar que são todos degenerados” (RODRIGUES, 2008, p.71). O referencial teórico de Nina Rodrigues estava embasado no pensamento de Herbert Spencer (1851) que não aliviava o peso de sua mão quando o tema era o hibridismo. Spencer (1851) também entendia que os mestiços gozavam de certo grau de inteligência, mas demonstravam falta de iniciativa, desmedido apego ao desânimo e a subserviência a déspotas incautos; para Nina Rodrigues o mestiço era uma ameaça para a supremacia branca.

Rodrigues (2008) inferia que a mestiçagem era um fenômeno de extrema importância e que precisava ser monitorada com certo rigor, pois os seus efeitos eram por demais degenerativos para o bem-estar da sociedade, entendia que a disseminação do mestiço negro com o branco colocava sobre mira a hegemonia do sangue branco. Do cruzamento do branco com o índio surgiu o caboclo; do branco com o negro o mulato; do negro com o índio o cafuzo e, para Nina Rodrigues, dentre os mestiços, o mais imprevisível era o pardo que concentrava o sangue das três raças: branca, negra e índia; no seu entendimento o determinismo biológico e climático eliminava a ação livre da vontade. No texto *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894, o médico maranhense dialogou com Tobias Barreto, José Veríssimo, Sílvio Romero, João Batista de Lacerda, Louis Agassiz, entre outros intelectuais que transitavam na órbita do darwinismo social, Rodrigues (2008) defendeu o seu ponto de vista na condição de médico legista com relação a capacidade de desenvoltura no campo da inteligência, ou melhor, a ausência da mesma no que se refere ao negro e ao indígena e a desnutrida

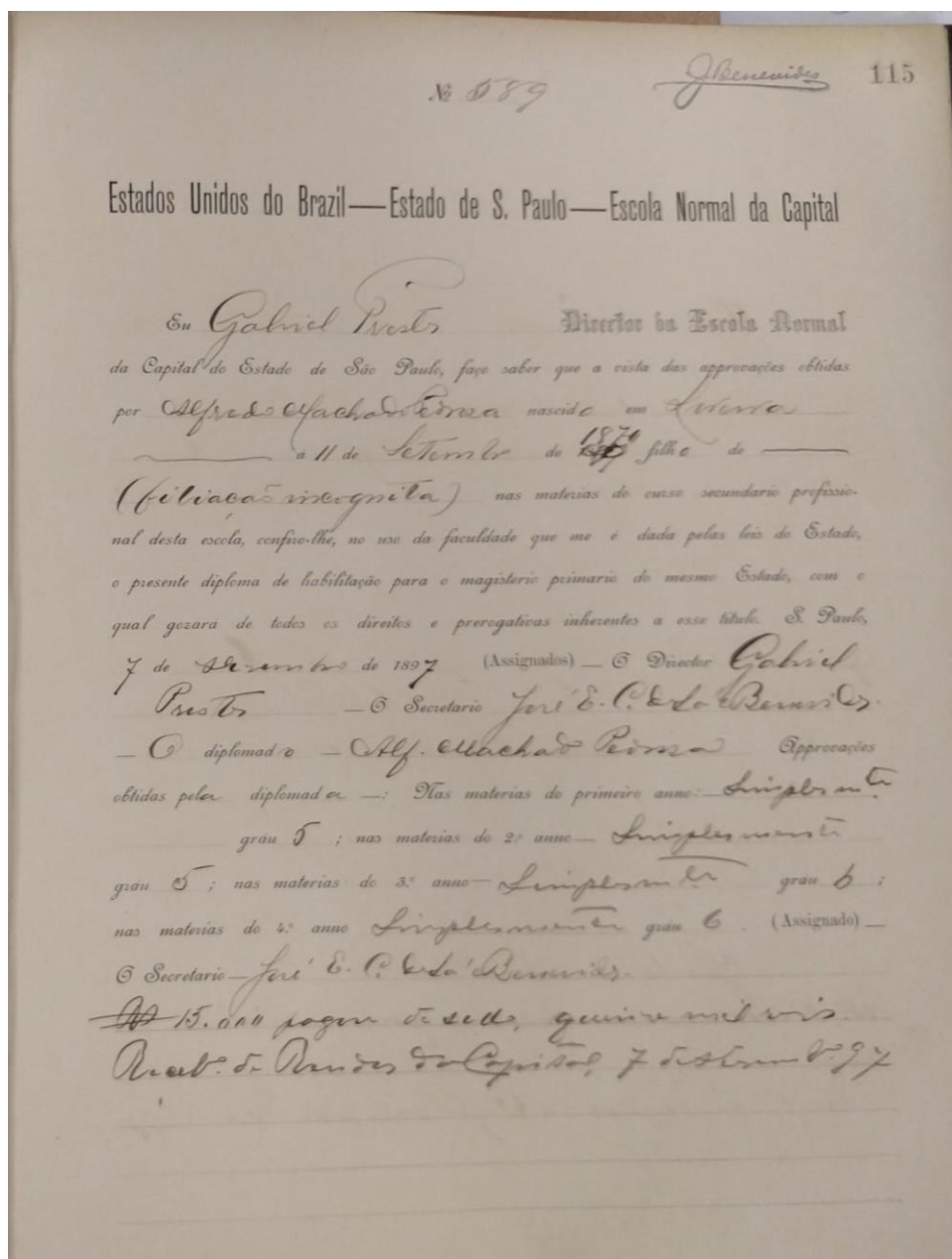
capacidade desses em contribuir com o desenvolvimento da nação. Ele preferia lidar com o negro puro do que com os seus mestiços (NEVES, 2008).

Nesse contexto, se faz necessário trazer à tona, mais uma vez, o ponto de vista do patriarca colonial, aquele que geria o Brasil da sede da fazenda ou do sobrado na área urbana. Este não se via de outra forma a não ser na condição de uma entidade superior diante do negro, do índio e dos mestiços. Essa foi a sua postura desde os primórdios da civilização brasileira, mas por meio da violência. Todavia, essa abordagem de final de época chegava com nova roupagem, ou seja, legitimada pelo discurso científico. Esse fato histórico, no entanto, nos informa que o racismo estrutural foi intencionalmente azeitado no final do Império e início da República pelo viés cientificista, onde os intelectuais das letras, do direito, da engenharia e da medicina exerceram sensível influência em primeira instância no cenário acadêmico por meio da cátedra e dos artigos publicados em revistas especializadas e, também, em disputas na imprensa comercial. Eles atuaram ainda junto às classes política e militar, profissionais liberais e apimentaram o senso comum.

O Estado de São Paulo e em especial a sua capital se preparava, naquele momento, para empreender voos mais amplos no início do século XX e contava, em parte, com a inovação do seu sistema de ensino para incrementar esse empreendimento que não deixava de ser afoito.

E, é nesse contexto, que o normalista Alfredo conclui o seu trajeto na Escola Normal e se encaminha para um mercado de trabalho fora do mapeamento que já estava tracejado pela ordem do discurso estabelecida para os negros na sociedade paulistana no engatinhar do século XX.

**Imagem 10-** Certificado de Habilitação para o magistério primário.



**Fonte:** AHECC/CRE Mário Covas/EFAP/SEE-SP. Livro de Registro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário.

**Imagem 11-** Alfredo Machado Pedrosa está posicionado na extremidade direita da fotografia. Registro feito em 1896, quando Alfredo era estudante normalista.



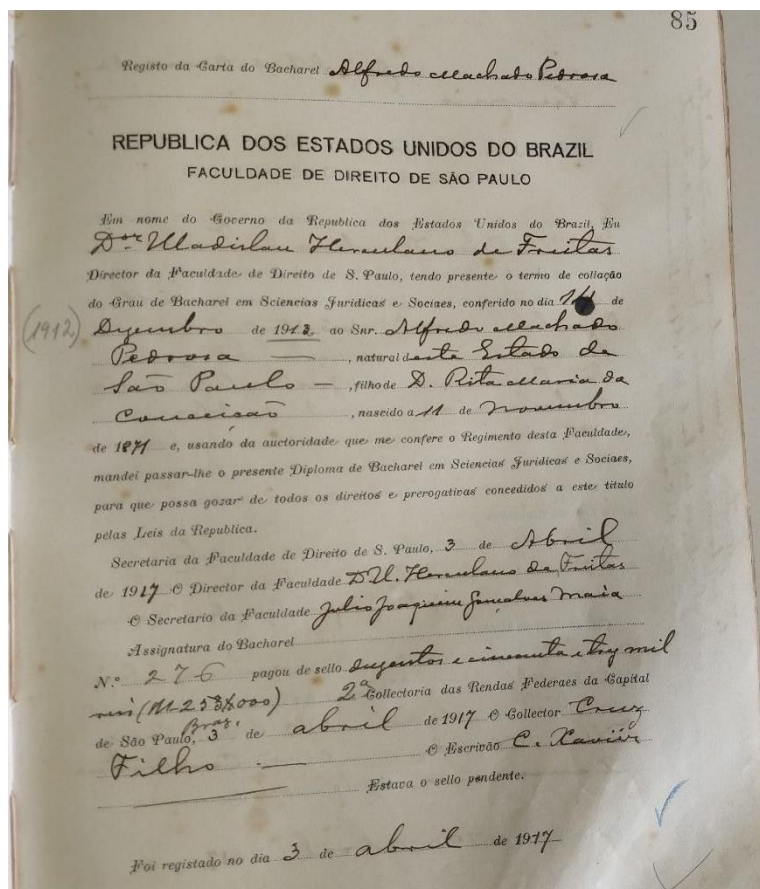
**Fonte:** Google Imagens. Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=Alfredo+Machado+Pedrosa&rlz=1C1GCEA\\_enBR907BR907&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjfxuWG2s\\_rAhUyHbkGHbLMDc8Q\\_AUoA3oECBMQBQ&biw=1366&bih=576#imgrc=OTPntKxUh-ePM](https://www.google.com/search?q=Alfredo+Machado+Pedrosa&rlz=1C1GCEA_enBR907BR907&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjfxuWG2s_rAhUyHbkGHbLMDc8Q_AUoA3oECBMQBQ&biw=1366&bih=576#imgrc=OTPntKxUh-ePM). Acesso:22.jan.2021.

Em 1897 Alfredo, o garoto afrodescendente que foi agraciado com a liberdade pela proprietária da sua mãe na cerimônia do seu próprio batismo, vestindo a toga e colando Grau na Escola Normal Caetano de Campos, repetindo a façanha de Edmundo Malachias no apagar das luzes do Império na turma de 1890. A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo foi criada, em 1901, com o intuito de agregar numa mesma instituição todos os servidores da educação do Estado de São Paulo (CATANI, 2003).

Em 1905 o Alfredo Pedrosa exerceu a sua militância como o primeiro secretário desta instituição. Em 1912 ele concluiu o bacharelado na Faculdade de Direito no Largo de São Francisco e, nos idos de 1916, estava exercendo a advocacia num escritório montado na praça da Sé. Pedrosa era membro da Loja Maçônica Grande Oriente na cidade de São Paulo (GOLOMBEK, 2016).

**Imagem 12-** Documento de conclusão do curso de bacharel em Direito.



**Fonte:** Arquivo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Em 1925 vamos encontrá-lo ainda atuando como docente na Escola Normal do Braz como o responsável pelas disciplinas de Geographia e Cosmographia (ALCÂNTARA, 2008).

#### 2.4 Benedito Galvão

No dia 28 de julho de 1881 nascia na cidade de Itu o afrodescendente Benedito Galvão, filho de Carolina Galvão. A cidade de Itu foi reconhecida como a cidade mais próspera do interior paulista no período imperial, isso em função da lavoura canavieira. A Antonia Galvão, é a provável avó de Benedito, mas ambas as mulheres eram negras e de pouquíssimos recursos. Durante a presente pesquisa não identificamos se foram alforriadas ou se nasceram livres pois a abolição ainda não havia acontecido. O pai do Benedito não foi identificado (RODRIGUES, 2019). Mas, qual era o contexto político e econômico da cidade de Itu no período em que o garotinho Benedito nasceu? Antes da intensificação da lavoura do café, alguns dos municípios do interior de São Paulo

experimentaram o apogeu da cana-de-açúcar, onde a abundância da água e solo fértil lhe proporcionaram o ambiente adequado para se firmar como o produto tipo exportação, uma vez que o açúcar estava em falta no mercado internacional, já que a ilha de São Domingos se encontrava em ebulição por estar empenhada em desvencilhar-se das amarras escravizadoras da França (ALMEIDA, 2008). O perímetro do açúcar paulista era composto por vários municípios, e entre eles vamos identificar em especial as cidades de Jundiaí, Mogi Mirim, Piracicaba e Sorocaba. No entanto, a maior produção de açúcar advinha de terras ituanas. Itu era identificada como a Roma Paulista. (MARINS, 1993)

Foi no cenário ituano que ocorreu, no ano de 1873, já no período cafeeiro, a primeira reunião do PRP (Partido Republicano Paulista). Os senhores da casa-grande paulista, queriam gerir os seus próprios recursos, aspiravam por poder local e entendiam que a monarquia não acompanhava a velocidade das decisões que emergiam das sedes das fazendas de café e dos sobrados do oeste paulista. Entretanto, por que foi a cidade de Itu a escolhida para sediar essa reunião histórica dos republicanos paulistas? Por que não Campinas?

É que em Itu, iria ocorrer um grande evento, a inauguração da ferrovia Ituana, malha ferroviária que conectaria Itu a Jundiaí, e a cerimônia seria no dia 17 de abril de 1873, atraindo todos os grandes senhores da casa-grande paulista naqueles dias. Essa ferrovia era investimento feito por empreendedores do café da região, atores sociais com grande potencial para vir compor o mosaico republicano no cenário paulista, grupo que, diga-se de passagem, não era nada puritano. Os articuladores da República reuniram-se no dia 18 de abril de 1873 e, nessa reunião, senhores de escravizados, imigrantes, profissionais liberais, comerciantes, entre outros, se sentaram para discutir o futuro do Partido no cenário paulista.

Apesar das contradições encontradas na formação do grupo, no que tange a instrução escolar:

A reforma do ensino estava no centro do amplo projeto civilizador da república onde a educação popular foi exaltada como necessidade política e social, dada a exigência de alfabetização para a participação política (eleições diretas) elemento que poderia integrar a nação ao grupo dos países mais adiantados, como os Estados Unidos e países europeus que já tinham seus sistemas de ensino implantados, além de significar um projeto de controle da ordem social e valorização de costumes e da civilidade. (MARÇOLA, 2011, p.11)

O projeto civilizador, idealizado pelos republicanos, tinha a pretensão de iniciar no território paulista por meio da alfabetização, o que, conseqüentemente, daria condições à população bandeirante de participar das eleições em regime democrático. Uma vez a República implantada, em 1889, no ano de 1893 vamos observar que no estado de São Paulo;

Na esfera da educação destaca-se a Reforma da Instrução Pública, com a instalação da Escola Normal, além da implantação dos grupos escolares como modelo de escola primária graduada, urbana com arquitetura monumental e utilização de novos métodos de ensino, como o ensino intuitivo. (MARÇOLA, 2011.p,10)

A reforma da instrução pública paulista, tem como pilares a reorganização da Escola Normal e a criação dos Grupos Escolares, no entanto essa proposta vingou apenas na cidade de São Paulo não conseguindo abranger todo o território paulista como fora previsto. Nesse contexto, participando ativamente do projeto, vamos encontrar compondo o elenco dos reformadores da instrução pública bandeirante Horace Lane e Marcia Priscila Browne.

Cultivar o espírito e formar o caráter são faces de uma mesma moeda. Os educadores do final do século XIX reatualizaram, no Brasil, a valorização mítica da escola celebrada na Revolução Francesa. A escola representa as luzes, a vitória da razão sobre a ignorância, um meio de luta contra a monarquia e, conseqüentemente, um instrumento de consolidação de regime republicano. A escola que restituiria ao povo a posse da liberdade, como afirma Caetano de Campos, aprisionava essa liberdade nas malhas da formação moral e cívica. (SOUZA,1998, p.171)

A escola idealizada no escopo cientificista do positivismo francês, segundo o modelo proposto por Augusto Comte (FILHO, 1983), entendia que a civilização do Estado de São Paulo viria por consequência de um caráter nobre e da ilustração do espírito.

Em Itu, essa reforma começa a ser materializada ainda no ano letivo 1893 antes da promulgação da Lei 169 de 7 de agosto de 1893 (SOUZA, 1998), por iniciativa de autoridades municipais e com o colegiado formado pelos professores locais; a escola inicialmente recebeu a alcunha de Liceu Primário de Itu. Isso antes da Lei Estadual que iria criar os Grupos Escolares, reunindo num mesmo prédio as escolas instaladas em residências e dispersas pela cidade. O prédio onde a escola foi instalada era propriedade da família Piratininga, em frente à Praça da Matriz. No entanto, por algum tempo a população se dirigia à escola como *Escolas Reunidas* e, por último, *Grupo Escolar Dr. Queiroz Telles*, unidade que atendia apenas os meninos. Pouco depois a liderança da

unidade escolar estabeleceu contato com Oscar Thompson, enquanto diretor interino da Escola Modelo, e levou o corpo docente para melhor se inteirar da metodologia ali trabalhada.

Sobre este contexto, segundo o ponto de vista de Althusser o aparelho ideológico é constituído para propiciar as condições favoráveis para que haja produção da reprodução dos meios de produção (ALTHUSSER, 1970), ou seja, enquanto a ideologia está sendo produzida e consumida, precisa reconstruir de maneira simultânea e contínua os meios de produção para que haja a sua reprodução. Em outras palavras, precisa criar a engrenagem que irá garantir a sua sobrevivência e as *Escolas Reunidas* também compunham esse aparato ideológico do partido Republicano Paulista na cidade de Itu.

Na perspectiva de Souza:

A criação dos grupos escolares surge portanto no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular- uma entre as várias medidas de reforma na instrução pública no Estado de São Paulo implementadas a partir de 1890. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. [...] (SOUZA, 1998,p.30)

Para Souza (1998), o grupo escolar inicia um novo momento para a instrução pública no Estado de São Paulo, causando, entretanto, impacto no quesito educacional em vários pontos geográficos da jovem República, mais especificamente no contexto urbano da capital do café, e a autora acrescenta a vertente alegórica que foi capturada por essa nova modalidade escolar. Essa alternativa de agência escolar foi inspirada na proposta da Escola Modelo, anexa à Escola Normal de São Paulo.

Nessa conjuntura, o Grupo Escolar veio atender a tendência demográfica que surgia no contexto urbano do final do século XIX e início do XX, dinamizando a rotina e a organização do trabalho escolar. É essa nova configuração que traz à tona um novo agente no cenário escolar paulistano, a figura do diretor, que sendo preferencialmente um professor normalista, era responsável por organizar e supervisionar os trabalhos na unidade escolar, além de se apresentar como representante da escola diante da comunidade. Apesar dessas e outras inovações benfazejas, o Grupo Escolar sofreu com alguns efeitos colaterais resultantes da sua maneira de trabalhar, e um deles foi o alto índice de repetência nos seus domínios (FILHO,1995).

Nessa conjuntura, o diretor das *Escolas Reunidas*, senhor Maciano da Costa Sobrinho, ainda no início ano letivo de 1893, elabora um sucinto relatório para ser enviado às autoridades concernentes à instrução pública paulista. Nesse documento, Maciano solicita recursos para montar uma biblioteca no interior das instalações e aproveita a oportunidade para apresentar os donativos que a escola já havia recebido por parte dos alunos e filantropos locais, ratificando que o prédio onde a escola estava instalada gratuitamente pertencia ao senhor Jorge Tibiriçá (SOUZA, 2007).

Ainda sobre a chamada *Escolas Reunidas* e com o objetivo de preencher algumas das lacunas na trajetória do estudante Benedito Galvão, vou recorrer a um dos periódicos que circulavam na cidade de Itu no início da Primeira República, levando em conta a possibilidade de que é possível lidar com o material de cunho jornalístico elegendo-o como uma provável representação do real, segundo a proposta de representação sugerida por Roger Chartier (1990).

Os periódicos são instrumentos de comunicação que retém resquícios da realidade social vivenciada em um período de tempo assente, e possui uma característica muito peculiar a qual agrega valor à pesquisa histórica: a periodicidade, elevando o jornal a condição de arquivo do cotidiano, atributo que viabiliza a cronologia dos fatos históricos (ESPIG, 1998).

No entanto, mesmo que o jornal negocie com a realidade ele não pode ser tomado como fonte pura a respeito da mesma. Num primeiro momento, ele pode ser arrolado como fonte de informação e em seguida como objeto de análise, mas, em ambas as condições, se faz necessário a intermediação do senso crítico (ELMIR, 2012). O exercício da análise crítica, ao arguir um periódico, é necessário, porque a informação que ele veicula, quase sempre, tem endereço certo, e o partido político que ocupa as cadeiras no executivo tem como objetivo justificar as suas ações, incluindo, nesse ato, o intento de legitimar as suas estratégias. Assim, o objetivo é abocanhar uma maior fatia do poder, o que de fato ocorre e, por vezes, recorrendo a alguns dos aparelhos ideológicos do estado como, por exemplo, a escola. (MÜLLER, 2020).

Retornemos a Itu no início do mês de Novembro de 1893, o periódico, *A Cidade de Itu*, descreve como ocorreu a cerimônia que foi realizada no prédio onde estava instalada a chamada *Escolas Reunidas*, no dia 7 de setembro daquele ano.

É nessa festa que vamos detectar o ituano Benedicto Galvão, aluno das *Escolas Reunidas* e que na época contava com 11 anos de idade. Cursando a 3º classe, ele, entre

outros, é aprovado nos exames, sendo o único na categoria distinção com louvor, e Benedicto também discursou nesta oportunidade representando os seus pares.

O articulista descreve o cenário festivo no interior da escola e apresenta os convidados especiais, os examinadores e elenca as disciplinas que seriam sabatinadas. Ainda no mesmo texto, e sem perder o fôlego, ele apresenta os estudantes que foram aprovados e quais as respectivas classificações de cada um. Os nomes dos professores que atuaram como arguidores também são citados no texto e, além da participação especial de alguns dos estudantes no transcorrer da cerimônia, o repórter apresenta, também, a execução de alguns exercícios militares efetuados pelos estudantes sob a orientação de um dado professor. Seguindo a descrição detalhada, em seguida houve um pequeno desfile no centro da cidade e os alunos estavam todos uniformizados, tudo feito dentro da mais perfeita ordem, e com essa atividade as festividades foram encerradas.

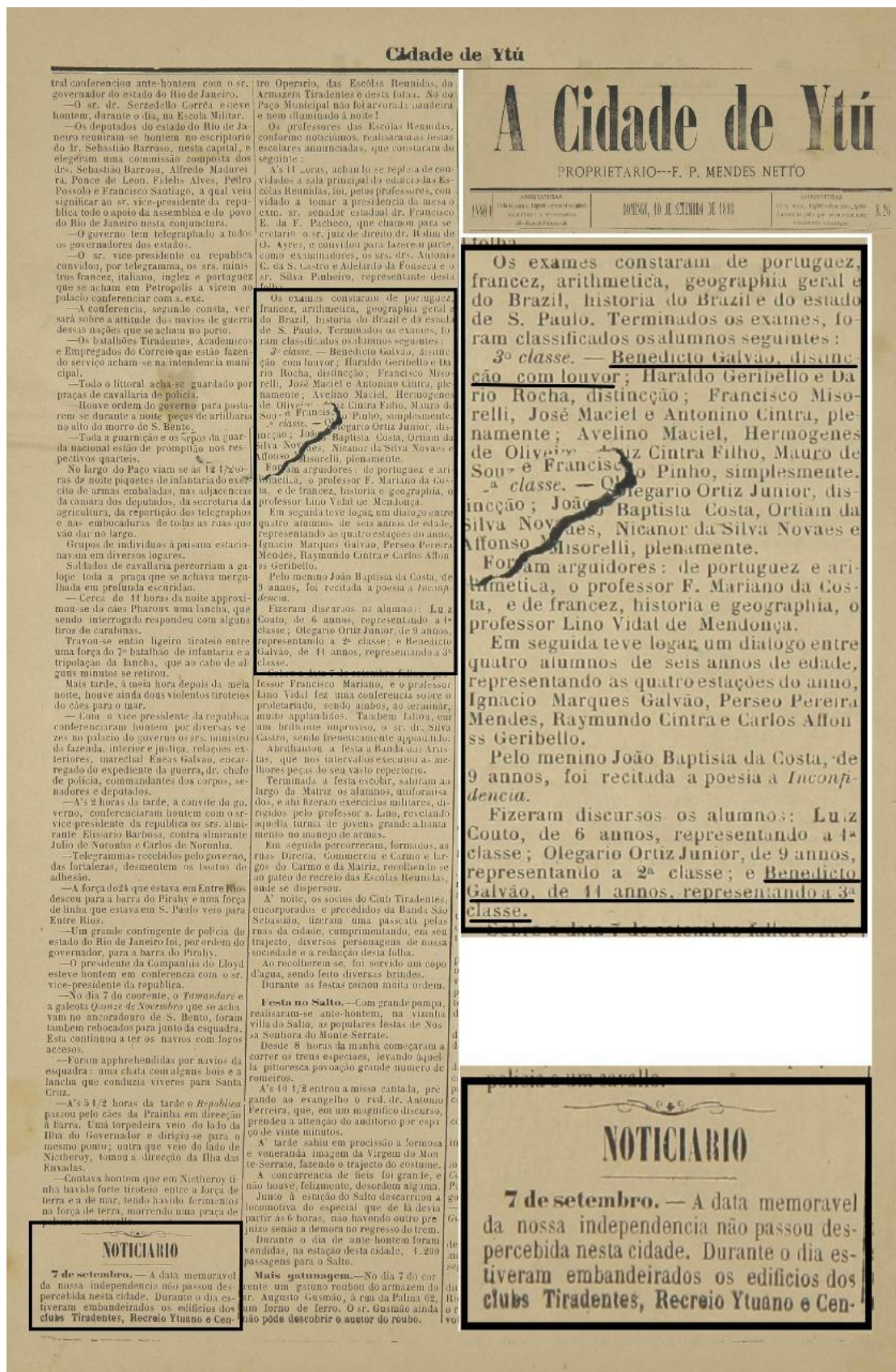
Entretanto, Benedicto não é identificado como afrodescendente nos registros da época e nem nos documentos a posteriori. A pesquisa que tira esse ator social da invisibilidade foi desenvolvida recentemente por Golombeck (2016).

Na época, a escola republicana passou a realizar os seus exames publicamente com a presença de convidados especiais, autoridades locais e estaduais, direção da escola, familiares dos estudantes, corpo docente, populares e a imprensa<sup>31</sup>, e personagens como Rangel Pestana costumavam não só participar, mas dar cobertura jornalística. (HILSDORF,1986). A circulação desse periódico teve início em 1893, entrando em cena na condição de um dos instrumentos que compunham o aparato ideológico do PRP na cidade de Itu.

---

<sup>31</sup> Essa era a maneira que as escolas protestantes realizavam os seus exames.

Imagem 13- Jornal A Cidade de Itú, 10/09/1893, p.2. O nome de Benedito Galvão é citado em destaque.



Fonte: Biblioteca digital de obras raras, especiais e documentação histórica da USP.

Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/5733>. Acesso: 02.dez.2020.

Como historiador, tenho a impressão de que o Benedicto a essa altura já havia cativado os professores e as lideranças educacionais da cidade de Itu por meio da sua postura, notas e discursos, esses resultados não são frutos do acaso. Provavelmente, o jovem afrodescendente ainda nos primórdios da sua carreira acadêmica se identificou em algum momento com as práticas de si (FOUCAULT, 1982) onde com o auxílio da sua mãe e avó e o ambiente da casa onde a sua progenitora prestava serviços, que por sinal era de um influente advogado republicano, o Dr Eugênio Fonseca.

É nesse cenário multifacetado que o garoto Benedicto foi se constituindo e elaborando para si mesmo regras de conduta com a intenção de as utilizar no universo escolar no qual se encontrava, com o intuito de criar uma outra estética da existência para si, e impactar a comunidade ituana. A subjetividade segundo o ponto de vista de Guattari (1996) é composta por encontros que experimentamos com o outro nos vários ambientes que frequentamos, e segundo ele não precisamos nos prender apenas e tão somente aos nossos similares humanos, podemos incluir tudo o que de alguma maneira nos atravessa, a natureza, animais, objetos, ambientes etc, onde os sentidos, valores e ideias assumem conotação de postura por demais singularizada, pontuando que nesses encontros existe não só a recepção, mas ainda o compartilhamento, ou seja, trocas, elas ocorrem simultaneamente no meio social. Em tal contexto o que se percebe é uma subjetividade não cristalizada, ela se compõe, decompõe e recompõe continuamente.

Na compreensão de Foucault (1985) o agente que se presta ao cuidado de si, tem um olhar diferenciado. Ele entende que tem condições de se autogerir, assumindo postura austera para consigo mesmo, mas de maneira espontânea, não imposta, onde o agente se propõe a trabalhar com condutas e restrições sobre si próprio, se automodelando, e esculpindo com objetivo predeterminado. No dia 3 de dezembro, o periódico volta a noticiar as atividades escolares no cenário das Escolas Reunidas e comenta o ótimo aproveitamento dos estudantes daquela unidade escolar durante o ano letivo de 1893.

**Imagem 14-** Jornal A Cidade de Itú, 03/12/1893, p.1. O nome de Benedicto Galvão é citado como aluno, classificado com “distinção com louvor”.

**A Cidade de Ytú**  
PROPRIETARIO---F. P. MENDES NETTO

ANNO I Cidades, anno, 128000—Semestre, 68000 ESCRITORIO E TYPOGRAPHIA 56—Rua da Palma—56	DOMINGO, 3 DE DEZEMBRO DE 1893	ASSIGNATURAS Fóra, anno, 148000—Semestre, 78000 Anuncios pelo que se convencionar PAGAMENTO ADIANZADO N. 50
---	--------------------------------	---

**ADVOGADO**

Hirano Martins de Mello

promotor publico da comarca advoga  
no civil e commercial

18 — RUA DIREITA — 18

**Expediente**

Comunicamos aos nossos assignantes que, a comecar do dia 20 deste mez, comecaremos a fazer a cobrança das assignaturas.

No escriptorio desta folha, ou no do sr. Silva Pinheiro, rua do Comercio 63, encontrarão os seus recibos todos aquelles que preferirem mandar pagar.

Ytú, 13 de setembro de 1893.

**A CIDADE DE YTÚ**

**Escolas Reunidas**

Tiveram logar ante-hontem e hontem, nos salões do edificio das Escolas Reunidas, os exames dos alumnos das diversas cadeiras que alli funcionam.

No dia 4, ao meio-dia, presentes a comissão examinadora e o sr. inspector litterario, foram chamados á exame, em primeiro logar, os alumnos da 1ª turma, que foram arguidos em historia patria, geographia, geometria pratica, portuguez e arithmetica pelos srs. drs. Adelardo da Fonseca, Cesario de Freitas, Mauricio Pabst e inspector litterario.

Procedendo-se á approvação, segundo o merecimento de cada um, foram assim classificados:

Benedicto Galvão, distincção com louvor; Dario Rocha, distincção; Haraldo Geribello, Francisco Misorelli, E. Tands, Pamphilo Guimarães, João Dias Ferraz de Saupiao e Hermogenes de Oliveira, simplesmente; Antonio Cintra, Luiz Cintra Filho, Mauro de Souza, Jorge Flayner e Francisca de Arreda Pinho, simplesmente.

2ª turma. — Antonio Bertoldi, distincção; João B. Castro, Niconor da Silva Nogueira, Osthiano da Silva Novaes e Olegario

Ortiz Junior, plenamente; os demais desta turma foram approvados simplesmente.

Todos os alumnos revelaram muito aproveitamento, salientando-se em todas as materias em que foi examinado o intelligente menino Benedicto Galvão, que mui mercedamente conquistou, pela sua assiduidade ás aulas e constante applicação aos estudos, a primasia entre seus condiscipulos e alcançou, na approvação, distincção com louvor.

No dia 2 entraram em exame os outros alumnos, que foram approvados pelos seus progressos nos estudos.

Ao encerrar-se os trabalhos lectivos, o sr. professor Francisco Mariano um discurso agradecendo a valiosa cooperacão de todos aquelles que têm trabalhado pelo desenvolvimento da instrucção publica nesta cidade.

Presidiu a banca examinadora o sr. dr. Adelardo da Fonseca, e esteve presente o sr. inspector litterario.

Grandes foram os resultados obtidos este anno pelos srs. professores, o que vem attestar a superioridade do ensino colectivo.

As escolas funcionam em o prédio n. 45 do largo da Matriz, graciosamente cedido pelo seu proprietario o exm. sr. dr. Jorge Tibyriça.

A nossa camara municipal tem se firmitamente empenhada em curar do desenvolvimento dessas escolas, já coadjuvando aos professores e já mantendo a expensa de seus cofres o pessoal preciso, excepto o docente, remunerado pelo governo estadual.

Muitos e bons serviços tem egualmente prestado aquelle estabelecimento o sr. dr. Queiroz Telles, que não poupa esforços e trabalhos todas as vezes que se trata de dotar esta cidade com um melhoramento.

E muitos outros têm ainda auxiliado as Escolas Reunidas, cuja utilidade é notoria, pois é esse estabelecimento destinado a difundir a instrucção entre os nossos jovens conterraneos desfavorecidos da fortuna, que, mais tarde, serão reconhecidos e saberão honrar o nome da cidade onde viram a luz da existencia.

Todos os alumnos revelaram muito aproveitamento, salientando-se em todas as materias em que foi examinado o intelligente menino Benedicto Galvão, que mui mercedamente conquistou, pela sua assiduidade ás aulas e constante applicação aos estudos, a primasia entre seus condiscipulos e alcançou, na approvação, distincção com louvor.

Tiveram logar ante-hontem e hontem, nos salões do edificio das Escolas Reunidas, os exames dos alumnos das diversas cadeiras que alli funcionam.

No dia 4, ao meio-dia, presentes a comissão examinadora e o sr. inspector litterario, foram chamados á exame, em primeiro logar, os alumnos da 1ª turma, que foram arguidos em historia patria, geographia, geometria pratica, portuguez e arithmetica pelos srs. drs. Adelardo da Fonseca, Cesario de Freitas, Mauricio Pabst e inspector litterario.

Procedendo-se á approvação, segundo o merecimento de cada um, foram assim classificados:

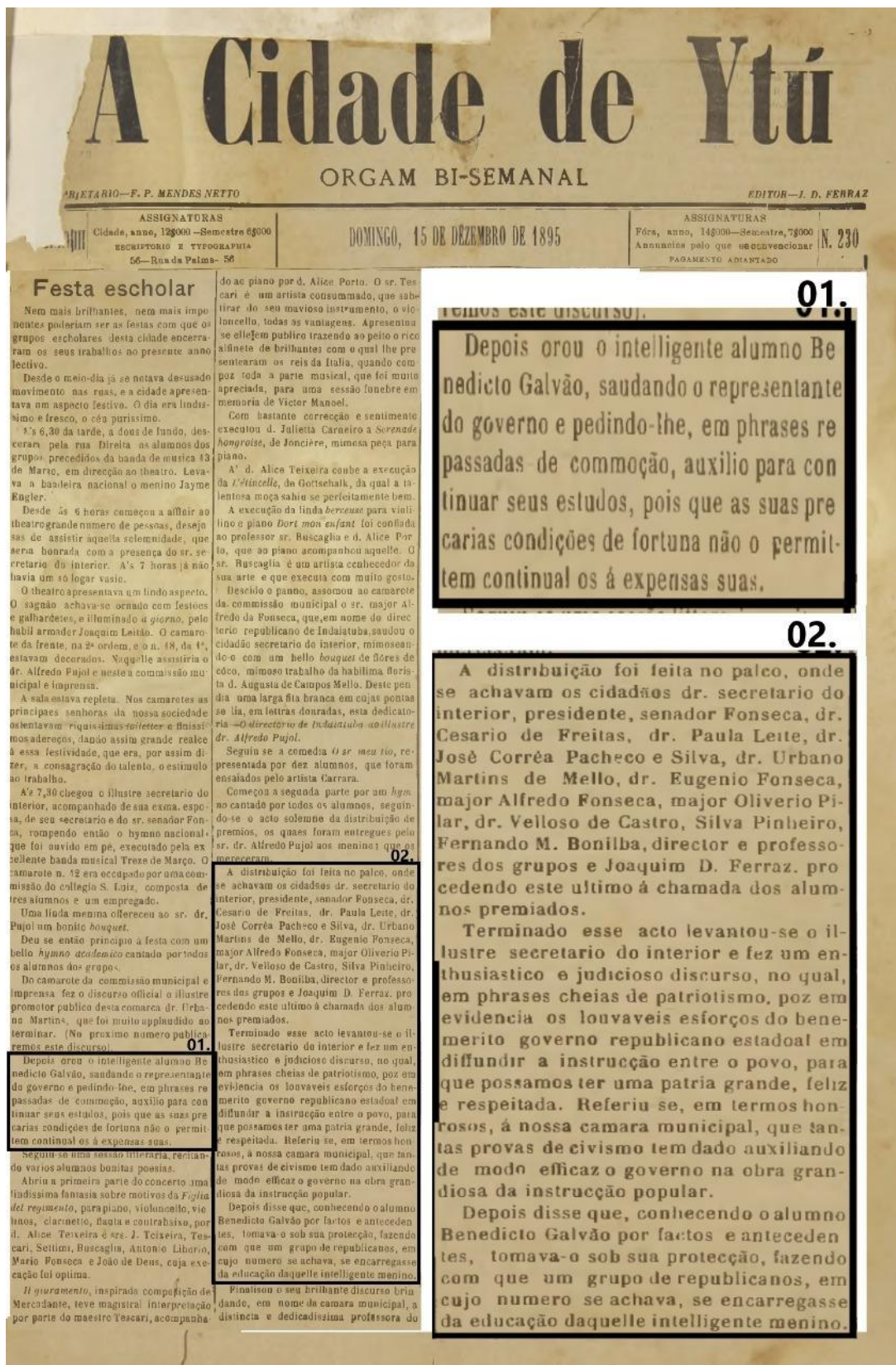
Benedicto Galvão, distincção com louvor; Dario Rocha, distincção; Haraldo Geribello, Francisco Misorelli, E. Tands, Pamphilo Guimarães, João Dias Ferraz de Saupiao e Hermogenes de Oliveira, simplesmente; Antonio Cintra, Luiz Cintra Filho, Mauro de Souza, Jorge Flayner e Francisca de Arreda Pinho, simplesmente.

2ª turma. — Antonio Bertoldi, distincção; João B. Castro, Niconor da Silva Nogueira, Osthiano da Silva Novaes e Olegario

**Fonte:** Biblioteca digital de obras raras, especiais e documentação histórica da USP. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/5733>. Acesso: 02.dez.2020.

O Benedicto Galvão aparece em destaque nos anos de 93, 94, 95. Mesmo sendo de família humilde, não tendo recursos próprios para avançar nos estudos, tornou-se conhecido do grande público tendo como um dos principais aliados o cuidado de si.

Imagem 15- Jornal A Cidade de Itú, 15/12/1895, p.1. Relato do discurso de Benedicto Galvão que, quando ainda era menino, pede para continuar seus estudos.



Fonte: Biblioteca digital de obras raras, especiais e documentação histórica da USP. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/5733>. Acesso: 02.dez.2020.

**Imagem 16-** Jornal A Cidade de Itú, 15/12/1895, p.2. Relato do discurso de Benedicto Galvão que, quando ainda menino, pede para continuar seus estudos.

**A Cidade de Itú**  
ORGAM BI-SEMANAL

PRÓPRIETÁRIO—F. P. MENDES NETTO  
EDITOR—J. D. FERRAZ

ASSIGNATURAS  
Cidade, anno, 12\$000—Semestre 6\$000  
RESCRITORIO E TYPOGRAPHIA  
56—Rua da Palma— 56

DOMINGO, 15 DE DEZEMBRO DE 1895

ASSIGNATURAS  
Fóra, anno, 14\$000—Semestre, 7\$000  
Anuncios pelo que se convencional  
N. 230  
PAGAMENTO ADIANTADO

grupo Dr. Cesario Matta d. Benedicta Maria de Oliveira (fretet com um lindo e rico allium de vellulo encarnado chapado de ouro nas extremidades e no centro da capa.

An terminar, foi o illustre orador delirantemente applaudido pelo numerozo e selecto auditório.

Dentre os alumnos avançou-se Benedicto Galvão, o qual, com os olhos marejados de lagrimas—as lagrimas da gratidão—disse que, não tendo outro meio de manifestar o seu agradecimento áquelle que o tomava sob sua protecção, queria dar-lhe um beijo.—mas um beijo que exprimisse todo o seu reconhecimento. Commovido, o sr. dr. Alfredo Pujol abraçou o.

Depois teve lugar a scena comica *A dor de dentes* pelo amador Magalhães, finda a qual seguiu-se outra sessão litteraria pelas alumnas. E' dover noso mencionarmos aqui os nomes das graciosas meninas Avia Lobo e Arminia Campos e o de B. Galvão, que recitaram lindas poesias.

A fantasia *Uma Helena*, por d. Julietta Carneiro e srs. A. Liborio, Tescari, Seltini, Buscaglia, Mario Fonseca e João de Deus, foi executada com brio por todos que della se incumbiram.

Com muita expressao Alice Porto executou ao piano uma valsa de Gothard, revelando bons conhecimentos da arte e muito gosto.

Mais uma vez exhibiu-se o maestro Tescari, que deu primorosa interpretação á uma bella pagina de musica de Dankler, denominada *a roda da roca*, musica exquisita cujas belezas não se logra em uma unica audição. Foi acompanhado ao piano por d. Alice Porto.

Fechou o concerto, com chave de ouro, a bellissima fantasia *Souvenir de Martha*, de José Mariano, por d. Alice Porto e srs. Tescari, Liborio, Seltini, Buscaglia, Fonseca e Nascimento, a qual teve execução *hors ligne*. Nesta peça salientou-se o eximio clarinetista A. Liborio, que a executou com muito sentimento e arte.

Finalizou a festa uma apothecose ao presidente da Republica, ao qual o dr. Eugenio Fonseca egueva vivas.

Assim terminou se essa festa, que deu para o espirito publico saudosas reminiscencias.

Fez se credor dos applausos publicos o esforçado membro da commissão municipal de instrucção publica dr. Eugenio Fonseca, iniciador destes festejos, pelo modo porque desempehou se.

Aos corpos docentes de ambos os grupos enviamos os nossos parabens pelo resultado que apresentaram nos exames do dia 2 do corrente.

Eis a lista dos alumnos premiados:

*Premio de distincção.*—4º anno, Benedicto Galvão, Naborito Guimarães, Oscar Teixeira Engler. 2º anno, Augusto Engler e Cesario Pires de Camargo. 1º anno, Joaquim Porphirio de Vasconcellos.

4º anno, Alice de Vasconcellos, Valdomira Alves Corrêa. 3º anno, Artina de Freitas Pires. 2º anno, Francisca de Miranda Geribello. 1º anno, Benivinda Eugenia Corrêa.

*Premios de 1ª classe.*—4º anno, Avelino Mactel, Francisco Pinho, Hermogenes de Oliveira, Pompilia Guimarães, Genesio Rodrigues, Benivinda Bressoni, Josephina Maria de Quadros, Zelinda Ortiz, Lucinda Teixeira da Rocha, Rita Augusta de Assis. 3º anno, Marcello Lobo, Olegario Ortiz Junior, Graciano de Moraes, Antonio Bortolotti, Benedicta Padilha, Rivelina Corrêa Pacheco, Antonia Fonseca, Avia Maria Lobo. 2º anno, Angelo Volpi Ignior, Paulo de Franco Camargo, Luiz Ealcato, Theophilus de Arrada Campos, Honorata da Silveira, Arminia da Silva Nova, Benedita Corrêa Pacheco, Julia Augusta de Moraes. 1º anno, Zena Paulina, Estanislau Martins, Maria da Glor e Silva Porto, Otonilda Pinho.

*Premio de 2ª classe.*—3º anno, Leon Maria das Cruzes, Julia da Costa. 2º anno, Benedicta de Santos, Luiza Bueno, Esco Leuzia Alves, Arminia de Campos, Kleira Campos, Adalina dos Santos, Razalina Martins. 2º anno, João Marcon, Adelar do Rocha, Carlos Geribello, Diogenes de Arruda Castanho, Lindavina da Silva Novas, Maria das Mercês. 1º anno, Estelita Alves Corrêa, Terullana de Oliveira, Ignacio de Castro, Virgilio da Silva Couto. 1º anno, Anna N. Jere, Dejanira de Campos, Benitez de Almeida, Anna Candida do Espirito Santo.

*Premios de 3ª classe.*—3º anno, Elias Dias Ferraz, Jose Ricardo, Luiz Duarte, Mario de Lima, Bráulio Pinheiro, Rosalina Augusta Martins, Hermínia Maria de Quadros. 2º anno, Leopoldo Vieira da Silva, Luiza da Silva Couto, Elegardo Pereira Mendes, Azeite Bonuabdo, Jayne Engler, Benedita Maria da Silva, Maria Luiza Nogueira, Maria Gabriellina, Rita Lobo, Celestina de Almeida Camargo. 1º anno, Antonia A. Souza, Antonio Maciel de Almeida, Mario Augusto Bueno, José de O. Arruda, Oliveira Pilar, Synesia Carneiro, Enequina da Costa, Maria Paula Galvão, Evangelina Pilar, Juana Rodrigues de Arruda, Maria An.

*Premio Alfredo Teixeira* — Benedicto Galvão.

*Premio Alfredo Fonseca* — Arminia de Campos.

*Premio Alfred Fonseca* — Elvira de Campos.

*Premio Alfredo Fonseca* — Avia Maria Lobo.

*Premio Silva Castro* — Otonilda Pinho.

*Premio Silva Castro* — Maria do Carmo Duarte.

*Premio Cidade de Itú* — denelicio Galvão e Alice de Vasconcellos.

*Premios Leitura*, off-rezidos pelas exmras. dd. Victoria Alves, Ismenia da Fonseca e Carolina de Freitas—1º anno Feij da Costa Pinho, 2º anno Maria de Carmo Duarte, 3º anno Anna Maria da Conceição

Dentre os alumnos avançou-se Benedicto Galvão, o qual, com os olhos marejados de lagrimas—as lagrimas da gratidão—disse que, não tendo outro meio de manifestar o seu agradecimento áquelle que o tomava sob sua protecção, queria dar-lhe um beijo.—mas um beijo que exprimisse todo o seu reconhecimento. Commovido, o sr. dr. Alfredo Pujol abraçou o.

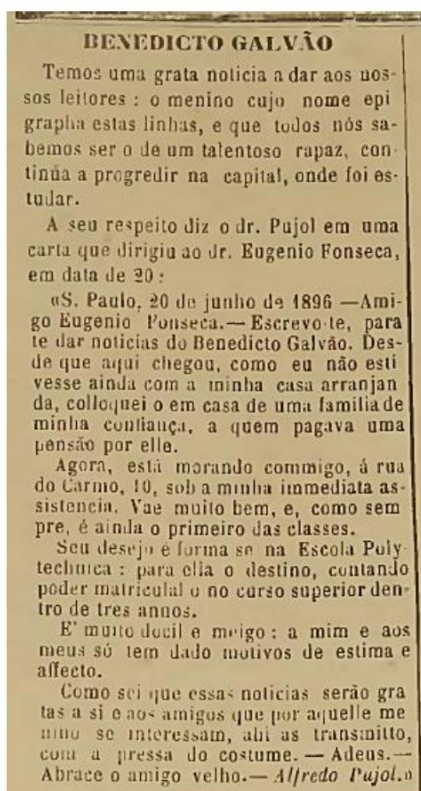
Premio Alfredo Teixeira — Benedicto Galvão.

**Fonte:** Biblioteca digital de obras raras, especiais e documentação histórica da USP. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/5733>. Acesso: 02.dez.2020.

O representante do PRP era um dos mosqueteiros do General Glicério, o advogado Alfredo Pujol, republicano e positivista que assistiu à festa, ouvindo o discurso e o apelo do garoto por uma oportunidade para continuar os seus estudos. Alfredo Pujol se encarregou, diante do público presente e da mídia jornalística da cidade de Itu, que estaria pessoalmente cuidando dos preparativos para a ida do garoto Benedicto Galvão para a capital, com o objetivo de oferecer a ele a oportunidade de dar prosseguimento aos seus estudos.

Sua mãe era lavadeira de uma família importante da cidade, o que facilitou para que Benedicto estivesse presente na cerimônia de encerramento das atividades escolares na cidade de Itu, no ano de 1895, já que o patrão de sua mãe resolveu intermediar a favor do jovem prodígio junto ao representante do PRP da capital. Em 1897 vamos encontrar Galvão já instalado, ainda que provisoriamente, na cidade de São Paulo, iniciando os seus estudos na Escola Complementar anexa à Escola Normal de São Paulo. Quem nos oferece essas informações é o seu protetor Alfredo Pujol que informa, em nota pela imprensa, que Benedicto Galvão estava instalado com outra família enquanto adaptava sua residência para poder recebê-lo. Segundo a declaração, o garoto continuava a se manter com as melhores notas da classe e estava com intenções de, ao concluir a escola complementar, se matricular na Politécnica.

**Imagem 17-** Jornal A Cidade de Itu, 25/06/1896, p.2. Notícia que relata que Benedicto Galvão irá continuar estudando.



**Fonte:** Biblioteca digital de obras raras, especiais e documentação histórica da USP. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/5733>. Acesso: 02.dez.2020.

Essa outra família, com a qual o Benedicto Galvão ficou por algum tempo, talvez tenha sido a de Gabriel Prestes, amigo e correligionário político de Alfredo Pujol. Prestes era o diretor da Escola Normal da Praça e também acolheu o jaguncinho que Euclides da Cunha havia trazido de Canudos<sup>32</sup>. Havia uma forte rede de relacionamentos entre os republicanos e isso ocorria em função da sustentação ao que foi propalado no período de propaganda republicana, que se constituiu entre 1870 a 1888. A imagem que foi divulgada sobre a escola republicana era a que possuía características essenciais para tirar o país do

<sup>32</sup> Município localizado no interior da Bahia em 1897.

atraso em que se encontrava. E, nesse contexto, criar possibilidades para auxiliar um jovem negro a ascender na carreira estudantil era fortalecer a confiança no projeto republicano que fora elaborado pelo PRP (Partido Republicano Paulista).

Benedicto Galvão, assim como o Alfredo Machado Pedrosa, precisou de apoio extrafamiliar para poder dar conta dos desafios impostos pelo ritmo da escola republicana na capital do Estado de São Paulo, no período da Primeira República. Quanto à família biológica, não foram encontradas informações sobre o pai de Benedicto, sendo, também uma incógnita nos documentos e na vida; ele vivia com a mãe e a avó.

Ao entrar em contato com os documentos, a impressão que fica é de que entre alguns dos republicanos havia algo como uma rede de amparo para os estudantes excepcionais. No prontuário de Galvão, referente a Escola Complementar<sup>33</sup>, vamos nos deparar com o nome da sua mãe, mas também com o nome de Alfredo Pujol como o responsável pelo estudante.

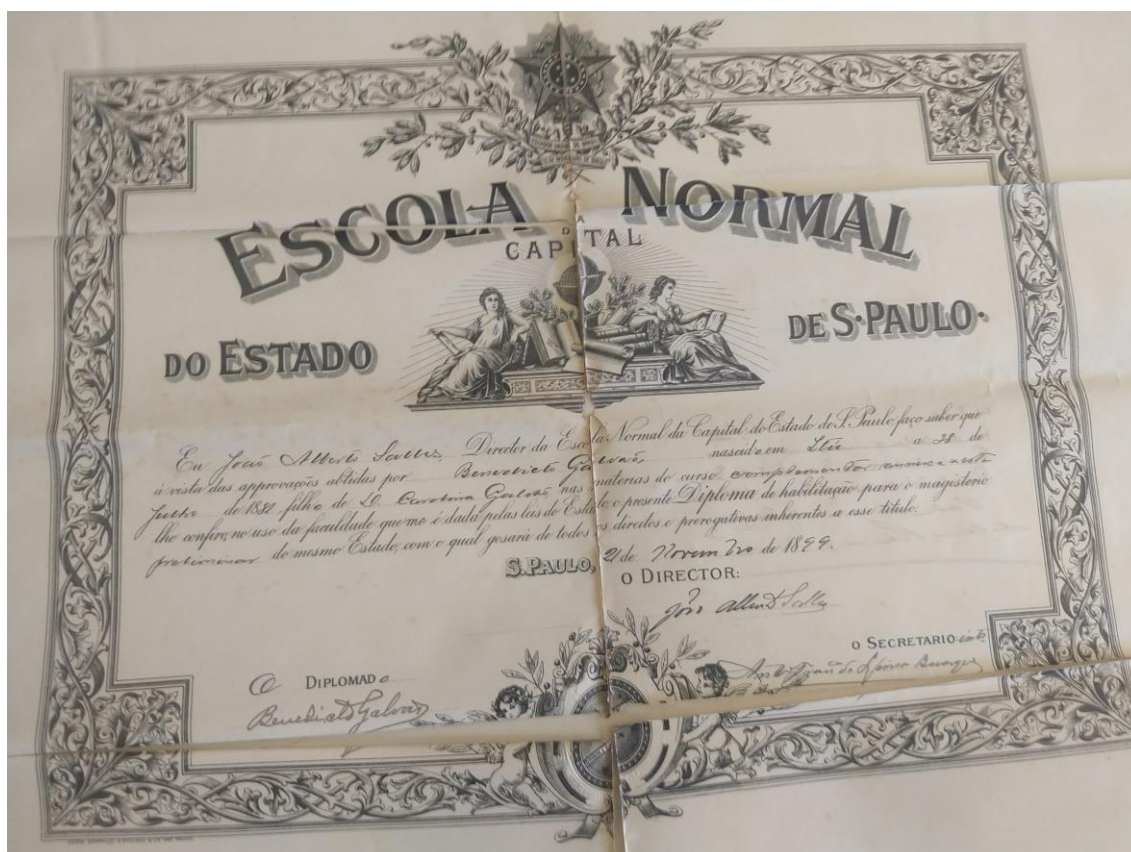
Os indícios documentais sugerem que os republicanos pretendiam impressionar a população paulista com a ideia de que o novo regime possuía um leque maior de possibilidades não só na política, mas também na economia e principalmente no campo da instrução escolar, sendo a cidade de São Paulo a terra das oportunidades. Assim, é com o suporte dessa rede de apoio que Benedicto Galvão cola grau em 1899 na Paulicéia republicana do pós-abolição.

Entretanto, o diretor que vai assinar o diploma de Benedicto é o principal ideólogo do positivismo paulista o campineiro Alberto Sales, o mesmo que defendia a tese de que o negro não estava em pé de igualdade, cognitiva e moral, que os caucasianos.

---

<sup>33</sup> A Escola Complementar formou professores para a escola primária entre 1896 e 1910 no estado de São Paulo. Ela era auxiliar à Escola Normal da Capital e foi concebida como forma de levar a formação de professores para o interior, num modelo mais barato de instituição do que a Escola Normal. Esta escola específica em que Benedicto estudou funcionou como anexa à Escola Normal da Capital mas, instalada no prédio da Escola Modelo da Luz. Posteriormente foi transferida para a cidade de Guaratinguetá e passa a ser Escola Normal de Guaratinguetá a partir de 1911 (NERY, 2009).

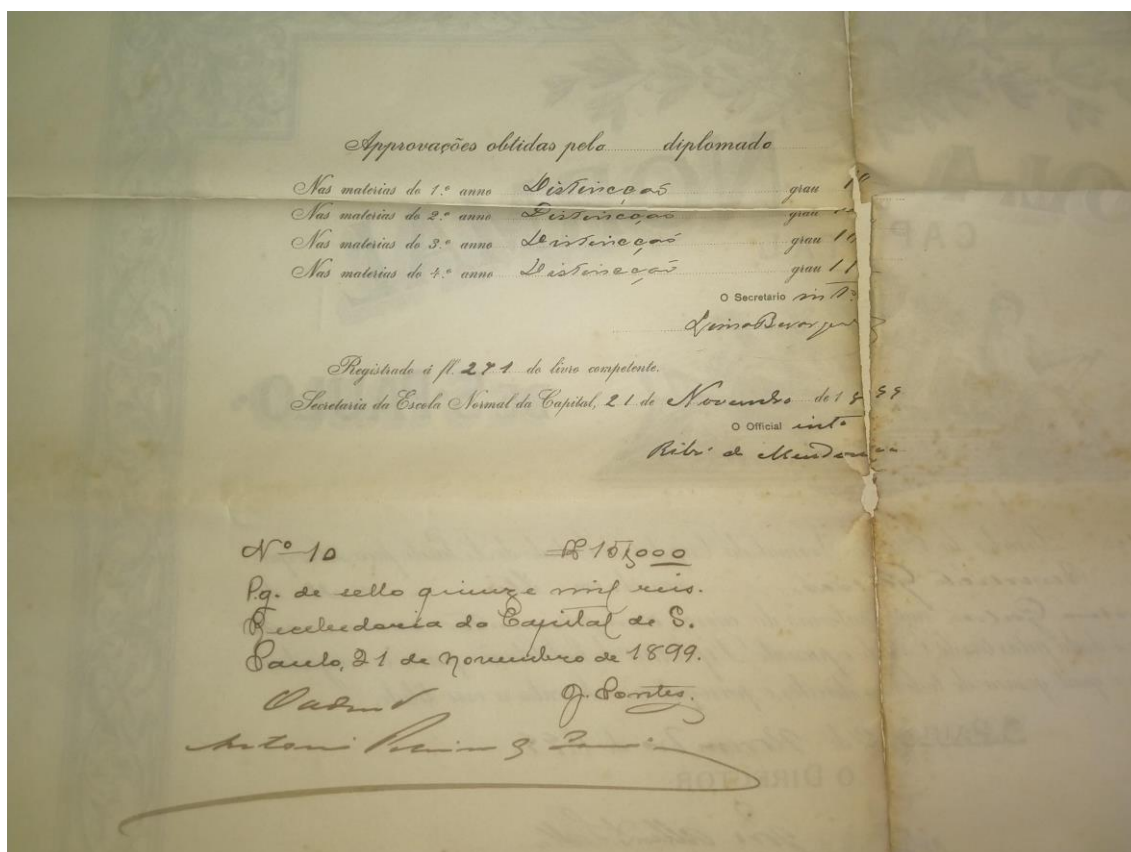
**Imagem 18-** Diploma de Complementarista de Benedicto Galvão, em 1899.



**Fonte:** Acervo de Obras Raras da USP.

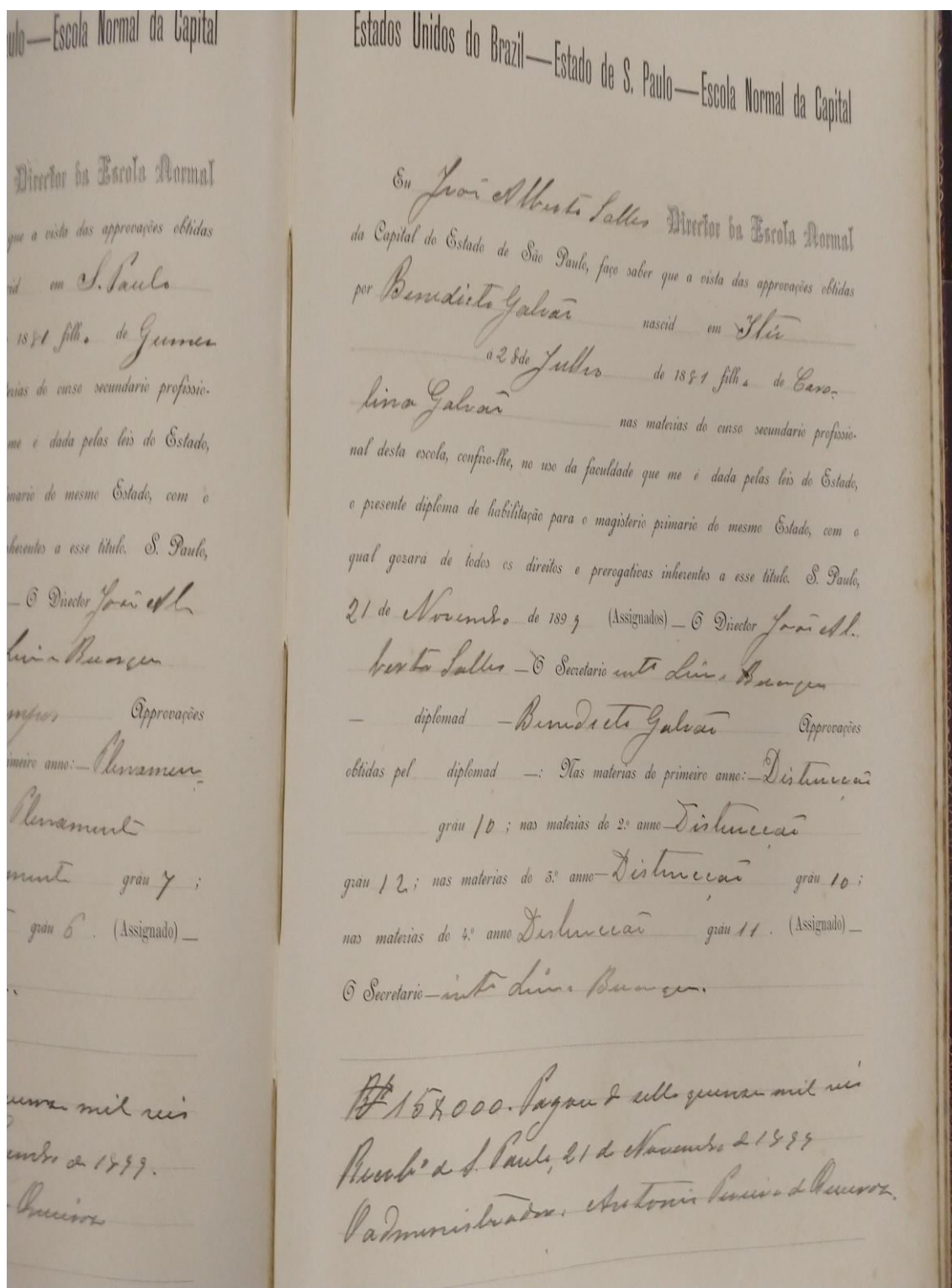
O documento, além de prova informacional, tem na sua essência a prerrogativa de representar o fato histórico, possibilitando ao mesmo algo como consistência física. É como se fosse testemunha ocular do ocorrido e ainda proporciona ao pesquisador a ilusão de estar entrando em contato com a própria historicidade (CASTRO, 2008).

**Imagem 19-** Verso do Diploma de Complementarista de Benedicto Galvão.



**Fonte:** Acervo de Obras Raras da USP.

**Imagem 20-** Livro de Diploma da Escola Normal onde encontramos o registro do Diploma de Benedicto Galvão.



Fonte: Centro de Referências em Educação Mário Covas.

## 2.5 A importância do núcleo familiar para o ingresso na escola paulistana da Primeira República.

Não pode mais haver dúvida: podendo e devendo apoiar-se hoje em princípios científicos, a educação entrou também na sua fase positiva [...]". (VERÍSSIMO,1985,p.38)

Os republicanos haviam assimilado, por meio do darwinismo social, a proposta de que a riqueza do país se encontrava no clima e no solo, e o positivismo endossava que a instrução escolar oferecida por meio da escola republicana, daria condições aos habitantes da cidade do café a produzir os recursos necessários para elevar o Estado de São Paulo ao padrão de modernidade que o igualaria aos seus pares, situados em países desenvolvidos no continente Europeu. Entre os ideólogos republicanos iremos encontrar o Alberto Sales, talvez o principal teórico do republicanismo. Sales interpretava o afrodescendente da seguinte maneira:

[...] o africano, além de ser muito diferente do europeu, debaixo de muitos pontos de vista anatômicos e fisiológicos, ainda se acha em um grau muito embrionário da evolução mental. O seu cérebro ainda não adquiriu aquele grau de desenvolvimento e de consistência, compatível com a intensidade da moderna vida intelectual dos povos cultos. É claro, portanto, que a introdução de uma raça semelhante não pode dar bons resultados no cruzamento, produzindo descendentes inferiores ao tipo superior, além de pôr em circulação uma série de práticas e conceitos do mais grosseiro fetichismo. (VILLAÇA, 2010, p.106)

A questão era, afinal, de que cidadão os republicanos estavam falando. Qual o estudante era ideal para ocupar as carteiras dessas novas salas de aulas nos novos templos do saber que estavam sendo construídos não só pelos bairros da capital, mas também pelo interior do Estado? (CARVALHO,1989). A escola, no imaginário positivista, que embasava o republicanismo paulista, estava em busca das crianças que estivessem em condições de fazer jus ao novo Programa de Ensino, o qual havia sido elaborado sob os moldes dos intelectuais da oligarquia cafeeira que tinha como pretensão aumentar a população do perímetro bandeirante com sangue condizente com o seu destino. Compreendemos, assim, que o tipo étnico produzido em território bandeirante não cabia nos planos dos arquitetos da nova ordem.

O ideólogo Alberto Sales (VILLAÇA, 2010) responde a pergunta feita logo acima, deixando claro que o cidadão idealizado pela República não é oriundo da escravização, e o estudante por excelência para ocupar as novas salas de aulas, pátios, laboratórios e bibliotecas, também não seriam os procedentes do continente africano. Mas, se por acaso ainda ficou alguma dúvida, é só retomarmos o tema da imigração onde

o governo, tanto no período imperial como na República, chama para a si as despesas com a implantação do projeto imigracionista. O médico e psiquiatra negro Frantz Fanon contribui nesse debate dizendo que: “[...] o branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera o senhor predestinado deste mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação”. (FANON, 2008, p.117).

O posicionamento dos mandatários que compõem a aristocracia cafeeira, corrompida pela sede de poder na cidade de São Paulo, no recorte de tempo aqui analisado, endossa o ponto de vista de Fanon (2008), eles não demonstravam ter interesse sequer nos nacionais, muito menos nos oriundos dos cativeiros. A base do projeto estava no homem branco do além-mar. Isto nos leva a entender que as lideranças educacionais do PRP (Partido Republicano Paulista) não estavam incluindo as crianças negras na lista de convocação para comporem o time que iria virar o jogo civilizatório.

A pesquisadora Marta Carvalho (1989) entende que Caetano de Campos pretendia, na sua concepção de darwinista social, não só organizar uma nova escola, não obstante, intencionava fundar uma nova sociedade com afã pelo progresso, projeto que só poderia ser executado com a participação de agentes experientes e não com os poucos recursos aqui encontrados (CARVALHO,1989).

Esse agente negro em específico não se lançou ao desespero e nem recuou diante do desafio proposto pelo mal-estar da liberdade, mesmo sem estar em condições de conviver com ela. Foi nesse ínterim que ele se reconfigurou para fazer frente a sua nova condição na urbe da rubiácea (FERNANDES,1978).

A *intelligentsia* negra, na sua base, era composta por afrodescendentes de capital cultural de pequeno porte; esta é a que entra na retaguarda para combater essa propositura e procura criar uma nesga, ainda que minúscula, na muralha do racismo estrutural.

O propósito desse grupo de guerrilha é o de manter a chama acesa, o insistir na possibilidade de se criar um lugar no não lugar. Eles elegem como espaço de resistência e combate, os clubes de caráter recreativo, cultural e beneficente e a mídia escrita, como canal de comunicação da comunidade, ou seja, essa facção do contingente negro provocou o deslocamento da fase oral para a escrita. Esse empreendimento cultural procurou exercer entre os jovens e adultos a função formadora e disciplinatória, tentando *linkar* a ideia de uma ética pessoal com a moral colonialista vigente, imposta com a República que valorizava a iniciativa individual conjugada com o engajamento coletivo (CARDOSO,1993).

O sociólogo Florestan Fernandes (1978), em seu trabalho, *A Integração do negro na sociedade de classes*, tem algo a dizer a respeito da população de negros que migraram para a cidade de São Paulo no final do Império e início da República:

Na medida em que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência, a posição de cada grupo étnico e de cada camada social no sistema econômico e na sociedade dependia, fundamentalmente, de sua capacidade de participação do crescimento econômico e do desenvolvimento sócio-cultural. Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. [...]. ( FERNANDES, 1978, p.99)

O negro e os seus mestiços, segundo Fernandes (1978), não possuíam tecnologia a nível cognitivo-teórico-prático para fazer frente ao cenário cosmopolita que a cidade de São Paulo estava se tornando naquele dado momento. No entanto, a condição do imigrante também tinha lá as suas especificidades, pois o contexto a eles prometido não era o mesmo com o qual se depararam ao chegar a República dos senhores da casa-grande, onde em várias situações precisaram fugir de fazendas, hospedarias de imigrantes; eles se recusavam a se submeter aos maus-tratos e ao leque de promessas vazias (BOMENY 2001).

Retornando ao item da criação do periódico negro, cabe aqui ressaltar que essa iniciativa é um produto do próprio meio, indicando que estava havendo um deslocamento emancipatório no âmbito cultural. A comunicação começava a ser por meio da escrita, porém conduzido e mantido pela parte daqueles que estavam sensíveis e dispostos a participarem da ciranda política que era desenhada na pólis do café pelos senhores da casa-grande, ou seja, se posicionaram na contramão do contexto histórico. Essa imprensa alternativa (MOURA 1990), criada por essa ínfima parcela de afrodescendentes ilustrados, tratava, ainda, de um outro assunto e com insistência:

Nos jornais da imprensa negra paulista do começo do século, no período fecundo de sua divulgação, que vai dos anos 20 ao final dos anos 30, encontram-se artigos que incentivam o estudo, salientam a importância de instrumentar-se para o trabalho, divulgam escolas ligadas a entidades negras, dando-se destaque àquelas mantidas por professores negros. Encontram-se mensagens contendo exortações aos pais para que encaminhem seus filhos à escola e aos adultos que completem ou iniciem cursos, sobretudo os de alfabetização. O saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável, e, ainda para ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos. (GONÇALVES; SILVA, p. 140, 2000)

A escola, segundo os articulistas da imprensa optativa, era um espaço que precisava ser buscado e reivindicado insistentemente pela família negra, pois, segundo esses intelectuais orgânicos, a verdadeira abolição só viria por meio da posse da instrução escolar, ou seja, a posse da cidadania de fato só iria se concretizar com o livre acesso aos direitos civis.

O grosso das famílias negras se encontravam entulhadas nos porões e cortiços de bairros como o Brás, Bexiga e Barra Funda. Os homens na sua maioria, por falta de especialização profissional, se encontravam na maior parte do tempo sem emprego e as mulheres se tornaram naqueles dias o arrimo da família. No ambiente dos cortiços e porões, o ócio negativo se transfigurou em rotina para o gênero masculino conduzindo-o, intuitivamente, a vícios como a bebedeira, jogatina, promiscuidade, latrocínio e a vadiagem, hábitos que embotaram parcela razoável dos remanescentes da escravização no Planalto de Piratininga.

Era assim, que o determinismo, defendido pelo darwinismo social, passava a ser aceito como uma profecia pela própria população de marginalizados residentes na capital. Discorrendo agora sobre o tema família, no qual demoraremos um pouco mais, por ser um tópico que adquiriu status de divisor de águas no contexto negro da Primeira República, na cidade de São Paulo. De acordo com Fernandes (1978), quanto maior o grau de instabilidade das instituições socializadoras, maior precisa ser a força modeladora da instituição familiar, para que a mesma possa fazer o tensionamento necessário, uma vez que:

Numa sociedade de classes em formação, a família vinha a ser o principal e, por vezes, o único ponto de apoio grupal com que contavam os indivíduos. Sem um mínimo de cooperação e de solidariedade domésticas, ninguém podia vencer naquela “selva selvagem”; a “competição individualista” irrefreada, ou não, requeria um complexo substrato institucional de que a família integrada constituía o patamar. Os exemplos dos imigrantes são conclusivos, pois entre eles a família sempre servia, direta ou indiretamente, de alicerce à rápida ascensão econômica, social e política. Embora a família integrada não pudesse criar nem fomentar, por si mesma, as oportunidades de classificação profissional e econômica, é indiscutível que ela se erigia em uma espécie de regulador do aproveitamento ótimo dessas oportunidades. (FERNANDES, 1978. p,198)

Na ótica de Fernandes (1978), a instituição de maior influência na modelação das crianças e jovens é a família e, quanto mais frágil for a atuação das instituições externas, como, por exemplo, a escola, maior grau de inclusão, organização e acompanhamento a família vai precisar realizar, assim, sua logística de atuação precisará ser mais eficiente.

Mas, que fique claro, para Fernandes (1978) o sucesso das instituições socializadoras externas vai estar relacionado à atuação da instituição ou agentes que venham a atuar como família ou grupo de apoio. Quanto mais diligente for a família nuclear, ou o grupo de apoio, melhores serão os resultados das crianças e jovens.

Vejam os argumentos de Correia Leite: “Os que frequentavam o grupo escolar tinham pai e mãe” (LEITE, CUTI, 1992.) A alegação de Leite (1992) é reveladora, ele entende que faltou o suporte que cabe a família providenciar para que o estudante venha a dar conta da rotina escolar, ele não está se referindo tão só e simplesmente a presença física dos progenitores, mas está se referindo a ausência dos portadores legais em condições de articular junto a instituição de ensino estratégias viabilizadoras para que o processo ensino aprendizagem viessem a ocorrer.

O memorialista comenta que até os dez anos de idade ainda não havia frequentado qualquer tipo de escola, a sua progenitora não tinha as mínimas condições de lhe prover tal experiência, o único documento que ele possuía era o seu atestado de batismo o que não lhe possibilitava realizar a matrícula, pois as escolas exigiam documentos pontuais como a certidão de nascimento, um responsável legal.

O estudante, para frequentar a escola, precisava, também, trajar uniforme, portar material escolar e dar conta das atividades pedagógicas (ARAÚJO, 2013).

A agressividade da Paulicéia requisitava da família negra, que pretendia nela se instalar, o perfil das famílias que os representantes do meio negro descreveram para Fernandes (1978), de maneira insistente, como ordeiras. Esse perfil familiar evitava, sempre que possível, se instalar nos cortiços ou porões, trabalhando com mais habilidade na manutenção da sua privacidade. Esses, de alguma forma, recebiam de maneira direta ou indireta, ainda que de forma amena e distante, algum tipo de orientação, suporte material, psicológico e emocional de seus antigos mentores, praticavam economia severa para dispor de algum recurso para enviar suas crianças à escola. Essa família ordeira, geralmente, era aquela constituída por negros com alguma ilustração na cidade de São Paulo na Primeira República.

Ao vivenciar a experiência do reconstruir, ainda que essa reconstrução seja parcial, as trajetórias de Edmundo, Pedrosa e Galvão me vem à mente as palavras de Arruda (2012, n.p) “[...] É através destes acervos que resgatamos nossas histórias dispersas em fragmentos”. A restauração da trajetória do povo negro na Paulicéia da Primeira República, vem acontecendo e os acervos e arquivos públicos e privados em muito têm contribuído para que a invisibilidade que pairou sobre o protagonismo desse

grupo étnico venha sendo dissipado. No próximo capítulo iremos contracenar com o protagonismo negro na cidade de São Paulo, porém na vertente feminina nos primórdios do século XX, nos meandros da instrução pública paulistana.

### 3. NEGRA VESTE A TOGA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO

O regime do patriarcado, como já nos referimos anteriormente neste trabalho, foi instituído em terras paulistas ainda nos primórdios da civilização bandeirante. Desse modo, essa instituição tem como premissa básica priorizar o gênero masculino e infantilizar e/ou minimizar o gênero feminino, alegando que essa primazia foi concedida ao homem, em primeira instância, por decreto divino. Em um segundo momento, a base da sua argumentação é que a natureza o dotou com força física e racionalidade superiores (SCOTT,1989) e, em terceiro lugar, uma vez ocupando a maioria dos postos-chaves nas forças armadas, recebendo suporte do direito positivado, (VASCONCELOS; MIRANDA, 2013) galgou apoio no legislativo, executivo e judiciário. Assim, o patriarcado, sem sombra de dúvidas, arregimentou suporte também nos campos político, econômico e religioso.

No entanto, no decorrer do século XIX foi possível detectar algumas das filhas de Eva (KARAWEJCZYK, 2013) se articulando em busca da emancipação feminina na capital do Império do Brasil. Estamos nos referindo as protagonistas como, por exemplo, a potiguar Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das primeiras mulheres a reivindicarem a emancipação feminina por meio da literatura brasileira. Seu texto emblemático, *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, veio a público pela primeira vez em 1832 em Pernambuco, tendo uma segunda impressão em 1833 em Porto Alegre, 1839 no Rio de Janeiro e ainda uma outra em 1989 em São Paulo, onde a autora reivindicava a igualdade de direitos em número, gênero e grau ao do homem. Nísia pertencia a elite branca e latifundiária oriunda do Norte do Império do Brasil e também atuou como educadora. Fundou uma escola, o Colégio Augusto, uma instituição para meninas na capital do Império no ano de 1838, e o currículo dessa escola privilegiava o latim, ao invés das prendas domésticas, o canto ou a dança, algo inusitado naqueles dias do século XIX. Na ótica do sociólogo Freyre a Nísia era uma:

Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio dos homens a dominarem sozinhos todas as atividades extra-domésticas, as próprias baronesas e viscondes mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas [...], causa pasmo ver uma figura de Nísia. (FREYRE,2006, p.109)

O comportamento de Nísia estava à frente do seu tempo; ela se encontrava deslocada do seu contexto feminino nos idos do século XIX, pois não fora modelada e nem se permitiu modelar segundo a imagem e semelhança do feminino que fora desenhado naqueles idos, em uma imagem idealizada e formatada pelo patriarcado sob medida para o século XIX em terras brasílicas, onde via de regra a mulher se encontrava sob a tutela do pai, irmão ou marido. Nessa conjuntura, Nísia estava inserida numa sociedade regida pelos meandros da solidariedade mecânica (DURKHEIM, 1989), onde os espaços do feminino eram muito bem demarcados e o papel social da mulher rigidamente desenhado nos cenários religioso, político, econômico e social. Ainda nesse ínterim, detectamos a soteropolitana Leolinda Figueiredo Daltro, mestiça filha de pai branco e mãe indígena (ROCHA, 2006), que atuou como professora e diretora em escola feminina. Indigenista e amiga pessoal do diretor da Escola Americana de São Paulo, o estadunidense Horace Lane, também foi escritora e fundadora do Partido Republicano Feminino em 1910. Leonilda Daltro procurou interagir de maneira articulada entre os órgãos governamentais, imprensa, autoridades civis e religiosas, coroando as suas atividades com militância agressiva, laboração, essa, que era interpretada como fato social patológico e fartamente noticiado pela imprensa carioca. Entretanto, Daltro interagiu com o intuito de viabilizar possibilidades para a emancipação da mulher. Ela entendia que o ato de não ter o direito de ser cidadã e de exercer e usufruir dos direitos civis e políticos, estavam diretamente ligados ao motivo de ser mulher.

No início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, também encontramos Bertha Lutz, que funda, em 1920, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Ela é conhecida como a precursora de um feminismo “bem comportado” (PINTO, 2003) e, em 1922, iniciou as atividades da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Bertha Lutz é articulada com a elite da capital da República, bem educada, havia estudado na Europa, filha de Adolpho Lutz. No entanto, foi o feminismo de teor estadunidense que lhe constrangeu a reorganizar o processo de emancipação feminina no período da Primeira República. O contexto de Lutz é o de uma sociedade que está sendo gerida por solidariedade de perfil orgânico (DURKHEIM, 1989), onde as relações de dependência da vida em comunidade estão se tornando cada vez mais complexas. A sororidade que existia entre Lutz e Daltro era com relação a emancipação da mulher, entretanto, há uma divergência com relação à metodologia, planejamento, logística e execução da militância. Essas mulheres, entre outras, estiveram articulando cada uma a seu tempo nos campos político, educacional, literário e científico, procurando criar novas possibilidades no

intuito de facilitar o processo de emancipação e inserção da mulher que ,segundo Simone de Beauvoir (2009), é o outro. No contexto patriarcal e sexista de São Paulo, na Primeira República, essa condição de ser o outro, ocupado pela mulher, coaduna com a ausência de correlação de igualdade por parte do homem (RIBEIRO, 2017). No entanto, a mulher negra se encontra em uma condição ainda mais delicada, pois ela é o outro do outro, e por quê? Porque ela não é homem e nem é branca, (KILOMBA, 2008).

Djamila Ribeiro (2017) comenta que a mulher negra é negada à condição de sujeito, no contexto patriarcal, por ser uma espécie de antítese da masculinidade e da branquitude (RIBEIRO, 2017). A elite negra paulistana, nesse intercurso, procurava se concentrar em alguns pontos que para ela eram essenciais, como, por exemplo, o de infiltrar também as suas meninas no cenário da instrução pública e lá permanecer o tempo necessário para obter um ou dois diplomas de cunho oficial. Entretanto, naquele momento, as militantes brancas procuravam por brechas na ordem do discurso patriarcal brasileiro onde pudessem introduzir no universo da mulher os valores iluministas como liberdade, igualdade e fraternidade, presentes na Declaração de Direitos da Virgínia-EUA, de 1776, e na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão-França, de 1789. Ou seja, nada que já não estivesse vigorando nos conformes da doutrina liberal, em vigor também em terras brasileiras, desde a Constituição de 1824. Só que agora havia a aspiração de inserir a mulher nesse cenário. Havia entre elas o propósito de alçar o gênero feminino no quesito acadêmico, para além do curso Normal, conduzi-las até as urnas, dar a elas a possibilidade de concorrer a cargos públicos e, para tanto, procuravam encontrar possibilidades de apoio tanto no Direito Natural como no positivado. Nessa conjuntura, não podemos deixar de ressaltar que a mulher visada em primeira ordem, pelas representantes aqui citadas logo acima, era a mulher branca e, em especial, a que compunha a elite. A mulher branca desprovida de recursos, a indígena e a oriunda da escravização não se encontravam na ordem do dia.

No dia 21 de novembro de 1910, nascia Virgínia Leone Bicudo, na cidade de São Paulo, no Bairro da Luz. Ela era filha de Theophilo Júlio Bicudo e Joana Leone Bicudo. Theophilo era negro, filho da ex-escravizada Virginia Júlio Bicudo, que fora alforriada, e de Marcolino Júlio Bicudo<sup>34</sup>. Joana, a esposa do Theophilo, era caucasiana, imigrante italiana, mas desprovida de capital financeiro. Ambos prestavam serviços na fazenda de

---

<sup>34</sup> Esses nomes foram os que encontrei nos documentos do prontuário de Theophilo no Primeiro Ginásio da Capital.

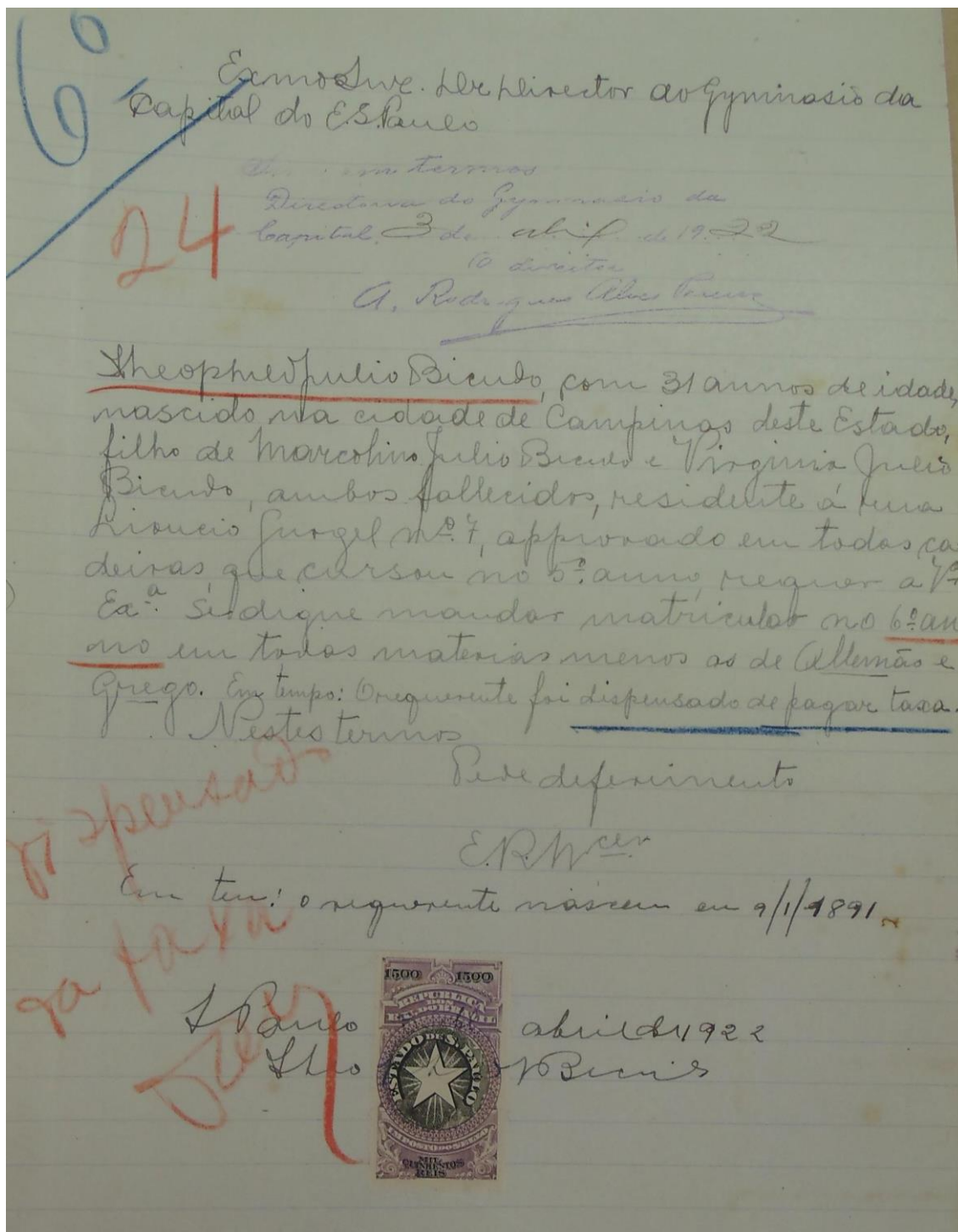
Bento Augusto de Almeida Bicudo, senhor de casa-grande no município de Campinas - SP.

Janaina Ribeiro (2013) traz à tona que o casal Bento Augusto de Almeida Bicudo e Ursulina Engler não tiveram filhos e por isso apadrinharam algumas crianças negras órfãs e, ainda, algumas que eram filhas de imigrantes e conviviam em suas propriedades. Theophilo nasceu e foi criado na sede da Fazenda Matto, dentro do Jaguari, pela família Bicudo, mas sem a presença dos pais biológicos. Quando adulto, Theophilo tornou-se empregado doméstico da família<sup>35</sup>. Durante a pesquisa o nome de Marcolino Júlio Bicudo foi encontrado em alguns documentos, porém, autores como Janaína Damasceno Gomes (2013), e Teperman e Knopf (2011), classificam o pai de Theophilo como desaparecido ou desconhecido, respectivamente. Essa escolha pode deixar claro o papel paternal que esse ator exerceu ou deixou de exercer na vida de Theophilo. Levando em conta essa abstenção, seria então esse nome paterno adotado apenas como uma tática por Theophilo em busca de melhor projeção no convívio social entre os seus pares e professores?

---

<sup>35</sup> O nome do pai biológico do Theophilo, até recentemente, era desconhecido na história da elite negra paulistana.

**Imagem 21-** Requisição do Theophilo solicitando ao diretor do Ginásio da Capital efetuar a sua matrícula para o 6º ano, no documento aparece os nomes dos progenitores do Theophilo, e o seu endereço na Vila Economizadora.



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Padre Anchieta.

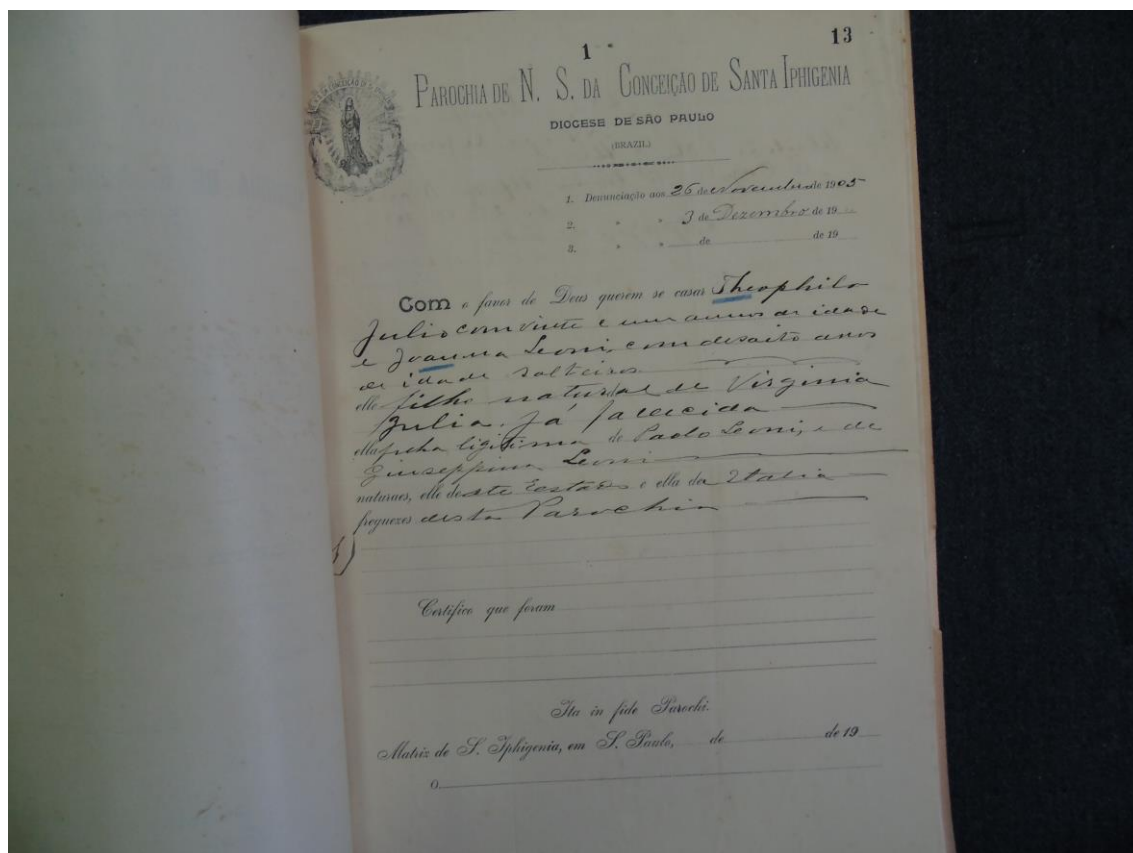
Para Moretzsohn e Teperman (2011), o sobrenome Bicudo foi acoplado ao nome de Theophilo por força do hábito, o que já era uma prática entre os ex-escravizados e seus descendentes que se apropriavam do sobrenome dos antigos senhores em busca de uma identidade, algo como senso de pertencimento no âmbito do social. Já para Gomes (2013), Theophilo está para além dessa relação de compadrio; ele demonstra ter noção de que a cidade de São Paulo é performada em sociedade de classes e coordenada pelos senhores do café que, naquele momento, eram empreendedores e regentes da política, ocupando os postos de comando da Paulicéia. Postos, esses, que se metamorfoseiam em um espaço autônomo com a sua própria maneira de ser nos contextos político, econômico e social o que, conseqüentemente, lhe permite ser um lugar fértil, onde o sobrenome atuava como um tipo de endosso social e, por isso, ele incorporou o sobrenome Bicudo ao seu em 5 de março de 1915<sup>36</sup>. Theophilo chegou a cidade de São Paulo assinando apenas como Theophilo Júlio, fato observado e sustentado por meio do seu processo de casamento religioso, realizado na Paróquia de Santa Efigênia. Theophilo não assina aquele documento com o sobrenome Bicudo e só vai passar a assinar com o sobrenome do padrinho a partir de 1915, ou seja, ele precisou de algum tempo para analisar o campo (BOURDIEU, 2004) no qual estava se inserindo. Se familiarizou, estudou e mapeou o território, o que lhe conduziu, conseqüentemente, a selecionar alguns dos instrumentos os quais julgou que poderiam lhe ajudar não só a entrar, mas também a permanecer no campo constituído pela cidade de São Paulo na Primeira República e, provavelmente, o sobrenome do padrinho era um ingrediente de relevância naquele contexto histórico.

Joana Leone chegou a quinta ( propriedade rural) na companhia da sua família, advindos da Itália, e a família chegava para trabalhar no cafezal. No entanto, a ela coube a função de ser babá na sede da fazenda onde estabeleceu relações com Theophilo, enfim, liames que acabaram se consubstanciando em matrimônio.

---

<sup>36</sup> Segundo Gomes (2013) essa incorporação é notificada no DOSP (Diário Oficial do Estado de São Paulo).

**Imagem 22-** Processo de casamento no religioso de Theophilo Bicudo com Joana Leone, efetuado na Paróquia de Santa Efigênia. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.



**Fonte:** Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Theophilo e Joana se mudaram para São Paulo e se instalaram na Rua Aurora (MORETZSOHN, 2013), no Bairro de Santa Efigênia. Theophilo ingressou no mercado de trabalho, na cidade de São Paulo, no pós-abolição, munido com as recomendações do seu padrinho, o Senador estadual Antônio Bento Bicudo, ex-voluntário da Pátria, senhor de casa-grande em Campinas e cofundador do Jornal *O Estado de S. Paulo*. Essa proximidade com o latifundiário campineiro lhe franqueou a contratação numa das instituições públicas da capital paulista na condição de carteiro, em uma das agências dos Correios.

Portanto, Theophilo chega à cidade de São Paulo integrando o grupo de negros que possuíam a habilidade de ler e escrever e contar além do refinamento social, capital que adquiriu por estar em contato direto com os patrões. e, para tanto, não era necessário portar título acadêmico, um emprego fixo ou cargo de baixo escalão no funcionalismo público era o suficiente.

Para Andrews (1998), foi no setor público da cidade de São Paulo que negros e pardos, de perfil diligente, encontraram maior flexibilização a seu favor para ingressar no mercado de trabalho no período da Primeira República. Os periódicos negros reservavam espaço em suas colunas sociais para evidenciar a vinculação de alguns dos seu grupo étnico com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal. Entretanto, se faz necessário pontuar que via de regra as vagas concedidas a esse grupo étnico, quando se tratava de cargos mais elevados, se referiam a professores das escolas públicas, escriturários e funcionários de nível inferior no serviço postal, coletoria de impostos ou companhia telefônica “[...] o setor público constituía a rota mais propícia para os afro-brasileiros ambiciosos que procuravam escapar do estigma do trabalho braçal e ascender para cargos de colarinho branco” (ANDREWS, p. 200. 1998). Essa possibilidade de acesso do negro e dos seus descendentes na empresa estatal paulista era, na maioria das vezes, agenciada pelo patronato político, composto na sua maioria pelos senhores da casa-grande que viabilizavam essas inserções como moeda de troca por favores políticos entre os seus pares.

Experiência semelhante foi vivenciada pelo afilhado do Senador estadual paulista Bento Augusto de Almeida Bicudo, introduzido no serviço postal paulistano.<sup>37</sup> Uma vez trabalhando e instalado, o jovem carteiro começa a procurar novas acomodações, ele tinha planos mais ambiciosos com relação às dependências que pretendia prover para a sua família e inicia furtivas visitas a um empreendimento imobiliário que surgia às margens do Rio Tamanduateí, no Bairro da Luz.

---

<sup>37</sup>Buscas por maiores informações concernentes ao Theophilo, enquanto funcionário dos Correios e Telégrafos de São Paulo, junto a Central dos Correios, foram feitas durante a pesquisa, mas o máximo que obtive foi que a documentação dos funcionários, que haviam atuado antes de 1962, se encontrava em Brasília. O contato em Brasília, que nos foi apresentado, não frutificou.

**Imagem 23-** Panfleto de divulgação da Vila Economizadora. Fonte: Arquivo Histórico Municipal.



**Fonte:** Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <http://www.arquiamicos.org.br/info/info19/i-logra.htm>. Acesso em: 28.dez.2020.

Entendo que, em função dos interesses do Theophilo, se faz necessário uma breve apresentação do Bairro da Luz. No período da Primeira República, o Bairro da Luz havia deixado para trás os ares de um dia ter sido a Vila de Piratininga, a segunda Vila fundada por Martim Afonso de Souza (GUIMARÃES, 1977). O Bairro da Luz, no período do pós-abolição se encontrava em franco desenvolvimento; vinha se expandindo ao longo dos anos em torno do Seminário e do Jardim da Luz, e o ambiente se tornou atraente para residir e trabalhar. A chegada da Estação da Luz só dinamizou a confluência comercial entre o interior, a capital e o Porto de Santos. O café financiou a indústria.

Nesse período, os cortiços e as vilas operárias proliferaram no entorno do centro da cidade, o grande volume de imigrantes, que desembarcou na capital do café, dinamizou o mercado imobiliário para atender também a população de baixa renda. Para Lúcio Kowarick:

O cortiço é a habitação mais antiga de São Paulo, ligada aos primórdios da industrialização-urbanização que se iniciou na última década do século XIX. São imigrantes inicialmente italianos que fazem a cidade crescer e ocupam os princípios postos no nascente parque fabril: salários baixos, frequentemente deteriorados, jornada de trabalho de doze ou mais horas, trabalho noturno feminino e infantil, também na indústria têxtil, motor da economia por várias décadas do século XX (KOWARICK, 2013).

Os imigrantes, em primeira mão, vieram para atender as lavouras de café. No entanto, a cidade, a ferrovia e a indústria convenceram muitos deles a retornarem para a capital e engrossarem as fileiras do contingente de operários que se convergiam em torno da incipiente indústria paulista, que faminta por mão de obra, acolhia vorazmente,

homens, mulheres e crianças, remunerando-os de maneira precária, num ambiente onde as regras eram estabelecidas em acordo com a ordem do discurso patriarcal. Foram esses operários, sequeiros por empregos e moradia, que performaram a demanda por cortiços no Bairro da Luz e arredores. O cortiço, foi uma iniciativa de empreendedores particulares no período da Primeira República, identificado como o epicentro em potencial das epidemias e doenças que poderiam contaminar os bairros centrais da cidade de São Paulo e isso por consequência do alto índice de densidade demográfica por cômodo, somando-se a presença de água não tratada para consumo humano, e ainda a ausência de serviço de esgoto com pouca ventilação e iluminação natural no interior da moradia, além do baixo padrão de higiene, fato que saltava aos olhos (LUCHESE, 2018). No ano de 1881 a Paulicéia, por meio do seu corpo de vereadores conceituou o que viria a ser um cortiço; um logradouro composto por pequenos cômodos encarreirados com meia-queda-d'água e pé direito alternado entre 2.20m a 2.64m, onde a frente da moradia não entrava em contato com a via pública (SANTOS, 2012)<sup>38</sup>.

Os italianos não implantaram esse tipo de moradia no contexto arquitetônico da capital bandeirante, porém inflacionaram a demanda por cortiços nos arredores da cidade, no final do século XIX e primórdios do século XX. Contudo, José Correia Leite, relata que o Bairro do Bexiga: “[...] não foi um bairro só de italianos. Lá morou muito negro também [...]” (LEITE, CUTI, 1992, p.24). O Correia Leite, morou em mais que um dos cortiços nos arredores da colina paulistana, onde os preços dos aluguéis, segundo ele, ficavam na casa dos 5 a 10 mil réis por mês, porém ele a mãe e uma irmã não davam conta desse compromisso. Nesse ambiente, Correia Leite conviveu com brancos nacionais, italianos e portugueses, e com a imigração o número de italianos superou os demais. No final do século XIX a população de São Paulo, no que concerne a caucasianos, era composta de 74% de estrangeiros e de apenas 24% de nacionais (FERNANDES, 1978), a Paulicéia, naquele momento, era, na sua essência, uma cidade cosmopolita. O Bairro do Bexiga em 1910, ano do nascimento da Virgínia Bicudo já estava qualificado como um espaço tipicamente italiano.

No ambiente do cortiço o comum é as pessoas vivenciarem um constante tensionamento entre o particular e o compartilhado. A margem que separa o público do privado é ínfima, a privacidade entre os sexos é mínima, adultos e crianças se expõem mutuamente e os assuntos confidenciais são de difícil tratamento. No entanto, nesse

---

<sup>38</sup> Santos (2012).

mesmo período, a indústria paulista propôs um outro tipo de moradia para os operários que estavam na sua folha de pagamento, a vila operária. Essas vilas, ao contrário dos cortiços, foram projetadas e construídas dentro dos padrões mínimos estabelecidos pelos engenheiros sanitaristas, como a Vila Caieiras, (1877), Vila Antártica, (1895), Vila Boyes (1911), só para citar algumas. Essas vilas eram construídas pelos padrões industriais que queriam manter a mão de obra o mais próxima possível da fábrica (SCHIAVON, 2019).

As vilas eram compostas não só por residências, mas, também, por outros ambientes, em alguns casos era possível encontrar espaços como escola, igreja, armazém, um reservado para recreação, farmácia, consultório, enfim, os industriais procuravam sanar as necessidades básicas dos operários que estavam a lhes prestar serviços, não obstante cobravam honorários pelos mesmos. Todavia, não só a grande indústria demonstrou interesse pela vila operária, os investidores do mercado imobiliário também perceberam a viabilidade da proposta para atender inquilinos com um poder aquisitivo um pouco melhor do que aqueles instalados nos cortiços, mas que eram profissionais autônomos ou estavam prestando serviços a instituições às quais não possuíam domicílio próprio para oferecer aos seus funcionários.

O poder público, além dos investidores, também tinha interesse em que o déficit de moradias fosse sanado e por isso acenou para a iniciativa privada com a plausibilidade de empréstimos, isenção de impostos e, ainda, com a possibilidade de construir as vilas em terrenos de propriedade estatal. Os empreendedores do setor procuravam por terrenos que dessem conta da legislação sanitária de 1894, ou seja, as vilas prioritariamente seriam construídas em áreas distanciadas do que na época foi definido como região central da cidade de São Paulo que, segundo Regina Helena Vieira Santos, o centro da cidade era constituído por um triângulo, Rua São Bento, Rua Direita e Rua 15 de Novembro, (SANTOS, 2008). Correia Leite faz, ainda, um adendo quando inclui ao centro antigo, A Praça Patriarca, que, segundo ele, era conhecida como “Quatro Cantos” (LEITE, CUTI, 1992, p.23). Na cidade de São Paulo os espaços que melhor se adequaram a essa empreitada, por parte dos investidores, foram aqueles localizados próximos às fábricas, a linha férrea, e aos leitos dos rios, pois eram de baixo custo. Em 1908, a Sociedade Mútua Economizadora Paulista iniciou as suas atividades no ramo da construção civil, no intuito de atender a esse nicho do mercado imobiliário e construiu uma vila no período de 1908 a 1915 no Bairro da Luz. Essa construção foi erguida entre a Avenida Tamanduateí, (atual Av. do Estado), Rua São Caetano e Rua da Cantareira, recebendo a alcunha de Vila Economizadora.

O empreiteiro que esteve à frente da Economizadora foi Antônio Bocchini e José Giuseppe Sachetti foi o arquiteto que assinou o projeto; Sachetti foi responsável não só pela Economizadora, mas por vários outros projetos na cidade de São Paulo.<sup>39</sup> É importante lembrar que a Economizadora não estava ligada a nenhuma das fábricas instaladas na capital no momento em que foi projetada; ela foi construída com o propósito de atender a um público híbrido, composto por operários, funcionários públicos e profissionais autônomos. A Vila foi dividida em cinco ruas, uma central e quatro em posição transversal. A rua central recebeu o nome de Economizadora e as demais foram batizadas com os nomes dos sócios da Economizadora Paulista, eram eles: Senador Luiz Pisa, Dr. Gabriel Dias da Silva, Comendador Leoncio Gurgel, Dr. Cláudio de Souza.

No lançamento, a Economizadora estava constituída por 147 edificações, 127 eram residências e as outras 20 seriam espaços dedicados ao comércio. As casas estavam divididas em oito modalidades, provavelmente com o objetivo de poder atender a um público diversificado que buscava a cidade do café para estabelecer residência. Das 127 residências, 71 eram casas muito simples com apenas três cômodos e um banheiro externo, esse modelo dava conta do mínimo exigido pela legislação sanitária, essas casas eram as do tipo B, e foram projetadas para o operariado comum com o preço do aluguel fixado em 55\$000 mil réis. Outras casas eram compostas pelos tipos A, com 10 unidades, C, com 7, e D, com mais 7. Essas unidades possuíam duas salas, três dormitórios, banheiro, cozinha e quintal, com o aluguel no valor de 115\$000 e 120\$000 mil réis. Vamos encontrar ainda 25 casas do grupo E; essa modalidade de residência possuía apenas uma sala, e não duas, porém o perímetro desse cômodo era maior que os das demais unidades, o valor mensal do aluguel variava entre 110\$000 e 120\$000 mil réis mensais.

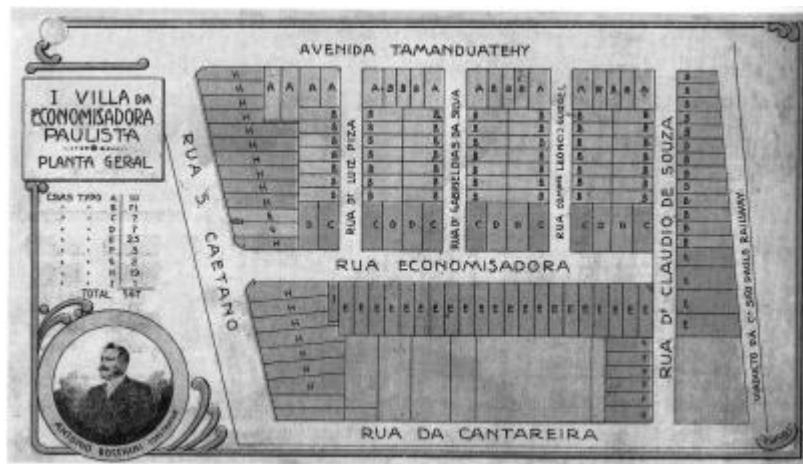
As casas que compunham o bloco F tinha 3 exemplares a um preço de 90\$000 mil réis por mês, o grupo G era composto por 20 unidades, essas casas possuíam sala de jantar e de estar, variando em número os dormitórios, ficando entre 2 e 3, com um detalhe muito importante, a cozinha e o banheiro eram internos, essas casas pretendiam abrigar até 5 pessoas e o aluguel era de 140\$000 mil réis. Algumas das casas do padrão E e G chegavam

---

<sup>39</sup> Exemplos: Castelinho da Av. Brigadeiro Luís Antônio, Igreja de Nossa Senhora Aqueirota na Rua 13 de Maio, e ainda três residências na Rua da Consolação, essas residências foram construídas em formato contíguo. (Informativo Arquivo Histórico Municipal).

a ter 160m<sup>2</sup> de construção. As do tipo H eram os armazéns e os preços dos aluguéis variam entre 160\$000,200\$000 e 250\$000 mil réis.

**Imagem 24-** Panfleto de divulgação da Vila Economizadora apresentando visão panorâmica do empreendimento.



**Fonte:** Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-logra.htm>. Acesso em: 28.dez.2020.

No ponto de vista de Santos (2012), essa proposta de moradia atendia de maneira satisfatória as expectativas do operariado de porte médio, que num geral demonstrava maior grau de exigência em dois quesitos: conforto e decência (SANTOS, 2012). Essas casas foram alocadas em grande quantidade para os operários da *The São Paulo Railway*, que, na sua maioria, eram de origem italiana. O universo das ferrovias não foi de grande receptividade ao negro, mas, no entanto, foi possível detectar a presença da elite negra nesse espaço seletivo de italianos e brancos nacionais na *São Paulo Tramwaye e Light and Power Company*, companhias que estavam diretamente ligadas à construção do sistema de bonde e eletricidade da cidade de São Paulo. A presença de atores sociais negros, nesses espaços, foi percebida por meio das colunas sociais na imprensa negra paulista, mas também nos registros trabalhistas das próprias fábricas. (ANDREWS,1998)

O ingresso de poucos negros para trabalhar nas ferrovias foi o que viabilizou a presença ínfima de algumas famílias negras em vilas operárias distribuídas nos arredores da cidade de São Paulo no período do pós-abolição. E justamente na Vila Economizadora, entre imigrantes e nacionais brancos, que Theophilo e Joana Bicudo se instalaram assim que os filhos começaram a chegar. Um total de seis, onde a Virgínia é a segunda.

**Imagem 25-** Certidão de nascimento de Virginia Leone Bicudo. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.

2ª via

  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

NOME:  
**\*\* VIRGINIA \*\***

MATRÍCULA:  
**\*\* 115337 01 55 1910 1 00061 059 0001622-11 \*\***

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO		DIA	MÊS	ANO
VINTE E UM DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E DEZ		21	11	1910
HORA	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO			
13:00	SÃO PAULO - SP			
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	LOCAL DE NASCIMENTO	SEXO		
SÃO PAULO - 5º SUBDISTRITO SANTA EFIGÊNIA / SP	Neste Subdistrito	feminino		
FILIAÇÃO				
Pai: THEOPHILO JULIO BICUDO, natural deste Estado ***				
Mãe: JOANNA LEONI BICUDO, natural da Itália ***				
AVÓS				
Paternos: MARCOLINO JULIO BICUDO e VIRGINIA JULIA BICUDO ***				
Maternos: PAULO LEONI e GIUSEPPINA LEONI ***				
GÊMEO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)			
não	sem informação			
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO		Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO		
vinte e três de novembro de mil novecentos e dez		sem informação		
OBSERVAÇÕES				
Nada mais me cumpre certificar. ***				

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do  
 5º Subdistrito - Santa Efigênia  
 Bdr Ruth de Andrade Moraes - Oficial  
 Município e Comarca de São Paulo - Estado de São Paulo  
 Av. Senador Queirós, 101 - 1º andar - CEP 01029-001  
 Fone/Fax: (11) 3228-3071 - e-mail: rcivil05@terra.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
 São Paulo, 19 de outubro de 2015.

Etina Casavini Mendes  
 Oficial de Registro

E-mail: 21.171.1998@rj.23  
 ISS: 0,42 | Total: 25,82 | Cód. de Verif. nº 239715

11533-7-AA 000006401

**Fonte:** Cartório de Registro Civil - Santa Efigênia-SP- Capital.

**Imagem 26-** Foto da família de Virgínia.



Família de Virginia Leone Bicudo na casa da Vila Economizadora. Da esquerda para a direita vêem-se as irmãs Lourdes e Helena, a mãe, Dona Joana, a irmã Carmem com a boneca, o pai Sr. Teófilo Bicudo, Teófilo Jr. e Virginia. São Paulo, 3 de março de 1929. Fonte: Divisão de Documentação e Pesquisa da História da Psicanálise/ SBPSP.

**Fonte:** Divisão de Documentação e Pesquisa da História da Psicanálise/SBPSP.

Ainda com relação a Teophilo, esse jovem negro chega a capital do café com o objetivo de ascender socialmente e, essa pretensa ascensão, seria daria por meio da escolarização.

**Imagem 27-** Certificado de exame de admissão do Theophilo para o 1º ano no Ginásio da Capital do Estado. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.

N. 104

**REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL**

*Gymnasio da Capital do Estado de S. Paulo*

EQUIPARADO AO GYMNASIO NACIONAL  
PELO DECRETO DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS INTERIORES DA UNIAO N. 2251,  
DE 6 DE ABRIL DE 1896

Certificado de exame de admissão ao 1º anno do curso.  
Livre de letras admissao \_\_\_\_\_ folhas \_\_\_\_\_  
Eu B.º Augusti Frere Pedro, director do  
Gymnasio da Capital do Estado de S. Paulo, faço saber aos que o presente virem, que o  
Sr. Theophilo Julio Paulo, natural de \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_,  
nascido em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, prestou, nos dias \_\_\_\_\_,  
na conformidade do vigente Regulamento do  
Gymnasio Nacional, o exame de admissão ao \_\_\_\_\_ anno do curso, e foi approvado, obtendo as  
seguintes notas:

**Exame de admissão ao 1º anno**

Em	Exame	approvado	grau
>			f.
>			
>			
>			
>			
>			
>			
>			

S. Paulo, em 19 de Abril de 19 11

O Director, \_\_\_\_\_ O Secretario, \_\_\_\_\_  
O Delegado Fiscal, \_\_\_\_\_

Diario Official - S. Paulo - 1907.

**Fonte:** Arquivo da Escola Estadual Padre Anchieta.

Theophilo efetua a sua matrícula no Primeiro Ginásio da Capital e estabelece como meta, após conclusão do curso ginásial, ingressar no programa da Faculdade de

Medicina e Cirurgia de São Paulo, que havia iniciado as suas atividades no ano de 1913. A cidade de São Paulo já vinha articulando a criação da faculdade de medicina desde 1891, ainda no mandato de Américo Brasiliense, que, inclusive, chegou a assinar a legislação que dava vida a esse sonho acalentado pelos paulistas. No entanto, o projeto não vingou. A proposta retorna ao cenário político bandeirante em 1912, momento em que estava sendo orquestrado a batuta de Rodrigues Alves, que estava à frente do governo do Estado pela segunda vez e que, inclusive, já havia sido Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. É nesse contexto do PRP (Partido Republicano Paulista), regado a café, que em 19 de dezembro de 1912 a lei de número 1357 é assinada. Em 31 de janeiro de 1913 o decreto de número 2.344 é também referendado e, portanto, a conjunção entre a lei e o decreto resultam em fôlego de vida para a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo vir a existir (SILVA, 2002).

**Imagem 28-** Carteira de matrícula no curso preliminar Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.



**Fonte:** MARINHO, MOTA, 2014. p. 63. Disponível em: [https://www.fm.usp.br/museu/conteudo/museu\\_132\\_volume\\_6.pdf](https://www.fm.usp.br/museu/conteudo/museu_132_volume_6.pdf). Acesso: 05.jul.2020.

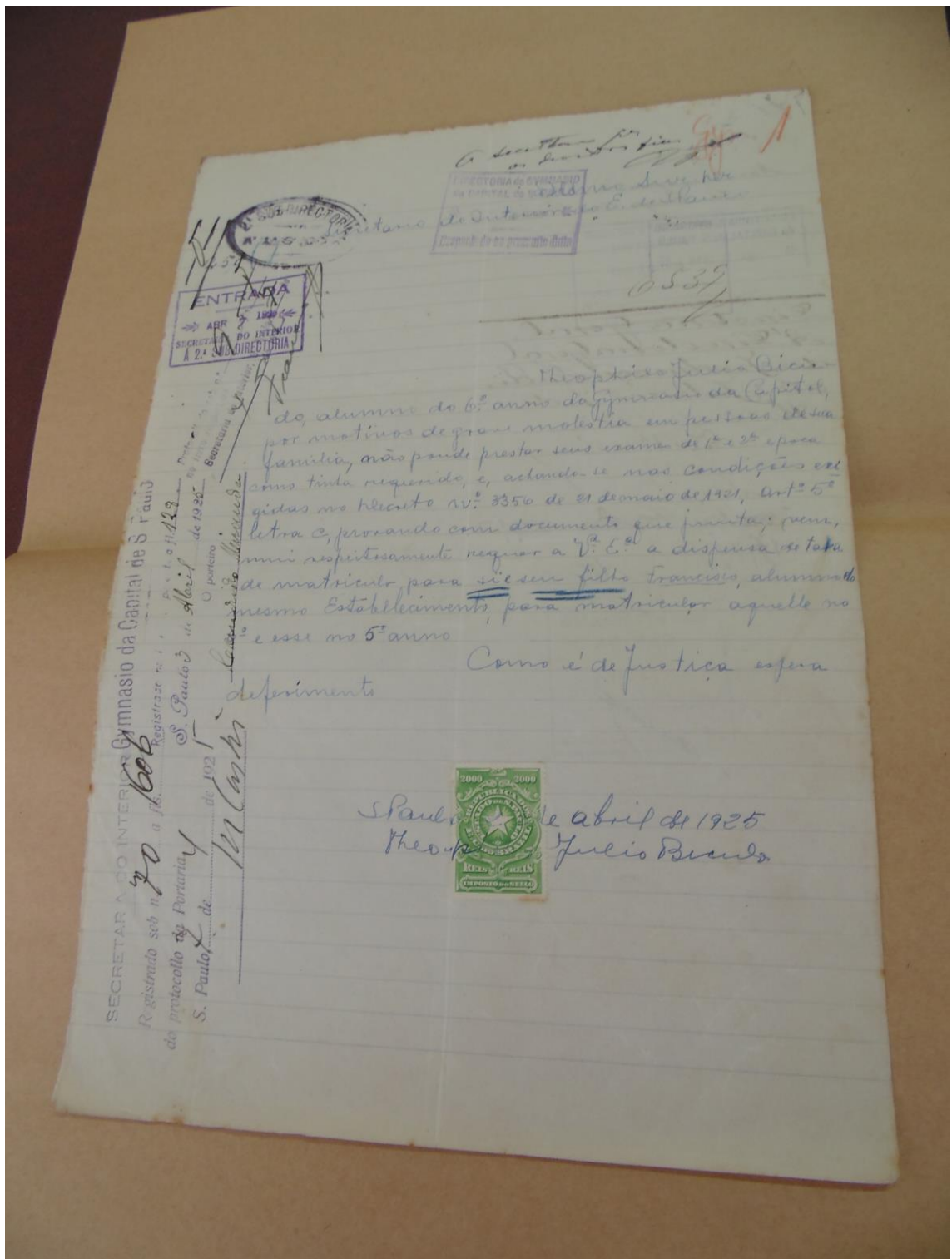
Essa instituição de ensino superior foi a primeira a fazer constar em seu regulamento a permissão de matrícula para ambos os sexos. Na sua primeira turma já contemplava duas médicas, Délia Ferraz e Odette Nora. Um outro item que deve ter impulsionado o entusiasmo de Theophilo era que 10% das vagas eram reservadas para estudantes pobres e a faculdade aceitava alunos vindos da Escola Normal e do Ginásio.

Em 1913, na turma preliminar, haviam 16 alunos provenientes do Primeiro Ginásio da Capital e 22 nativos da Escola Normal. Um detalhe importante é que não havia a necessidade de prestar o vestibular, porém, dos 180 alunos que iniciaram o ensino na condição de alunos preliminares em 1913, apenas 70 deles chegaram até o final daquele ano e só 34 foram promovidos para o ano seguinte com o status de alunos regulares (MARINHO, MOTA, 2014). Apesar desses aparentes pontos positivos, o projeto do Theophilo em fazer parte da elite paulista, no campo da saúde, nunca chegou a ser concretizado, pois, segundo Virgínia, seu pai sofreu obstrução por parte de um dos professores do Ginásio. O docente em questão entendia que a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo não fora criada para atender os negros (GOMES, 2013). Theophilo Júlio Bicudo era um autodidata<sup>40</sup> que tinha prazer em aprender pelo simples regalo em adquirir o conhecimento, e o clima doméstico girava em torno dos resultados que os filhos obtinham na instituição escolar (MAIO, 2010). Portanto, Theophilo cria em sua residência um tipo de curso preparatório para os interessados em ingressar na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (MAIO,2010).

---

<sup>40</sup> O autodidata procura desenvolver as habilidades de que necessita em si mesmo, se filia às instituições de seu interesse e aprende a procurar por informações de que precisa, num geral sozinho

**Imagem 29-** Documento onde Theophilo pleiteia a dispensa da taxa da matrícula para ele e o filho Francisco, na época ele no sexto e o filho no quinto ano do Ginásio, no ano de 1925. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.



**Fonte:** Arquivo da Escola Estadual Padre Anchieta.

Entendo que se faz necessário, nesse momento, apresentar a importância de projetar a figura de Theophilo Bicudo na tese. Theophilo foi um ícone para Virgínia que,

na época, era apenas uma criança em uma cidade onde o afrodescendente não tinha o direito de “ocupar um lugar ao sol”. Entretanto, Theophilo se tornou uma referência importante, pois, buscava, incansavelmente, para si e seus seis filhos, Francisco Júlio Bicudo, Virgínia Leone Bicudo, Helena Bicudo, Maria de Lourdes Bicudo, Theophilo Bicudo Junior e Carmem Leone Bicudo (ABRÃO, 2010), um lugar na sociedade e Virgínia capturou para si o espírito de luta do velho carteiro.

No Anuário de Ensino de 1909-1910, o Estado de São Paulo se encontrava com uma demanda escolar por 432.807 vagas, no entanto, desse contingente apenas 122.678 estavam frequentando as escolas, enquanto 310.129 estavam fora das salas de aula. Para gerir esse tensionamento, vamos encontrar a frente da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo o ex-normalista Oscar Thompson que defendia o seguinte ponto de vista: “É incontestável que todos os países civilizados procuram aperfeiçoar a organização do ensino público, de maneira que a futura geração se apresente melhor preparada na luta pela vida” (*Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, 1909 -1910. p. 1).

A escola, preconizada pelo ex-pupilo da Professora Márcia Brown, deveria ser um laboratório social onde o estudante pudesse interagir com experiências que viessem à burilá-lo não só no aspecto cognitivo, mas que também o contemplasse no campo físico e axiológico. Não obstante, para tanto se fazia necessário trazer as crianças para o interior da escola, o Diretor Geral da Instrução Pública se encontrava, porém, afetado não só pela política local de cada município, mas, também, pelas rupturas advindas ao seu departamento em consequência das alterações na sede do governo paulista. Segundo Oscar Thompson, a instrução pública paulista nos inícios da década de 1910 necessitava de uma melhor organização do aparelho escolar estatal para poder fazer frente aos desafios vigentes; ele entendia que esse aparelho iria precisar de bons profissionais, mas para performar esses profissionais precisariam ser desinteressados de questões políticas e partidárias. Além disso, era preciso que esses profissionais se sentissem como peças importantes na execução dos seus afazeres educacionais, inspirados apenas no bem-estar do público ao qual serviam. No entanto, ele laborava com número escasso de colaboradores, não podia contar com o apoio das prefeituras e dos pais com relação a educação das crianças, a performance dos professores deixava a desejar, a baixa frequência por parte dos estudantes era ontológica e encontrava suporte nas doenças de caráter endêmico e epidêmico. Ele não previa um futuro glorioso para São Paulo diante dessa realidade (*Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, 1909 -1910).

### 3.2 “Me gritaram negra”<sup>41</sup>

**Imagem 30-** Escola Complementar do Brás, anexa à Escola Normal do Brás.



**Fonte:** Google imagens. Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=Escola+normal+complementar+do+braz&rlz=1C1GCEA\\_enBR907BR907&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwi25ui0u-TuAhUCHrkGHfgUDHoQ\\_AUoAnoECAQQBA&biw=1366&bih=625#imgrc=0oK4Ag7xJ51C7M](https://www.google.com/search?q=Escola+normal+complementar+do+braz&rlz=1C1GCEA_enBR907BR907&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwi25ui0u-TuAhUCHrkGHfgUDHoQ_AUoAnoECAQQBA&biw=1366&bih=625#imgrc=0oK4Ag7xJ51C7M). Acesso: 13.out.2020.

Por vários anos a Vila Economizadora foi o endereço da família Bicudo, num primeiro momento na Rua Leôncio Gurgel n 7, e posteriormente na Rua Economizadora, segundo o arquivo do Primeiro Ginásio da Capital. Com as crianças surge a necessidade de eleger a escola para a qual elas iriam estudar e, neste cenário da Vila Economizadora do pós-abolição, foi que a Virgínia iniciou o seu diálogo com a instrução pública paulistana por meio dos seus agentes, práticas e representações.

Na tabela abaixo procurei descrever o percurso escolar percorrido pela Virgínia entre 1918 a 1930.

---

<sup>41</sup> Título do poema ritmado da compositora e coreógrafa afro-peruana Victória Santa Cruz Gamarra. Este subtítulo tem a intenção de fazer referência à história de Virgínia, quando relata que lhe gritaram como “negrinha” em sua primeira aparição na escola.

**Tabela 1-** Percurso escolar da Virgínia Bicudo.

Ano	Idade	Instituição de Ensino
1918-1921	7-11 anos	Suposição (Grupo Escolar Modelo do Braz).
1922-1925	11-15 anos	Curso
1926-1927	15-17 anos	Escola Normal do Braz.
1928-1930	17-20 anos	Escola Normal da Capital.

**Fonte:** Autor.

Importante ressaltar que a Virgínia a qual estamos apresentando nesta tese é a Virginia do período de 1918 a 1930, aluna da instrução pública paulistana e sob a tutela da sua família. No entanto, os trabalhos de maior envergadura que elegem a Virginia como objeto de estudo estão concentrados na Virgínia enquanto socióloga (GOMES, 2013) e psicanalista (ABRÃO, 2010). Existe um outro trabalho em forma de obituário o *In Memoriam* (2004), constituído em torno de Virgínia Bicudo, Adheleid Koch e Yutaka Kubo que são três dos pioneiros da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Encontramos, ainda, a reedição da dissertação de mestrado da Virgínia com o título *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (MAIO, SANTOS, 1996). Entre esses existem trabalhos menores em forma de artigos, mas abordando de maneira geral os mesmos temas.

Durante a peregrinação da pesquisa, fiz contatos com a sobrinha da Virgínia, a senhora Rosa Lúcia Zing<sup>42</sup>, em busca de documentos na categoria de possíveis manuscritos como cartas, diários, poemas ou algo similar, onde ela tivesse registrado experiências de cunho subjetivo, na expectativa de que por meio da sua escrita de juvenil e adolescente fosse possível projetar alguma luz sobre o cenário da instrução pública paulistana, no que se diz respeito ao trato dispensado aos estudantes negros por meio dos seus agentes, práticas e representações.

---

<sup>42</sup> Rosa Lúcia Zing é sobrinha da Virgínia Bicudo. Foi ela quem cuidou da Virgínia na última fase da sua vida e também quem ficou com os objetos pessoais da Virgínia, os quais, em sua maioria, foram doados para o Arquivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Inclui no meu roteiro de busca a Divisão de Documentação e Pesquisa da História da Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo com o mesmo objetivo, já que lá existe um acervo com objetos pessoais da Virgínia, composto por manuscritos, fotos, correspondências e outros artefatos. No entanto, o acervo não está disponível para consulta e as informações que ali obtive sobre a Virgínia foram intermediadas por Maria Helena Teperman.

A Biblioteca da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo também foi consultada durante a pesquisa, onde fui atendido pela bibliotecária Tatiane R. Klein Borba. O resultado foi idêntico aos contatos anteriores, nada da tão almejada escrita de si produzida pela Virgínia no seu período de estudante vinculada à instrução pública paulistana no período de 1918 a 1930. Uma vez que não encontrei de maneira objetiva o que buscava, procurei rastrear os poucos indícios que a Virgínia foi deixando a respeito dela mesma em algumas das entrevistas que concedeu ao longo da sua militância no que se diz respeito a sua infância e adolescência no contexto escolar paulistano no período pós-abolição de 1918 a 1930. A Virgínia é natural do Bairro da Luz, no entanto a sua presença como aluna do complexo educacional público paulistano é detectado no Bairro do Braz.

Essa informação chega até nós via o Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 20 de dezembro de 1921, que notifica a aprovação da Virgínia para fazer parte do corpo discente da Escola Complementar do Braz, anexa à Escola Normal do Braz, onde foi contemplada com uma vaga para cursar o primeiro ano. E por quais unidades escolares passou a Virgínia nos anos anteriores? Se faz necessário, neste momento, fazemos uma breve análise salientando que a residência da Virgínia era na Vila Economizadora na Rua Leôncio Gurgel nº 7, onde ela passou toda a sua infância e adolescência. A instituição escolar de caráter público, mais próxima da sua residência, era o Grupo Escolar Prudente de Moraes que estava instalado ao lado do Jardim da Luz e do Liceu de Artes e Ofícios na Av. Tiradentes. No entanto, ao visitar o arquivo do Grupo Escolar Prudente de Moraes que se encontra na própria escola, hoje instalada em outro endereço, Praça Fernando Prestes, 197- Bom Retiro, não encontramos nenhum vestígio de que a Virgínia tenha passado por lá. Até porque o Arquivo da escola sofreu dois grandes infortúnios: um na revolução de 1932, quando o prédio escolar serviu de quartel para os pracinhas paulistas e um dos soldados, por acidente, deixou cair uma bomba que incendiou as instalações, afetando o prédio profundamente. Por consequência parte do material de arquivo foi

queimado no incêndio, a ponto da escola passar a funcionar no mesmo prédio do Liceu<sup>43</sup>. Em função do acidente, o prédio escolar precisou ser demolido e a escola só voltou para as suas novas instalações em 1952. Em 2014 a escola voltou a mudar de endereço para as atuais instalações onde outro incidente ocorreu: a caixa d'água transbordou e a sala do arquivo foi novamente afetada, onde outra parte do material de arquivo foi perdida.<sup>44</sup>

Encontramos um único documento do período questionado: o *Livro de Atas de Exames* de 1916 a 1925. Todavia, não encontramos o nome de Virgínia Júlio Bicudo inscrito nele, pois o período da possível estada da Virgínia na Escola Prudente de Moraes, na condição de aluna, do curso preliminar, teria sido 1918 a 1920. Uma outra possibilidade que pode ter sido vivenciada pela Virginia é o de ter sido matriculada numa escola doméstica multisseriada de caráter particular nos arredores da Vila Economizadora. Essa foi a experiência de várias crianças negras, pardas, amarelas, brancas e, talvez, até vermelhas na capital bandeirante no período da Primeira República.

É nesse ambiente escolar que vamos encontrar o garoto negro José Correia Leite, nos primórdios da República Velha na cidade de São Paulo. Uma outra possibilidade com a qual podemos dialogar é de que Virginia tenha sido alfabetizada em casa tendo os pais como alfabetizadores, pois Theophilo possuía características de um autodidata.

Na entrevista que Virgínia concede a Maio (2010) ela fala de ter frequentado uma escola próxima da sua residência por pouco tempo e, segundo ela, isso foi antes de ir para a Escola Modelo Caetano de Campos. Abrão (2010), traça, entretanto, um outro percurso, pois segundo ele a Virgínia teria iniciado a sua trajetória escolar no ano de 1918, quando ingressa no Terceiro Grupo Escolar do Braz, anexo ao prédio da Escola Normal do Braz, operando como Grupo Escolar Modelo para os normalistas (ALCÂNTARA, 2008).

Embora que, em 1918 existe uma variável importante que acometeu a cidade de São Paulo, a mesma foi tomada de assalto pela gripe espanhola, estudantes da capital foram contaminados e vieram a óbito, e os Grupos Escolares entraram em recesso compulsório (ALCÂNTARA, 2008). No entanto, fica a pergunta: Por que a Virgínia não faz menção da sua passagem pelo Terceiro Grupo Escolar do Braz, Escola Complementar e Escola Normal, locais no qual passou a maior parte da sua trajetória escolar, possivelmente de 1918 a 1927? Seria apenas esquecimento? Logo abaixo vamos

---

<sup>43</sup> Liceu de Artes e Ofícios na Av. Tiradentes.

<sup>44</sup> Estas informações me foram fornecidas por Maria Selma, secretária da escola em 2018, durante a pesquisa de campo.

encontrar Virginia sendo noticiada via imprensa oficial como uma das alunas aprovadas para cursar o segundo ano da Escola Complementar do Braz.

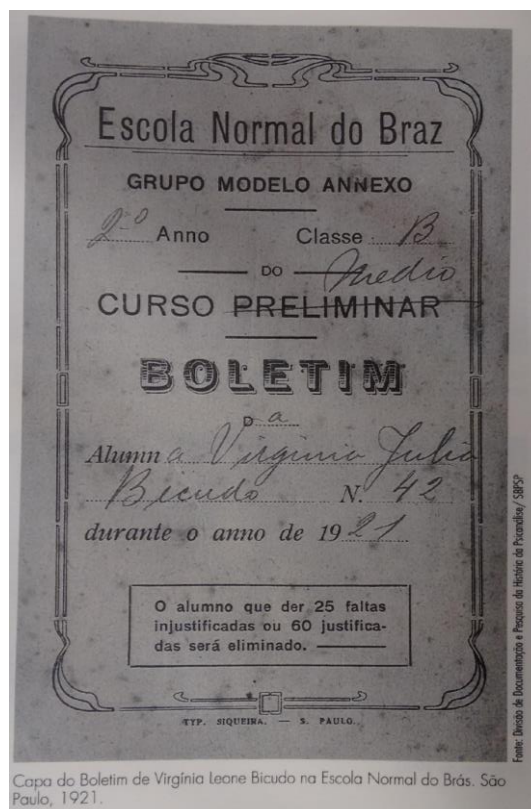
**Imagem 31-** Página do Diário Oficial do Estado de São Paulo, dia 20 de dezembro de 1921. A lista com os nomes das alunas aprovadas para ingressar no primeiro ano da Escola Complementar do Braz, com os nomes da Virgínia Bicudo e da Botyra Camorim em evidência.

Terça-feira, 20		DIÁRIO OFFICIAL		Dezembro 1921 7741	
30	Maria Aparecida Braga Teixeira, simplesmente	337,00			
31	Maria Lydia Brito Comar, simplesmente	334,00			
32	Celastina Engler, simplesmente	326,25			
33	Maria de Lourdes Silva, simplesmente	324,75			
34	Maria Bernardetta Fernandes, simplesmente	317,25			
CURSO					
	Aprovadas	34			
	Reprovadas	32			
	Eliminadas	10			
	Alunas matriculadas	74			
GRUPO MODELO DO BRAZ					
Resultado do concurso para matrícula na Escola Complementar Anos 1 e 2.					
S. de					
Nomes					
Pontos					
1	Caetan Soares, distinção	510			
2	Rilda Fernandes da Silva, distinção	509			
3	Maria José Regina Peres, distinção	508			
4	Maria Andréa, simplesmente	498			
5	Lygia Leticia da Sd., simplesmente	482			
6	Isandra Bernardes, simplesmente	482			
7	Maria da Glória F. Munch, simplesmente	465			
8	Benedicta Antônia, simplesmente	454			
9	Maria da Conceição Souza, simplesmente	452			
10	Françoisa Eugênia Bastos, simplesmente	451			
11	Odessa Di Tolla, simplesmente	450			
12	Angélica Mazzari, simplesmente	450			
13	Anne de Andrade, simplesmente	450			
14	Alcyde Bompato Leal, simplesmente	451			
15	Paula Barreto, simplesmente	450			
16	Inezma Herold, simplesmente	449			
17	Paulina Gualfré, simplesmente	446			
18	Araceli Costa, simplesmente	438			
19	Amora Bon Dato, simplesmente	437			
20	Milena Elviani, simplesmente	436			
21	Estive Cecchi, simplesmente	435			
22	Jaruma Conceição, simplesmente	431			
23	Leocília Gabriel da Silva, simplesmente	428			
24	Necélia Dorneles de Aguiar, simplesmente	420			
25	Olga Faria, simplesmente	410			
26	Antônia Formis, simplesmente	414			
27	Laura Martins Rosa, simplesmente	414			
28	Brasília Fátima Castanho, simplesmente	410			
29	Regina Fátima Mendonça, simplesmente	414			
30	Sarah Sabon, simplesmente	410			
31	Assumpta Manzoni, simplesmente	410			
32	Celeste Gonçalves, simplesmente	410			
33	Botyra Camorim, simplesmente	393			
34	Leocília O. de Castro, simplesmente	392			
35	Olga Leopoldina Oliveira, simplesmente	392			
36	Margarida França Lisboa, simplesmente	392			
37	Alair de Costa, simplesmente	380			
38	Maria Aparecida G. Pinto, simplesmente	380			
39	Dilce Oliveira Almeida, simplesmente	378			
40	Olga Leuzinger, simplesmente	374			
41	Olga Martins, simplesmente	374			
42	Roberta Caschola, simplesmente	374			
43	Adalgiza Chaves, simplesmente	371			
44	Antônia Baratti, simplesmente	366			
45	Cláudia Sampaio, simplesmente	356			
46	Dilma Cláudia, simplesmente	352			
47	Benedicta Luz, simplesmente	346			
48	Maria Nazareth de Moraes, simplesmente	346			
49	Nair de Carvalho Freitas, simplesmente	346			
50	Erédia Valfredo, simplesmente	346			
51	Leonor Galles, simplesmente	346			
52	Virgínia Júlio Bicudo, simplesmente	306			
53	Maria de Lourdes Santos, simplesmente	307			
CURSO COMPLEMENTAR					
	Aprovadas	53			
	Reprovadas	5			
	Total das inscrites	58			
Secretaria da Escola Normal de Des. 16 de Dezembro de 1921. — O secretário, Alvaro de A. M. B. 1-2					

**Fonte:** Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/1921/03/20/Diario-oficial>. Acesso em: 21.jun.2020

Esse Boletim da Virgínia é de 1921, o que atesta a presença dela como aluna no Grupo Escolar do Braz. Nesse mesmo ano, foi aprovado o Decreto n. 3. 356, de 31 de maio de 1921, o qual reduzia o Curso Primário para apenas dois anos e, em seguida, havia o Curso Médio, que era contemplado com os mesmos dois anos, ou seja, a Virgínia estava concluindo o Curso Primário no Grupo Escolar Modelo do Braz naquele ano e prestava a prova para ingressar no Curso Médio do Braz em 1922.

**Imagem 32-** No Boletim o termo Preliminar é rasurado e se acrescenta a palavra Médio.



**Fonte:** Arquivo da Escola Estadual Padre Anchieta.

Virgínia ingressa no primeiro ano do Curso Médio em 1922, porém, algo acontece no percurso, pois ela não deu conta do programa no tempo previsto, e só vem a concluir o curso em 1925. Pressupomos que ela reprovou o primeiro ano em 1922, tornando a fazê-lo em 1923. No ano de 1924 o Livro de Notas atesta que ela reprovou o segundo ano, cursando novamente em 1925. No ano de 1926 ela ingressa no Curso Normal da Escola do Braz e fica até 1927, transferindo-se para a Escola Normal da Praça em 1928, onde conclui o programa que havia passado de três para cinco anos por meio do mesmo decreto 3.858, de 11 de maio de 1925.

Para Paul Ricoeur (2003), o esquecimento é um comportamento de indisponibilidade da memória gerado por conflitos inconscientes que produzem uma dialética entre evitamento, evasão e fuga. Talvez esse esquecimento tenha sido consequência da experiência vivenciada pela Virginia no final dos anos dez, quando ela começou a se deslocar do ambiente doméstico em direção a escola e como decorrência passou a colher as primeiras impressões desse novo cenário.

Eu fui criada fechada em casa, quando eu saí foi para ir a escola e foi quando pela primeira vez, na escola, a criançada começou: “negrinha, negrinha”, Quando eu estava dentro de casa eu nunca tinha ouvido. Então eu levei um susto. Saí de casa para a rua e a criançada que era colega de escola, tal, só batia palmas com: negrinha, negrinha, negrinha. Eu me fechava em casa, voltava para dentro, um susto né? (ROCHA; HAUDENSCHILD, 2004, p.18 e 19).

O convívio social da Virgínia era mínimo enquanto criança e o confinamento familiar no qual estava inserida não lhe permitia estabelecer maiores relações com os vizinhos. No entanto, o cenário escolar lhe proporcionou essa experiência de convívio social, que lhe era escassa, com as diversas classes sociais e étnicas que com ela conviviam no mesmo ambiente. Virginia narra que a receptividade a ela oferecida na escola pelos seus pares, logo nos seus anos iniciais de escolarização, foi algo que a marcou profundamente. Ela não identifica em que escola o fenômeno ocorreu, mas tudo leva a crer que provavelmente foi no Grupo Escolar Modelo, anexo – mas não no mesmo prédio - da Escola Normal do Braz. Nesse ponto da tese será necessário abrir um parêntesis para conhecermos um pouco melhor essa instituição de ensino: o Grupo Escolar Paulista.

Os republicanos, inconformados com a situação do ensino em São Paulo, se voltaram para a Europa e Estados Unidos em busca de inspiração para reorganizar a instrução pública paulista com o advento da República. Em São Paulo, como já foi citado anteriormente, já existiam exemplares concretos de escolas que funcionavam conforme o paradigma educacional estadunidense (HILSDORF, 1986), ou seja, as escolas confessionais de vertente protestante. Não obstante, alguns dos republicanos como Rangel Pestana, Prudente de Moraes e Francisco Glicério, entre outros, haviam estabelecido relações com essas escolas e se encantaram com a filosofia educacional ali vivenciada.

Rangel Pestana era o principal articulador republicano em prol da educação pública e redigiu o seguinte texto no jornal, *A Província de São Paulo*, quando ainda em campanha republicana na segunda metade do século XIX:

[...] Penso desassombrado no futuro da Província de São Paulo todas as vezes que assisto a uma festa no Colégio Internacional em Campinas. Parece que minha alma rasga para si novos horizontes e que dali eu meço o porte respeitável dos homens que hão de suceder aos enfezados políticos do presente. [...] Nessa casa de educação já se estão formando moços que se aproximam do tipo de estudantes norte-americanos, altivos e delicados e enérgicos e respeitadores das leis sociais. (apud, HILSDORF, 1986, p.197)

A proposta educacional republicana tinha como ideal formar homens e mulheres segundo a imagem e semelhança dos estadunidenses que, segundo o articulista, eram desinibidos, vigorosos e sensatos no convívio social, homens alinhados com a modernidade. Rosa Fátima de Souza (1998) entende que ao chegar o apagar das luzes do século XIX, a escola primária já se encontrava com a configuração que conhecemos nos dias de hoje; escolas com várias salas de aulas, em cada sala uma classe e cada classe com o seu docente. Ela cogita que no final do século XIX a classe se metamorfoseou na célula organizativa do ensino primário, entendendo que não só os Estados Unidos, mas a Europa também se encontrava no radar dos republicanos, no que se refere ao quesito educacional. “No Brasil, a escola graduada de ensino primário, compreendendo múltiplas salas de aula, várias classes e alunos e vários professores, aparece pela primeira vez no ensino público, no Estado de São Paulo, na década de 1890” (SOUZA, 1998, p. 38).

Segundo Souza (1998), o estado de São Paulo é o pioneiro no Brasil na introdução do ensino público em formato de escola graduada no início da Primeira República, onde o imóvel é construído intencionalmente e sob medida para ser especificamente um estabelecimento de ensino, com o intento de atender as necessidades dos alunos e professores no processo ensino aprendizagem.

[...] no Estado de São Paulo, a pujança da cultura cafeeira projetava um desenvolvimento econômico que se vinculava à crescente que se vinculava à crescente urbanização. Nesse Estado, os reformadores da instrução pública puderam vislumbrar as escolas graduadas-escolas de novo tipo-como um melhoramento e como um fator de modernização educacional e cultural (SOUZA, 1998, p. 39).

As urdiduras política, econômica e social impeliram as lideranças do estado de São Paulo a procurarem um outro tipo de escola, diferente daquela que vinha do Império. O estado de São Paulo, impulsionado pela lavoura da rubiácea, estava asfixiado no campo educacional e reinventava a escola no cenário brasileiro do pós-abolição no recorte da Primeira República. Para Casemiro Reis Filho (1995), o Grupo Escolar<sup>45</sup> foi a proposta que melhor se ajustou às características da escola primária num cenário de grande concentração demográfica como era a realidade da cidade de São Paulo naquele momento, no entanto faz ressalva a um dos principais efeitos colaterais que foi o grande percentual de repetência na época.

---

<sup>45</sup> Para gerir o Grupo Escolar se fazia necessário a figura do diretor, assistentes, professores titulares e auxiliares e o prédio poderia receber de quatro a dez salas de aulas.

O Terceiro Grupo Escolar do Braz foi criado para atender a grande demanda por matrículas na seção feminina do Primeiro Grupo Escolar do Braz, e a procura pela escola republicana foi iniciada no final do século XIX com o aumento da chegada de imigrantes oriundos da Europa com grande percentual de italianos. Esse fato deslocou o bairro do Braz da configuração de um bairro rural para um dos mais populosos da cidade de São Paulo, com hospedarias para imigrantes, estações ferroviárias e o Gasômetro que se encontrava nas imediações, com um detalhe importante: os italianos estavam por toda a parte agregando valor ao bairro do Braz com a sua cultura e jeito de ser.

E será no Bairro do Braz entre o contingente de alunos da Escola Complementar que iremos encontrar a Virgínia Bicudo interagindo com a sua classe e os demais alunos que frequentavam a mesma escola que ela, e é nesse contexto que a Virgínia diz ter experimentado o preconceito. “Desde criança eu sentia preconceito de cor.[...]” (TOGNOLLI, 1994, p.6)<sup>46</sup>. Virgínia deixa claro na sua narrativa que essa manifestação não foi um ato isolado, mas que ocorreu durante o seu período de estudante, em que desenvolveu o sentimento de rejeição; o sentimento de se sentir abandonada em função de sua cor e por isso, para fazer contraponto a esse abandono por parte dos seus pares, ela passou a se esforçar por obter boas notas, com o intuito de minimizar a rejeição social que a capturou no período em que frequentou as dependências do prédio que acolhia a Escola Normal do Braz, a Escola Complementar do Braz e o Grupo Escolar Modelo. Talvez a rejeição tenha se acirrado após ela sofrer uma reprovação no ano de 1922 e, novamente, em 1924.

---

<sup>46</sup> Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12445&anchor=4862104&origem=busca&originURL=&p d=a1baa0a7b2eefcbee6fa64ff709541>. Acesso: 05.mai.2020.

**Imagem 33-** Caderno de Matrículas da Escola Complementar do Braz, onde se encontra o registro da reprovação da Virgínia em 1924.

5	Geographia geral	5	6	7	7	23	5,75	6	34,50
6	Sciencia Phys. e Naturaes	7	5	6	8	24	6,00	8	48,00
7	Musica	6	5	6	7	25	6,25	5	31,25
8	Desenho	5	5	6	8	24	6,00	5	30,00
9	Gymnastica	7	4	4	8	23	5,75	3	17,25
10	Trabalhos manuaes	10	7	9	6	32	8,00	3	24,00
	Total	6	5	6	7	24	6,00	3	18,00
									300,00
<p>N.º 24 na 2.ª anno B Nome <i>Virgínia Júlia Picudo</i>  Nascida em <i>São Paulo</i> a 21 de novembro 1911. Filha de  <i>Theophilo Júlio Picudo</i> Profissão do pai</p>									
MATERIAS	1.º Sem.		2.º Sem.		Somma	Média	Coefi- cients	Pontos	OBSERVAÇÕES
	Applicação	Exame	Applicação	Exame					
1	Lingua Vern. e Calliph.	6	6	6	5		8	x	<i>Reprovada</i>
2	Latin	6	4	6	4		6	x	
3	Francez	3	5	7	6		6	x	
4	Arith., Algebra e Logicidade	9	6	6	4		8	x	
5	Geographia geral	7	5	6	8		5		
6	Sciencia Phys. e Naturaes	6	6	7	7		5		
7	Musica	5	6	8	6		3		
8	Desenho	6	5	5	7		3		
9	Gymnastica	10	12	9	9		3		
10	Trabalhos manuaes	5	6	5	7		3		
Total									

**Fonte:** Arquivo da Escola Complementar do Braz.

E é possível, ainda, aceitar a possibilidade de que a melhoria das notas da Virgínia também tenha ocorrido após esse mesmo episódio.

**Imagem 34-** Caderno de Matrículas da Escola Complementar do Braz, com a média anual da Virgínia no ano de 1925. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.

1925-

1925 101

N.º 22 no 2.º anno B Nome *Virgínia Julio Bicudo*  
 Nasceu em *São Paulo* a *21* de *Novembro* 1911. Filha de  
*Theophilo Julio Bicudo* Profissão da pae.....

MATERIAS	1.º Sem.		2.º Sem.		Somma Cute	Média	Coefi- ciente	Pontos	OBSERVAÇÕES	
	Aplicação	Exame	Aplicação	Exame						
1 Lingua Vern. e Calliph.	7	9	9	9,1	8					
2 Latim	11	12								
3 Francez	10	12								
4 Arith., Algebra e Logicidade	9	11							<i>media annual - 87</i>	
5 Geographia Geral	7	7								
6 Sciencia Phys. e Naturaes	9	10								
7 Musica	10	12								
8 Desenho	8	8								
9 Gymnastica	12	12								
10 Trabalhos manuaes	6	8								
Total										

N.º 23 no 2.º anno B Nome *Yolanda Aguiar Mello*  
 Nasceu em *São Paulo* a *16* de *Setembro* 1910. Filha de.....

**Fonte:** Arquivo da Escola Complementar do Braz.

Segundo Alcântara (2016), que analisa a trajetória da Botyra Camorim, filha de imigrantes e contemporânea da Virgínia no Colégio Modelo e Escola Complementar do Braz, apenas em quatro, Arouche, Liberdade, Prudente de Moraes e Caetano de Campos, dos trinta Grupos Escolares os filhos dos brasileiros eram a maioria. No 1º Grupo Escolar do Braz, por exemplo, o número de alunos nacionais era de 302 enquanto o de filhos de estrangeiros ultrapassa a marca dos 1.500 alunos. No olhar de Leite (1992), o italiano e o espanhol compunham de maneira significativa a base do proletariado urbano paulistana, mas em sua compreensão o negro e os seus descendentes não recebiam tratamento de reciprocidade desses imigrantes. O preconceito de cor, no ponto de vista de Leite, era um divisor de águas entre eles (LEITE, CUTI, 1992).

Os parágrafos a seguir pertencem ao escritor Antônio Alcântara (2016) que descreve a realidade do vivido no interior do Grupo Escolar da Barra Funda, segundo a

sua percepção. São cenas que não constavam nas páginas da literatura oficial da instrução pública paulistana de teor republicano.

No Grupo Escolar da Barra funda Aristodemo Gugiani aprendeu em três anos a roubar com perfeição no jogo de bolinhas (garantindo o tostão para o sorvete) e ficou sabendo na ponta da língua que o Brasil foi descoberto sem querer e é o país maior, mais belo e mais rico do mundo. O professor Seu Serafim todos os dias ao encerrar as aulas limpava os ouvidos com o canivete (brinde do Chalé da Boa Sorte) e dizia olhando o relógio:

— Antes de nos separarmos, meus jovens discentes, meditemos uns instantes no porvir da nossa idolatrada pátria.

Depois regia o hino nacional. Em seguida o da bandeira. O pessoal entoava os dois engolindo metade das estrofes. Aristodemo era a melhor voz da classe. Berrando puxava o coro. A campainha tocava. E o pessoal desembestava pela Rua Albuquerque Lins vaiando o seu Serafim. (ALCÂNTARA, 2016, p. 30)

A título ilustrativo, e para dar sustentação a cena anterior descrita em um texto literário, trago à tona um vestígio iconográfico de uma classe masculina da Escola Modelo Caetano de Campos, no início do século XX, onde vamos encontrar o professor entre os seus discentes posando para uma foto enquanto um dos seus alunos quebra o protocolo. O aluno, ao adentrar-se no campo das imposições transgredidas (CHARTIER, 2000), é registrado pela lente da máquina fotográfica que testemunha um ato de subversão escolar, cometido de maneira sutil nos primórdios da República no Caetano de Campos.

**Imagem 35-** Classe masculina da Escola Caetano de Campos em 1905. O foco na imagem está no segundo aluno, sentado na primeira fila, da esquerda para a direita. O estudante deliberadamente protege a boca com as mãos.



**Fonte:** VIDAL, 2009. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2865986/mod\\_resource/content/2/No%20interior%20da%20sala%20de%20aula%20cultura%20escolar.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2865986/mod_resource/content/2/No%20interior%20da%20sala%20de%20aula%20cultura%20escolar.pdf). Acesso: 07.nov.2020.

A cidade de São Paulo recebeu um número exorbitante de imigrantes vindos da Itália e, boa parte daquele contingente que não foi prestar serviços nas fazendas ficaram na capital, as suas crias, conseqüentemente, foram matriculadas nos grupos escolares. Esses garotos e garotas falavam português com dificuldade e o custo maior era cantar os hinos pátrios. A escola que era cara aos *bambinos* nacionais se tornava então acessível aos juvenis estrangeiros, sendo a educação um lugar comum da elite. Se percebe a tônica nacionalista exercitada pela escola ao incluir no seu programa a execução dos hinos pátrios numa tentativa deliberada de inculcar na criança do além-mar, afeto pela nova querência (CHARTIER, 1990)<sup>47</sup>. Esses acontecimentos vieram a ocorrer na casa das duas décadas após a primeira reunião dos republicanos, fato histórico que se deu na cidade de Itu.

<sup>47</sup> Chartier (1990) também entende que o texto literário negocia com a realidade.

**Imagem 36** - A Escola Normal da Capital.

**Fonte:** Campos (2016) Disponível em: <https://ieccmemorias.wordpress.com/2016/08/02/da-antiga-escola-normal-da-capital-ate-a-secretaria-da-educacao-122-aniversario-do-predio-da-praca-da-republica/>. Acesso: 05.out.2020.

Virgínia chega à Escola Normal da Capital em 1928 e é possível que essa transferência tenha ocorrido em função da Lei N. 2.269 de 31 de dezembro de 1927. A reforma da instrução pública paulista implantada pelos republicanos não estava impactando o interior do estado de São Paulo, para combater esse cenário entra em operação a Reforma de 1927, com o projeto de redução do programa do Ensino Normal e equiparação das Escolas Normais livres<sup>48</sup> com as Escolas Normais oficiais. A proposta visava ampliar o número de Escolas Normais pelo interior do estado e conseqüentemente formar mais professores para atender a demanda infantil que acometia o estado de São Paulo no final dos anos 20 do século XX (INOUE, 2015).

---

<sup>48</sup> A Escola Normal livre era de cunho municipal e particular, porém conduzidas segundo as orientações do governo, já a oficial era mantida e regida pelo governo estadual.

**Imagem 37-** Anotações sobre a transferência da Virgínia da Escola Normal do Braz para a Escola Normal da Praça e a data de ingresso da mesma na respectiva escola. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.

Nome Virgínia Leone Bizarro  
 Nascida em Capital Estado de São Paulo  
 a 21 de Novembro de 1911, filha de Thopphilo de Bizarro  
 Matriculada n.º \_\_\_\_\_  
 1.º ano em 1926, sob o n.º \_\_\_\_\_  
 2.º ano em 1927, sob o n.º \_\_\_\_\_  
 3.º ano em 1928, sob o n.º HH  
 4.º ano em 1925, sob o n.º J9  
 5.º ano em 19, sob o n.º \_\_\_\_\_  
 Notas do 1.º ano em 1926

MATERIAS	1.º Semestre		2.º Semestre		Soma	Média	Coeficiente	Pontos	OBSERVAÇÕES
	Aplicação	Exame	Aplicação	Exame					
Portuguez e Calligraphia . . . . .									
Francez . . . . .							10		Transferida da Escola Normal do Braz.
Inglez . . . . .							7		
Geographia Geral . . . . .							6		
Arithmetica . . . . .							8		
Desenho . . . . .							8		
Musica . . . . .							4		
Gymnastica . . . . .							4		
TOTAL . . . . .							3		
TOTAL . . . . .									110,00

Notas do 2.º ano em 1927

MATERIAS	1.º Semestre		2.º Semestre		Soma	Média	Coeficiente	Pontos	OBSERVAÇÕES
	Aplicação	Exame	Aplicação	Exame					
Portuguez e Calliphasia . . . . .							8		Transferida da Escola Normal do Braz.
Latim . . . . .							5		
Francez . . . . .							5		
Inglez . . . . .							4		
Geographia da America e do Brasil . . . . .							6		
Algebra . . . . .							6		
Geometria plana . . . . .							6		
Dezenho . . . . .							4		
Musica . . . . .							3		
Gymnastica . . . . .							3		
TOTAL . . . . .							3		
TOTAL . . . . .									120,23

Notas do 3.º ano em 1928

MATERIAS	1.º Semestre		2.º Semestre		Soma	Média	Coeficiente	Pontos	OBSERVAÇÕES
	Aplicação	Exame	Aplicação	Exame					
Portuguez . . . . .	10	9	10	10	39	9,75	8	48,00	
Latim . . . . .	10	9	11	8	38	9,50	5	47,50	
Historia da civilização . . . . .	6	7	11	9	33	8,25	6	49,50	
Geometria e trigonometria rectilinea . . . . .	8	9	11	10	38	9,50	6	47,00	
Physica . . . . .	8	5	9	10	32	8	7	46,00	
Biologia animal e vegetal . . . . .	9	10	10	8	37	9,25	6	45,50	
Desenho . . . . .	6	6	6	5	23	5,75	4	23,00	R. app. de ifoca.
Trabalhos manuaes . . . . .	6	8	5	7	26	6,50	3	19,50	
Musica . . . . .	8	7,5	12	9,5	37	9,25	3	21,75	
Gymnastica . . . . .	9	6	10	10	35	8,75	2	14,50	
TOTAL . . . . .									
TOTAL . . . . .									431,25

**Fonte:** Livro de Matrículas da Escola Normal da Capital. Arquivo do Centro de Referências em Educação Mário Covas.

O curso Normal foi reduzido de cinco para três anos, determinação que causou alguma comoção entre estudantes, docentes, imprensa e parlamentares. Vejamos o que diz uma das contemporâneas da Virgínia a respeito da reforma de 1927: “Em 1927 houve

uma reforma, ficando a Escola Normal da Praça, considerada como Escola Normal Superior da Capital, e a do Braz ficou sendo Escola do Braz. [...]” (apud. ALCÂNTARA, 2008, p. 84).

Enquanto a Escola Normal do Braz e as suas congêneres tiveram os seus programas reduzidos, a Escola Normal da Capital permaneceu com o seu programa intocável, o que impulsionou o ar de superioridade da Escola da Praça no imaginário da comunidade de todo o Estado de São Paulo. Ainda no artigo 3 da Lei de 1927 é concedido aos formandos dos Ginásios, Escolas Normais de cinco anos e aos formandos da Escola Normal da Praça da República preferência para determinados cargos no aparelho escolar estatal.

A professora Leonor Maria Tanuri ( 1979) entende que:

[...] os legisladores de 1927 retrocediam nas metas visadas: não só reduziam o curso normal, mas deixavam de consignar, na lei que reformou o ensino, a criação de um estabelecimento de nível superior para a formação do magistério, preferindo atribuir à Escola Normal da Praça da República, com a mesma organização que então apresentava, o papel e a função de referido estabelecimento de nível superior para a formação do magistério, preferindo atribuir à Escola Normal da Praça da República, com a mesma organização que então apresentava, o papel e a função do referido estabelecimento. ( TANURI, 1979, p.184)

Tanuri (1979) entende que essa prerrogativa não estava explícita na lei, porém a articulação que é efetuada em torno da Escola Normal, no que concerne ao seu programa de ensino, somando-se as prerrogativas que eram concedidas aos seus formandos, ratificou a imagem de Escola Normal Superior. É nesse contexto que Virgínia chega a Escola Normal da Praça em busca de uma formação de melhor qualidade no ano de 1928 para dar continuidade ao programa de cinco anos de formação profissional que ela havia iniciado na Escola do Braz.

**Imagem 38-** Virginia em 1929.



**Fonte:** Moguillansky (2013, p.29).

No entanto, a experiência vivenciada pela Virgínia Bicudo, em âmbito escolar, só virá a ser explicitada por ela mesma no ano de 1945 por meio do seu texto de dissertação de mestrado em sociologia, produzido na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Segundo Jorge Larrosa Bondiá (2002) “[...] a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca.”(BONDIÁ, 2002, p. 21). O sujeito da experiência é aquele que vive o acontecimento na sua subjetividade e, ao vivenciar o acontecido, sofre alterações na sua estrutura com o impacto do fenômeno ocorrido o que, conseqüentemente, irá alterar a sua trajetória e ordem das coisas no ambiente no qual venha a estar inserido. A vivência do racismo, pela menina da Vila Economizadora, transformou a experiência social e individual do preconceito de cor em reflexão intelectual, nomeando-a “questão racial” (MAIO E SANTOS, 1996).

Virgínia registra, no espaço reservado para a introdução da sua dissertação, que tem consciência dos motivos pessoais que a conduziram à realização da análise do contexto social no qual o negro e os seus descendentes estavam inseridos. No entanto, se compromete em não refletir por meio da pesquisa a suas condições pessoais, promessa, essa, que ela não dá conta. Não tenho aqui a pretensão de fazer análise aprofundada da dissertação da Virgínia, mas apenas quero assinalar que o seu ponto de vista, com relação a condição do negro na sociedade de classes, acontece nesse momento. Em outro momento, quando ela é convidada pela UNESCO, na década de 50 do século XIX, para

participar com outros sociólogos de um projeto na cidade de São Paulo, ela vai atuar entre as crianças do meio negro e avança ainda mais no tema que havia dado início no mestrado. Virgínia, posteriormente, em vários momentos fala de conviver na sua infância e juventude com o sofrimento e, segundo a sua compreensão, esse desconforto era ocasionado pelo fato de ter a pele negra e de ser discriminada por isso; o presenciar a obstrução do pai com relação a Faculdade de Medicina foi um fenômeno que lhe causou muita dor naquele período. Mas qual o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) da Virgínia quando ela apresenta o seu ponto de vista, por meio da sua dissertação de mestrado, com relação a qualidade do clima relacional existente entre negros e brancos 57 anos após a abolição da escravização na cidade de São Paulo? Para responder a essa pergunta, vamos precisar fazer uma breve retrospectiva histórica com o objetivo de encaixarmos o lugar de fala da Virgínia com a sua escrita, por meio da sua dissertação.

A quebra da Bolsa de Nova York em 1929, com o resultado da Revolução de 1932, demonstrou aos regentes do Planalto de Piratininga que havia chegado uma nova época para os paulistanos, e o Estado de São Paulo, por meio das suas instituições educacionais de nível superior, constituiu a ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política) em 1933 na cidade de São Paulo, com o objetivo de prover o país com uma nova safra de líderes que viesse a estar em condições de reger o Brasil nas águas turbulentas da era Vargas, e o que mais viesse dali por diante.

A Escola Livre de Sociologia e Política entra em cena sob a influência da Escola de Sociologia de Chicago, que se materializa por meio da atuação do sociólogo Donald Pierson como professor das cadeiras de Sociologia e Antropologia no período de 1940 a 1952. O sociólogo estadunidense defende o ponto de vista de que no Brasil não existe preconceito racial, mas uma certa discriminação de cor que, segundo ele, é condicionada a posição de classe social, mas que no seu entendimento não é uma realidade engessada, não obstante flutuante (JACOBI, 1987).

**Imagem 39-** A quebra da bolsa de valores em Nova York e a queima do café no Brasil da era Vargas.



**Fonte:** Beledeli (2019) Disponível em:

<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2019/10/709138- crise-acaba-com-era-de-ouro-do-cafe-no-brasil.html>. Acesso: 03.ago.2020.

Entendo ser oportuno abrir um parêntesis para fazer a sucinta apresentação da Escola de Chicago. No ano de 1892 foi instituída a Universidade de Chicago, com as cadeiras de sociologia e antropologia constituindo um só departamento que, no início da década de 10, do século XX, já era reconhecido como instrumento indispensável no campo das pesquisas sociológicas em território estadunidense. O termo Escola de Chicago surgiu em 1930 em função das pesquisas que eram efetuadas tendo como base o interacionismo simbólico. E o que vem a ser o interacionismo simbólico? Segundo Mirian Goldenberg: “O interacionismo simbólico destaca a importância do indivíduo como intérprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, desenvolve métodos de pesquisa que priorizam os pontos de vista dos indivíduos [...]” (GOLDENBERG, 2004, p. 27).

A proposta do interacionismo simbólico é o de tentar compreender a simbologia utilizada pelos indivíduos quando estão construindo a sua própria realidade social, pois o pesquisador só vai poder ter acesso a essa realidade social se for capaz de compreender o dialeto imagético do pesquisado. A Escola de Chicago tinha como premissa básica o produzir conhecimento de caráter pragmático, ou seja, um conhecimento versátil de caráter utilitário em condições de fazer frente à demanda de problemas sociais que

brotavam pelas alamedas, vielas, becos e cantos da cidade de Chicago como delinquência, desemprego e relações sociais, entre outros. O embasamento teórico utilizado para fazer frente a essa problemática social era encontrado na fenomenologia sociológica e na etnometodologia.

A fenomenologia traz para o centro das suas atenções o ser humano com suas angústias, preocupações e o porquê do seu comportamento no contexto social onde está inserido. Já a etnometodologia tem como foco a premissa de tentar compreender as atividades do dia a dia desse ser humano simples, contudo inserido numa sociedade complexa. A dialética da Escola de Chicago está em querer compreender a realidade social de dada comunidade por meio dos olhos e dos sentidos daqueles que a vivenciam e, para que essa proposta se concretize, se faz necessário que o pesquisador experimente dessa realidade que se propõe a estudar (COULON,1995). O lugar de fala da Virgínia, naquele momento, já não era a Vila Economizadora, a Escola Normal Complementar do Braz ou a Escola Normal da Praça, mas, sim, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que propunha ao pesquisador que atuasse como observador participante.

**Imagem 40-** Donald Pierson, professor e orientador da Virgínia Bicudo na sua dissertação de mestrado pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.



**Fonte:** Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira. Disponível em: <https://museuafrodigital.ufba.br/donald-pierson-1935-1971>. Acesso: 05.out.2020.

Virgínia era, simultaneamente, pesquisadora e agente social da comunidade a qual estava analisando e com o adendo de uma metodologia de pesquisa que elegeu o ponto de vista do agente com relação à realidade na qual estava inserido como sendo o objeto imprescindível da investigação sociológica. O tema da pesquisa da Virgínia foi *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, onde ela apresentou, por meio de pesquisa de campo, qual a concepção dos negros e os seus mestiços com respeito a realidade na qual estão inseridos no contexto do Estado Novo na cidade de São Paulo.

**Imagem 41-** Virgínia Leone Bicudo enquanto mestranda da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo no início dos anos 40, do século XX.



**Fonte:** Moguillansky (2013).

Virgínia colhe dos seus pesquisados qual a ética prescritiva a eles determinada estrategicamente pelos antigos senhores e população branca no atribulado cotidiano da Paulicéia no pós-abolição. O trabalho de campo foi realizado com 30 pessoas residentes na Bela Vista, Santana, Vila Mariana, Barra Funda e Mooca, as quais tinham condições de enviar os respectivos filhos aos grupos escolares, eles estavam distribuídos em negros e mulatos de classe inferior e intermediária, levando em consideração a condição econômica, profissão e nível de instrução de cada um. Para os fins da pesquisa, Virgínia elegeu como classe inferior o entrevistado que tivesse uma renda de até Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) e no máximo o curso primário, o da classe intermediária que tivesse no mínimo o curso secundário e uma renda acima dos Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros).

Não propomos aqui uma análise aprofundada, mas pontuamos o querer da Virgínia em legitimar por meio do seu trabalho acadêmico o seu olhar à realidade na qual esteve e estava inserida na comunidade de classes. Desse modo, selecionamos apenas dois casos para amostra em função do espaço, lembrando que a Virgínia se enquadra na classe intermediária. No caso de número oito, vamos encontrar um depoente que pertence à classe intermediária e apresenta o seu ponto de vista da seguinte maneira: “[...] Existe preconceito de cor e de classe, sou doente e sei, portanto, onde me dói” (BICUDO, 2010, p. 76). Esse depoente, ao longo da sua fala, expressa seu intenso desejo de ser aceito e tratado com consideração pela comunidade branca, ele entende que para o negro existe a questão não só a questão social, mas, também, a racial. Ao longo da pesquisa, os

entrevistados vão construindo a realidade por eles percebida por meio das narrativas, os negros e mulatos que se encontram na faixa intermediária são os que primeiro tomam consciência da existência da linha de cor, e qual a razão dessa percepção?

Uma vez que essa ínfima camada da comunidade negra com acesso ao convívio com os brancos, tendo acesso à instrução escolar com direito a titulação e cargo de responsabilidade, se encontrava em melhores condições de detectar anomalias no trato social, o negro e o mestiço com o mesmo título e cargo que o branco não recebia trato recíproco e nem usufruía do mesmo nível de aceitação por parte dos brancos, o que, conseqüentemente, gerava o sentimento de inferioridade. No caso do depoente de número 27 o depoente é um rapaz de 23 anos, solteiro, que chega à seguinte conclusão: “[...] quanto mais inteligente, mais se sente e mais se sofre. [...]” (BICUDO, 2010, p. 117).

A consciência da cor causa intenso desconforto nos negros e mulatos ilustrados, os depoentes ao descreverem essa experiência ecoam com intenso incomodo uma amálgama que captura em alguns momentos o sentimento de vergonha da sua origem, sentimento de inferioridade e rejeição. No Estado de São Paulo foi identificado o preconceito de classe social, raça e cor, o preconceito de cor não se intimida diante da classe social, ele se mantém proativo (MAIO, SANTOS, 1996). Vejamos ainda o caso 23, é o de uma moça de 28 anos de idade: “A cor motiva grande complexo de inferioridade: a gente se sente inferior ao branco, feia, diferente e muitas vezes tem vergonha de si mesma. [...] Quando aluna do grupo escolar, eu tinha vergonha de ficar diante da classe, e só hoje eu sei por que [...]” (BICUDO, 2010, p. 110)”. Esse é um dos depoimentos que chegam bem perto do que a Virgínia descreve do que vivenciou enquanto aluna do Grupo Escolar Modelo, Escola Complementar e Curso Normal do Braz. Ela diz que;

[...] para não ser rejeitada, tirava nota boa na escola. Desde muito cedo, desenvolvi aptidões para evitar a rejeição. Você precisa tirar nota boa, ter bom comportamento e boa aplicação, para evitar ser prejudicada e dominada pela expectativa da rejeição, diziam meus pais. Por que essa expectativa? Por causa da cor da pele. Só pode ter sido por isso. Eu não tive na minha experiência outro motivo. Meu pai era preto, minha mãe italiana, branca. (ROCHA; HAUDENSCHILD, 2004, p. 67).

Virgínia enquanto estudante e já na fase adulta experimenta sensações semelhantes às dos seus entrevistados. Ao longo dos depoimentos o que se percebe é que na ordem do discurso (FOUCAULT, 1979), na cidade de São Paulo, o que é reservado ao negro e aos seus mestiços, no contexto dos anos vinte, é o cenário do não lugar. Virgínia se reporta a Escola Normal da Praça como sendo o seu lugar enquanto estudante, dando

a impressão de ter permanecido por lá por um longo período, quando na verdade foi por apenas três anos. E qual será a razão?

Em entrevista dada a Tereza Rocha e Haudenschild (2004), Virgínia contou que ficou muito feliz com a sua ida para a Escola Normal de São Paulo, pois foi lá que pode ter acesso a novas oportunidades de estudo, oportunidades, essas, que estavam reservadas apenas para as moças de classe social mais elevada, lá ela pode se relacionar e progredir enquanto pessoa e profissional. Virgínia, ainda nessa mesma entrevista, disse que só percebe a importância do meio social quando se deslocou da Escola do Braz para a Escola da Praça, é quando ela se vê diante de novas oportunidades. Na Escola Normal da Praça ela disse ter encontrado generosa receptividade e onde fez muitas amizades que perduraram até a sua velhice. Foi no anfiteatro do Jardim da Infância, da Escola Normal da Praça, no ano de 1930, que a Sociedade de Educação de São Paulo<sup>49</sup> promoveu várias conferências sobre psicanálise, e o palestrante foi o médico Durval Marcondes (BICUDO, 1948) que seria, num futuro próximo, professor e aliado da Virgínia no campo da psicanálise, setor, esse, que lhe proporcionou o alívio que ela tanto ansiava na sua infância, adolescência e juventude. O afã da Virgínia na escola modelar paulistana findou no ano de 1930, quando assinou o Livro de Diplomas da Escola Normal da Capital em 2 dezembro de 1930.

---

<sup>49</sup> Era uma entidade cujo propósito era o de cogitar e burilar novas possibilidades no campo das metodologias educativas e organização do universo escolar (NERY, 2009).

**Imagem 42-** Livro de Diploma da Escola Normal da Capital. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.

214

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO

Eu, Monato Faustino Oliveira director da Escola Normal da Capital, á vista das aprovações obtidas por Virgínia  
Leone Bricido nascida em São Paulo  
Est. de São Paulo, 21 de Novembro de 1911  
filha de Theophilo Bricido  
lhe confiro diploma de habilitação para o magisterio publico do Estado de São Paulo.  
São Paulo, 2 de Dezembro de 1933

(Assignados) O Director Monato Faustino Oliveira  
a diplomada Virgínia Leone Bricido

NO VERSO ESTÃO ESCRIPTOS OS SEGUINTES DIZERES:

APROVAÇÕES OBTIDAS PELA DIPLOMADA

1.º anno:	<u>440.00</u>	pontos
2.º anno:	<u>470.93</u>	pontos
3.º anno:	<u>431.75</u>	pontos
4.º anno:	<u>399.86</u>	pontos
5.º anno:	<u>406.45</u>	pontos

Média geral 419.61

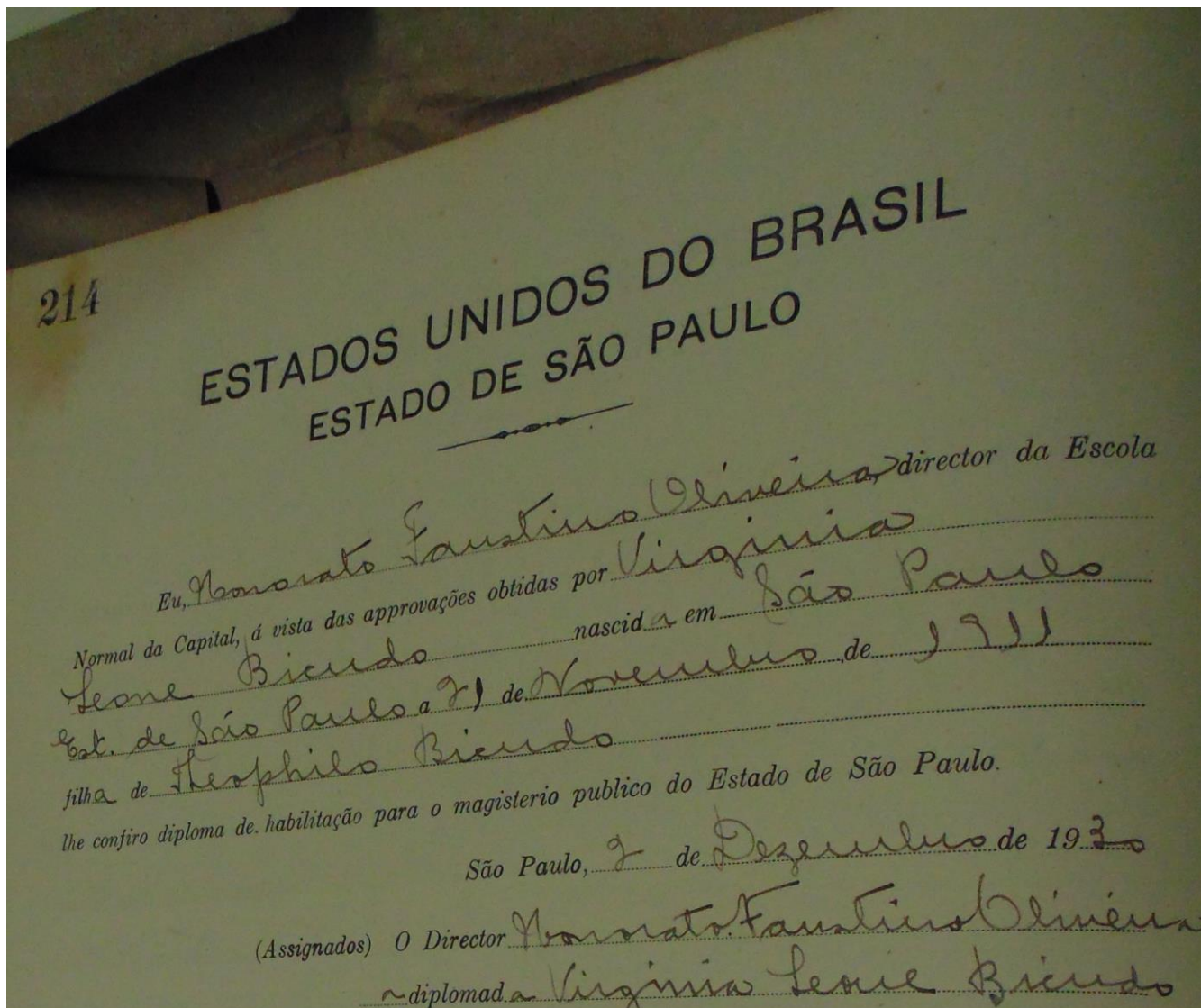
O SECRETARIO  
Cláudio Moraes

Registrado á fls. 19 do livro competente.  
Secretaria da Escola Normal da Capital, 2 de Dezembro de 1933

O SECRETARIO  
Cláudio Moraes

Fonte: Arquivo do Centro de Referências em Educação Mário Covas.

**Imagem 43-** Livro de Diploma da Escola Normal da Capital. A fotografia mostra de perto a data em que Virginia assina o Livro de Diplomas. Documento encontrado e fotografado durante pesquisa de campo.



**Fonte:** Arquivo do Centro de Referências em Educação Mário Covas.

**Imagem 44-** Virgínia Leone Bicudo como formanda da Escola Normal da Praça -1930.



**Fonte:** Gonçalves (2017). Disponível em: <https://theintercept.com/2017/03/08/em-pleno-seculo-xxi-historia-insiste-em-apagar-a-producao-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 01.out.2020.

Essa foto deve ter levado muita alegria para a família Bicudo e, em especial, para o pai da Virgínia, a quem ela sempre se reportou com muito carinho; um homem que acreditava que a emancipação do ser humano acontecia por meio do processo educacional. Através da jornada de Virginia é possível visualizar que ao longo do trajeto percorrido pelos agentes negros em solo paulistano, no recorte da Primeira República, é notória a busca por oportunidades na sociedade de classes, impulsionada com maior intensidade no pós-abolição da escravização humana.

O preconceito de cor era uma realidade na sociedade paulistana, gerava muita dor em suas vítimas e os afrodescendentes ilustrados, togados e bem colocados no mercado de trabalho, também não foram poupados. O grupo de negros letrados esteve em posição de confronto ao patriarcado colonialista também por meio dos seus estudantes que, assim como Virginia, procuraram manter o seu lugar de direito nos bancos escolares da Primeira República.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das reflexões teóricas, documentos e pesquisa de campo, o objetivo de analisar como se deu o processo de inserção do agente negro no ambiente escolar da Primeira República, na Escola Normal de São Paulo, foi alcançado. Com o delineamento da jornada dos ex-normalistas Edmundo Malachias de Almeida Lisboa, Alfredo Machado Pedrosa, Benedito Galvão e Virgínia Leone Bicudo, no período de 1890-1930, foi possível diminuir o silêncio e a invisibilidade em torno da presença desses agentes que galgaram a condição de alunos e docentes na instrução pública paulistana.

Foi no dia 20 de novembro de 2011, dia da consciência negra, que decidi debruçar-me sobre o como se deu a inserção do agente negro na instrução pública paulistana no pós-abolição no período da Primeira República, tendo como ponto de chegada a Escola Normal de São Paulo.

Eu havia sido capturado por esse tema enquanto desenvolvia o meu trabalho de mestrado na UNESP-Campus de Marília-SP, cujo recorte de tempo contemplava o final do século XIX e início do século XX na cidade de São Paulo, onde a questão do negro era de teor recorrente tanto na economia como na política e, também, o quesito escolar. Iniciei os trabalhos de pesquisa me perguntando como se deu o trajeto dos agentes negros que primeiro vestiram a toga da Escola Normal da Capital. Quem eram eles? Onde encontraram o suporte para realizarem essa tarefa de proporções épicas? A busca teve início por meio de documentos primários como boletins, diplomas, certidão de batismo e literatura historiográfica referente ao tema.

Iniciei o trajeto de busca por meio da voz do militante José Correia Leite para chegar aos protagonistas que eu procurava, aqueles que realizaram a trajetória do herói no universo da instrução pública paulistana. E, no diálogo com teóricos, documentos e escrita historiográfica é que fui encontrando os vários agentes negros e brancos, homens e mulheres interagindo com esse contexto de enredos, benfeitores e circunstâncias que conduziam o agente negro para o não lugar (CERTEAU, 1994), que seria a escola constituída pelo aparelho escolar republicano na cidade de São Paulo.

Durante a elaboração da tese fui me identificando com os agentes encontrados e reconhecendo em cada um deles nuances presentes na minha própria subjetividade e histórico. A minha mãe nos fazia falas enquanto crianças e adolescentes semelhantes a que o Theófilo fazia para a Virgínia e seus irmãos. Para meus pais era uma questão de

honra proporcionar a todos os filhos o material escolar no início do ano letivo, mesmo que os cadernos fossem aqueles de brochura com apenas vinte e cinco páginas.

Eu e o meu irmão estudamos juntos até o último ano do Fundamental 1, na mesma classe, portanto dividimos os mesmos livros naquele período, e me lembro como o uniforme escolar era uma indumentária importante para nós, que nos trazia a esperança de que teríamos um futuro diferente daquele presente no qual estávamos inseridos. Assim os meus pais sonharam, assim se deu. Eu e os meus irmãos também fomos beneficiados pela instrução pública paulistana na versão da segunda metade do século XX.

**Imagem 45-** José Veloso dos Santos com três de seus quatro irmãos, durante a primeira infância.



**Fonte:** Arquivo pessoal do pesquisador José Veloso dos Santos

Um exemplo concreto do impacto do fenômeno da instrução escolar é o baiano Luiz Gama que maximizou a sua experiência no cuidado de si com a aquisição das habilidades de leitura e escrita, foi com sensibilidade tática (CERTEAU, 1994) que Luiz Gama arrebatou a liberdade das mãos do seu senhor e tornou-se um paladino a favor dos seus irmãos de cor nos tribunais da cidade de São Paulo na condição de rábula, com escritório funcionando no centro da capital paulista.

É fato que a instrução pública no Estado de São Paulo foi um item bastante explorado no período da propaganda republicana pelos seus divulgadores

(HILSDORF,1986). Entretanto, as reformas que foram executadas, no âmbito educacional, não deram conta de trazer até a escola o elemento negro. Nessa época, o preconceito de raça grassou entre os positivistas via o cientificismo; personagens de peso no cenário nacional como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Cezar Romero foram porta vozes de impacto no quesito inferioridade racial no período da República Velha (SCHWARCZ, 1993) e os novos donos do poder, que eram os fazendeiros paulistas, fecham entre si o pacto imigrantista, onde o europeu caucasiano iria, segundo eles, alavancar o Estado de São Paulo para a modernidade.

Simultaneamente os agentes negros que circulavam na cidade de São Paulo naquele momento estavam sintonizados com o que vinha ocorrendo no campo da economia e da política paulistana e entendem que precisavam abrir caminho para além do lugar comum naquele perimetro, e uma das vias de acesso para a concretização desse objetivo seria por meio da instrução escolar.

As perguntas que formulei logo no início à literatura historiográfica e aos documentos me conduziram a uma estirpe de agentes negros cidadãos, onde vamos encontrar os afrodescendentes Edmundo, Alfredo, Benedito e Virginia, jovens que navegam nas águas turbulentas da capital do café no período da Primeira República e que se empenham na busca da toga normalista. Os quatro têm em comum a prática do cuidado de si, a atuação da família nuclear, ou algo análogo a ela, pois era imprescindível a atuação de uma rede de apoio para providenciar os meios e as devidas condições para que viesse a ocorrer o processo do aprendizado no âmbito escolar.

A descrição de Edmundo Malachias, trazida por Rodrigues (1930) nos leva a intuir que o jovem negro recebia subsídios para se apresentar sempre bem alinhado entre os estudantes da Escola Normal na capital do café isso ainda no período pré-abolição, descreve também o seu espírito bem humorado e a boa receptividade dedicada a ele por parte dos seus pares. Edmundo não só veste a toga da Escola Normal de São Paulo como atua como docente no aparelho da instrução pública paulista, esse fato histórico ocorreu dois anos após a abolição.

A trajetória de Alfredo é marcada pela filantropia a ele dispensada pela proprietária da sua mãe, que lhe providencia liberdade assim que nasce e lhe dá o devido suporte para que ele venha a ter condições de dar conta de si na nova ordem das coisas, tanto em Lorena como na capital do Estado de São Paulo. Alfredo, veste a toga da Escola Normal, atua como professor na capital, participou da liderança da Revista de Ensino,

graduou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e foi professor da normalista Virgínia Bicudo nos últimos anos dela na Escola Normal do Braz.

Quanto a Benedito Galvão, outro agente negro de destaque neste trabalho, foi acolhido pelos republicanos paulistas ainda na sua cidade natal, Itu, e amparado em suas necessidades básicas, inclusive na cidade de São Paulo, até o início da sua vida adulta. Benedito Galvão logo após a sua formatura na Escola Normal Complementar, esteve exercendo o magistério no Grupo Escolar da Bela Vista e também no Grupo Escolar da Liberdade. Nesse segundo, esteve junto com ele trabalhando na mesma escola, o Pedrosa. Iniciando uma breve retrospectiva, é possível notar que em 1901, logo no início da configuração da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, Benedito Galvão atuou como um dos secretários (GOLOMBEK, 2016).

**Imagem 46-** Revista de Ensino, documento que apresenta Benedito Galvão como membro do Conselho Fiscal da Revista.

1224 REVISTA DE ENSINO

**A nossa Associação**

Conforme preceitua um dos artigos dos nossos estatutos, realizou-se a 11 de Janeiro p. passado a assembléa geral desta Associação, accusando a chamada cerca de 170, socios que se fizeram representar pessoalmente ou por seus delegados.

A's 11 horas da manhã, tomando assento a directoria, composta dos professores Fernando Martins B. Junior, Alfredo Bresser da Silveira, Antonio Emilio de Souza Penna, Benedito Galvão, Antonio Peixoto, João Chrysostomo B. dos Reis Junior, Cypriano da Rocha Lima, Gabriel Ortiz e Joaquim Luiz de Brito, respectivamente presidente, vice-presidente, thesoureiro, 1.º secretario, 2.º secretario e membros do conselho fiscal, foi aberta a sessão.

O sr. presidente, installando a assembléa geral, visto estarem presentes mais de um terço de associados, nos termos do art. 56 dos estatutos, annunciou os fins da reunião, que eram: a eleição da directoria que devia presidir aos negocios sociais no novo anno de 1903, e a discussão de outros assumptos.

Dando-se começo á eleição, á qual concorreram todos os socios, ás 4 horas da tarde verificou-se a apuração, que foi a seguinte:

PARA PRESIDENTE	
Fernando M. Bonilha Junior . . . . .	211 votos
Dr. Oscar Thompson . . . . .	5 >
João Lourenço Rodrigues . . . . .	2 >
Emilio Mario de Arantes . . . . .	1 voto
Gabriel Ortiz . . . . .	1 >

PARA VICE-PRESIDENTE	
Alfredo Bresser da Silveira . . . . .	206 votos
René Barreto . . . . .	12 >
Ramon Roca Dordal . . . . .	1 voto
Joaquim Luiz de Brito . . . . .	1 >

REVISTA DE ENSINO 1225

PARA THESOUREIRO	
Luiz Cardoso Franco . . . . .	204 votos
Ramon Roca Dordal . . . . .	14 >
João Baptista de Brito . . . . .	1 voto

PARA 1.º SECRETARIO	
Antonio Peixoto . . . . .	166 votos
Nilo Costa . . . . .	52 >
Gabriel Ortiz . . . . .	1 voto
Ramon Roca Dordal . . . . .	1 >

PARA 2.º SECRETARIO	
Nilo Costa . . . . .	154 votos
Antonio Peixoto . . . . .	48 >
Gabriel Ortiz . . . . .	13 >
Benjamin Reis . . . . .	1 voto
Alfredo Cesar Nascimento . . . . .	1 >

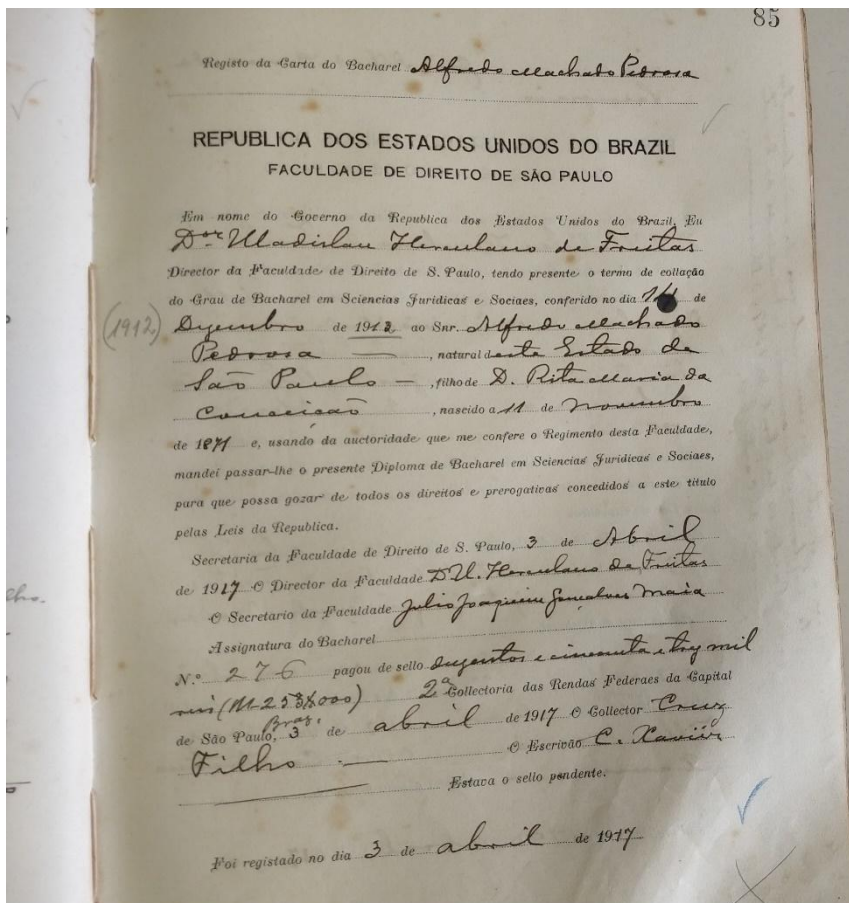
PARA O CONSELHO FISCAL	
João Chrysostomo B. Reis Junior . . . . .	215 votos
Antonio E. Souza Penna . . . . .	213 >
Benedito Galvão . . . . .	162 >
João Baptista de Brito . . . . .	130 >
Leonidas de Toledo Ramos . . . . .	54 >
Domingos Paula e Silva . . . . .	53 >
Antonio Rodrigues Alves Pereira . . . . .	34 >
Lindolpho Francisco de Paula . . . . .	6 >
Ramon Roca Dordal . . . . .	2 >
Alfredo Bresser da Silveira . . . . .	2 >
João F. Pinto e Silva . . . . .	2 >
Benjamin Reis . . . . .	1 voto
René Barreto . . . . .	1 >
José N. Camargo Couto . . . . .	1 >
Justiniano Vianna . . . . .	1 >
Fernando M. Bonilha Junior . . . . .	1 >

**Fonte:** Centro de Referências em Educação Mario Covas.

Já em 1902 Galvão estava assumindo responsabilidade junto ao Conselho Fiscal da Revista de Ensino, além de colaborar com a mesma com alguns artigos no período de 1902 a 1904 (RODRIGUES, 2019). Em 1907 Benedito Galvão concluiu o bacharelado em direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco e em 1912 esteve

trabalhando com os irmãos Alfredo e Ernesto Pujol; no ano seguinte tornou-se sócio dos Pujol, e pouco tempo depois montaram escritório na Rua Direita. Benedito Galvão foi o primeiro, e até agora o único, afrodescendente a presidir a OAB-SP, ele esteve à frente dessa instituição de 1940 a 1941. Esta jornada demonstra como alguns dos agentes negros galgaram degraus na hierarquia da sociedade paulistana ocupando espaços no não lugar.

**Imagem 47-** Documento de conclusão do curso de direito, assinado por Benedito Galvão em 1907.



**Fonte:** Arquivo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Durante a pesquisa, e no delineamento das jornadas de Edmundo Malachias, Benedito Galvão e Alfredo Pedrosa, não foi possível analisar os custos socioemocionais que a militância, por meio da instrução pública paulistana, ofereceu a esses agentes. Benedito Galvão, por exemplo, era considerado um indivíduo reservado e seus registros acadêmicos não transparecem sua subjetividade. As questões subjetivas destes três agentes poderão ser exploradas em trabalhos futuros, à medida que outros pesquisadores abordem o tema da subjetividade de homens negros na instrução pública paulistana.

Por meio da Virginia é que é possível compreender que a titulação acadêmica, capital cultural e capital financeiro não anularam o preconceito de cor, preconceito, esse,

vivido e sentido. No final do século XIX, surge no meio feminino autóctone desconfortante inquietação com o *status quo* estabelecido pelo patriarcado misógino com relação à mulher, condição social que foi estabelecida desde os primórdios da ação colonialista em terras paulistas.

É nesse contexto que vamos encontrar Virgínia Leone Bicudo, filha de um negro ilustrado, funcionário dos Correios e que teve toda a sua formação no melhor projeto educacional conduzido pelo poder público da época. Ela estudou no Grupo Escolar Modelo do Braz, e na Escola Normal do Braz, mas concluiu o trajeto na Escola Normal da Praça.

Virgínia, deixa transparecer nas entrevistas que concedeu posteriormente, na vida adulta, que sofreu preconceito de cor em primeira mão na escola, experiência que lhe marcou por toda a vida. Virgínia também presencia ainda na infância a obstrução pedagógica sofrida pelo seu progenitor no Ginásio da Capital, onde ele é retido intencionalmente por um dos docentes para não poder ter acesso ao curso de medicina. Enquanto Correia Leite (LEITE, CUTI, 1992) descreve o preconceito por ele percebido na infância e juventude fora dos muros da escola, a Virgínia descreve-o enquanto aluna do Grupo Escolar e Escola Normal do Braz.

**Imagem 48-** À esquerda, Virgínia Leone Bicudo na década de 1950, já tendo defendido a dissertação e trabalhando, provavelmente, em uma pesquisa da UNESCO. À direita, Virgínia Leone Bicudo na década de 1980.



**Fonte:** Arquivo Nacional.

O ambiente escolar, ao qual Virgínia se reporta para descrever o preconceito vivido, é o do Braz; foi lá que ela passou a maior parte do tempo enquanto estudante da

escola modelar no projeto educacional paulistano. No entanto, Virgínia, inspirada nos passos de Theophilo entendia que: “[...] poderia traçar outros caminhos, inventar uma vida nova [...]” (EVARISTO, 2007, p.30), e a Escola Normal da Praça, que era o não lugar, foi eleito por ela para ser o seu lugar. Virgínia, assim como o soldado Nestor<sup>50</sup>, entendeu que:

[...] Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo ficara para trás. E perceber que por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser.” (EVARISTO, 2007, p.110)

A condição assumida por cada um dos agentes negros que tiveram foco nesse trabalho foi a de militantes, fosse como profissional liberal, servidor público, operário da indústria, empregado doméstico ou estudante. O contraponto era via de regra não violento, mas tático, e o preço pago por esse segmento do povo negro também foi alto, pois o confronto era “*tête-à-tête*” nas salas de aulas, nos escritórios, consultórios e repartições públicas.

Em condições de desigualdade, tivemos uma amostra do desgaste absorvido por esse grupo no campo socioemocional por meio do trabalho acadêmico produzido pela Virginia, onde ela dá voz aos seus irmãos e irmãs de cor na Paulicéia dos anos quarenta do século XX.

As jornadas de Edmundo Malachias, Alfredo Pedrosa, Benedito Galvão e Virgínia Bicudo foram ressaltadas durante esta pesquisa, porém outras tantas, que ainda são desconhecidas, virão à superfície por meio de novos trabalhos. Este delineamento de jornadas é relevante porque a subjetividade destes agentes negros foi invisibilizada e como exemplo principal dessa conjuntura temos Alfredo, e Benedito Galvão. Nos arquivos escolares, nas aparições desses em jornais não é registrado que estes agentes são homens negros. Durante a pesquisa entrei em contato com a autora Patrícia Golombeck (2016), questionando-a sobre como foi possível, sem registros, descobrir que esses agentes eram negros. Em resposta a autora me compartilhou que foram cinco anos de pesquisa documental no Centro de referências Mário Covas cruzando informações.

Com anotações e cruzamento de dados construí as biografias, portanto não fui a fontes que contavam a história destes magníficos homens,

---

<sup>50</sup> Personagem de Conceição Evaristo do Romance Ponciá Vicêncio (EVARISTO, 2007).

porque como você percebeu, é impossível de se achar. Juro que publiquei o máximo de informação possível, porque idolatro quem estuda e que apesar de todas as adversidades consegue superar as dificuldades e se tornar uma pessoa de bem, consegue mudar o mundo e consegue pra si próprio, se realizar. (GOLOMBEK, 2019).

Neste mesmo e-mail, Golombek indica o Conselho Estadual da Comunidade Negra, porém o contato com este órgão não resultou em mais informações para a tese. Mesmo com essas dificuldades documentais, foi possível delinear algumas facetas da jornada dos atores sociais selecionados neste trabalho, dando maior visibilidade a subjetividade e a militância do agente negro na instrução pública paulistana no período de 1890 a 1930.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRÃO, J.L.F. **Virginia Bicudo: A trajetória de uma psicanalista brasileira**. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2010.

ALMEIDA, J. C. F. de. **Entre engenhos e canaviais: Senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença. 1970.

ALCÂNTARA M., A. **Brás, bexiga e barra funda**. Editora Nova Alexandria, 2016.

ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988**. Edusc, 1998.

ANNUARIO do **Ensino do Estado de São Paulo**: Inspeção Geral da Instrução Pública. 1909-1910, 1917, 1918, 1920-1921.

ARAÚJO, M. L. P. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4ª edição. São Paulo, Edipro Edições Profissionais, 2014.

ARQUIVO Histórico Municipal. Disponível em:

<http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-logra.htm>. Acesso em: 28.dez.2020.

ARRUDA, P.F. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil;1889-1930**. 1.ed. São Paulo; Expressão Popular,2012.

AZEVEDO, C.M.M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, E. **Entre escravos e doutores: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. 1997. 213f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279449>. Acesso em: 22 jul. 2019.

AZEVEDO, T. **As Elites de cor**. São Paulo: Nacional, 1955.

BARBOSA, J. C. **Negro não Entra na Igreja: espia da banda de fora: Protestantismo e escravidão no Brasil Império**. Editora UNIMEP, 2002.

BARRETO, R. Uma pensadora brasileira. Revista **Cult**, 3 julho 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 5.ago.2019.

BARROS, S. A. P. Dissertação: **Negrinhos que por aí andado: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001439878>. Acesso: 03.jan.2021.

BARROS, S. A. P.. Tese: **Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)**, 2017. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis///48/48134/tde-13062017-113159/pt-br.php>. Acesso:05.jan.2021.

BELEDELI, M. Crise acaba com era de ouro do café no Brasil. **In: Jornal do Comércio**. O jornal de economia e negócios do RS, 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2019/10/709138-crise-acaba-com-era-de-ouro-do-cafe-no-brasil.html>. Acesso: 03.ago.2020.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

BLACK, E. A guerra contra os fracos. São Paulo: **A Girafa**, 2003.

BICUDO, V. L.; MAIO, M. C. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Editora Sociologia e Política, 2010.

BINZER, I. **Os meus romanos; alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 6ª ed.-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo" científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, n. 12, p. 153-165, 1996.

BOURDIEU.P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**. Nº62. Volume XXX. Abril-Junho, 1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 04.mai.2020.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo Fundação Editora da UNESP (FEU),1999.

CAMPOI, I. C. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, Franca , v. 30, n. 2, p. 196-213, Dec. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742011000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18.fev.2021.

CAMPOS, C. **Da antiga Escola Normal da Capital até a Secretaria da Educação: 122º aniversário do prédio da Praça da República**. 2016. Disponível em: <https://ieccmemorias.wordpress.com/2016/08/02/da-antiga-escola-normal-da-capital-ate-a-secretaria-da-educacao-122-aniversario-do-predio-da-praca-da-republica/>. Acesso: 05.out.2020.

CAMPOS, C. . **Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870 1893**. 2007. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMORIM, B. **Uma Vida no Magistério**. Saraiva, São Paulo, 1962.

CARDOSO, P. J. F. **A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915 – 1931)**. Dissertação em Mestrado de História pela PUC – SP, 1993.

CARVALHO, G. L. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022010-145521/pt-br.php>. Acesso em: 05.mai.2020.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, n. 2, 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso: 03.jun.2020.

CARVALHO, M.M.C. **A Escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, M. M. C; HANSEN, J.A. Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, na 16, Set 1996, p.7-24.

Disponível em:

[https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279297356fb098e481d1db/1462211226332/01\\_Carvalho+e+Hansen.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279297356fb098e481d1db/1462211226332/01_Carvalho+e+Hansen.pdf). Acesso em: 04.mai.2020.

CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CATANI, D. B. Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino, da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918). **Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação**, CDAPH, 2003.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2.ed.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.

CHARTIER, R. **A História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. Literatura e história. **In: Topoi** (Rio de Janeiro), v. 1, n. 1, p. 197-216, 2000.

COSTA, E.V. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1982.

COULON, A. **A Escola de Chicago: Introdução e Origens**. Papirus Editora, Campinas. 1995.

DARWIN, C. **Origem das espécies: através da selecção natural ou a Preservação das raças favorecidas Na Luta pela sobrevivência**. 2009. Disponível em [http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/2009\\_OriginPortuguese\\_F2062.7.pdf](http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/2009_OriginPortuguese_F2062.7.pdf). Acesso em: 04.ago.2019.

DELEUZE, G; GUATARI, F. Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. **In: Mana. Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 34, 1995. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000200008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200008). Acesso em: 12.jun.2020.

DEMARTINI, Z. B. F. Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos. **Cadernos Ceru**, v. 21, n. 2, p. 49-75, 2010.

DOMINGUES, P. **Uma História não contada**: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930). 2001. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DURIGUETTO, M. L. A Questão dos intelectuais em Gramsci. São Paulo, **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2014, n.118, pp.265-293. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-66282014000200004&lng=pt&nrm=is&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282014000200004&lng=pt&nrm=is&tlng=pt). Acesso em: 12.jan.2020.

DURKHEIM, É. **Solidariedade mecânica e orgânica**. 1989. Disponível em: <http://193.137.9.148/handle/1822.1/44>. Acessado em: 18.fev.2021.

DWORKIN, Ronald. O que é uma vida boa?. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 2, p. 607-616, 2011.

ESPIG, M. J. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 24, n. 2, p. 269-289, 1998. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27266>. Acessado em 16.fev.2021.

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. Host Publications, Inc., 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas** (R. da Silveira, trad.). Salvador, BA: **EDUFBA**. (Trabalho original publicado em 1952), 2008.

FERNANDES, F. **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: EDUSP, 1978. v.2.

FERREIRA, L. F. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Teresa**, n. 8-9, p. 300-321, 2008.

FILHO, C.R. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

FILHO, M., E. **Auguste Comte**: sociologia. Rio de Janeiro: Ática, 1983. p.31.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**/Michel Foucault: edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros: tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006. - (Tópicos).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.  
Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault\\_vigiar\\_punir.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf). Acesso 04.mar.2020.

FREIRE, G. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**/Gilberto Freire; apresentação de Fernando Henrique Cardoso.–51ª ed. Ver. **São Paulo: Global editora**, 2006.

FREIRE, P. Papel da educação na humanização. **Revista Paz e Terra**. São Paulo, n. 9, p. 123-132, out. 1969. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/Freire,%20Paulo%201969%20Papel%20da%20educacao%20na%20humanizacao.pdf>. Acesso em: 15.fev.2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Furtado,%20Celso/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 04.mai.2020.

GALTON, Francis. **Hereditary genius**. D. Appleton, 1869.

GINZBURG, C.; PONI, C. O Nome e o como. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **Micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1989.

GOBINEAU, J.-A. de. **Essai sur l'inégalité des races humaines: (1853-1855)**. Paris: Éditions Pierre Belfond, 1967. v.1-4. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=essai%20sur%20l%27in%C3%A9galit%C3%A9%20des%20races%20humaines&source=web&cd=3&ved=0CG0QFjAC&url=http%3A%2F%2Fclassiques.uqac.ca%2Fclassiques%2Fgobineau%2Fessai\\_inegalite\\_races%2Fessai\\_inegalite\\_races\\_1.doc&ei=dGeqT4SXOKHc0QGBhKmqBQ&usq=AFQjCNF71BM-dy\\_pO0FWJTU9rBJH5AY1Zw&cad=rja](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=essai%20sur%20l%27in%C3%A9galit%C3%A9%20des%20races%20humaines&source=web&cd=3&ved=0CG0QFjAC&url=http%3A%2F%2Fclassiques.uqac.ca%2Fclassiques%2Fgobineau%2Fessai_inegalite_races%2Fessai_inegalite_races_1.doc&ei=dGeqT4SXOKHc0QGBhKmqBQ&usq=AFQjCNF71BM-dy_pO0FWJTU9rBJH5AY1Zw&cad=rja). Acesso em 04.mai.2020.

GODOY, A. J. H.A. O PRP e a política regional paulista na I República. **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**. Asociación Latinoamericana de Ciência Política, Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-036/82.pdf>. Acesso em 15.mar.2020.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLOMBEK, P. **Caetano de Campos a escola que mudou o Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2016.

GOLOMBEK, P. **Re: Caetano de Campos: A Escola que mudou o Brasil ..** Mensagem recebida por <patriciagolombek@me.com > em dez. de 2019. Disponível em: <https://outlook.live.com/mail/0/search/id/AQMkADAwATZiZmYAZC05NjJkLWJhNWEtMDACLTAwCgBGAAADPBgTvGHjwkSRH4tFrSsDcwcANZDpDbqtdk6KqHJd9IswIwAAAagEMAAAANZDpDbqtdk6KqHJd9IswIwADKcQ%2FwAAAAA%3D%3D>. Acesso em: 03.dez.2019.

GOMES, J. D. **Os segredos de Virginia: Estudos de Atitudes Raciais em São Paulo (1945 -1955)**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, FFLCH, USP. São Paulo, 2013.

GONÇALVES, A. M. Em pleno século xxi, “história” insiste em apagar a produção das mulheres negras. **In: Intercept Brasil**, 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/03/08/em-pleno-seculo-xxi-historia-insiste-em-apagar-a-producao-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 01.out.2020.

GONÇALVES, L.A.O.; SILVA, P.B.G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.15, p.134-158, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso em: 2. abr. 2019.

GONZALEZ, L. A democracia racial: uma militância. **In: Arte e Ensaios**, n. 38, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/27925/15208>. Acesso:01.set.2020.

GUIMARÃES, L. B. M. (1977). Luz. São Paulo: **Departamento do Patrimônio Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo** (Coleção História dos Bairros de São Paulo).

HILSDORF, M.L.S. **Francisco Rangel Pestana**: jornalista, político, educador. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

HILSDORF, M.L.S. **História da educação brasileira: leituras**. Thomson: São Paulo, 2003.

INOUE, L. M. **Entre livres e oficiais**: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933)/ Leila Maria Inoue – Marília, 2015 156 f.; 30cm.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **In: BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 18-34, 1º semestre 1987.

JUSBRASIL. Página da Diário Oficial do DOSP de 20/03/1921. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/1921/03/20/Diario-oficial>. Acesso em: 21.jun.2020.

KARAWEJCZYK, M. As suffragettes e a luta pelo voto feminino. **História**, 2013.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2008.

KOWARICK, L. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Tempo Social**, v. 25, n. 2, p. 49-77, 2013.

LEITE, J.C.; CUTI (org) **...E disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LEVI, G. Sobre a micro-história. **In: BURKE, P. (Org.). A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed.UNESP,1992. p.133-161.

LIGABO, L. **Re: Alfredo Machado Pedrosa**. Mensagem recebida por [orcplorena@uol.com.br](mailto:orcplorena@uol.com.br) em nov. de 2019. Disponível em: <https://outlook.live.com/mail/0/search/id/AQMkADAwATZiZmYAZC05NjJkLWJhNWEtMDACLTAwCgBGAAADPBgTvGHjwkSRH4tFrSsDcwcANZDpDbqtdk6KqHJd9IswIwAAAEMAAAANZDpDbqtdk6KqHJd9IswIwADXXW9MtwAAAA%3D%3D>. Acesso em: 05.nov.2019.

LINS, I. História do positivismo no Brasil. Rio de Janeiro. **Brasiliana**, 1964.

LOMBROSO, C. O homem delinquente. São Paulo: **Ícone**, v. 80, 1876.

MAIO, M. C. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 309-355, 2010.

MAIO, M. C., SANTOS, R. V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz /CCBB,1996.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARÇOLA, F. H. P. Memórias da República e da Educação: Cesário Motta Junior e a Conveção de Itu/SP (1873). **In: X JORNADA DA HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL (HISTED BR) – História da Educação: Intelectuais, Memória e Política**. Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2011.

MARINHO, M.G; MOTA, A. (org), **Medicina, Saúde e História: Textos Escolhidos & Outros**, CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014. Disponível em: [https://www.fm.usp.br/museu/conteudo/museu\\_132\\_volume\\_6.pdf](https://www.fm.usp.br/museu/conteudo/museu_132_volume_6.pdf). Acesso: 05.jul.2020.

MENDES, F. L. R. Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 1, p. 301-357, 2017.

MENDONÇA, A.G. O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. Edusp, 2008.

MENESES, M. F. **Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MOGUILLANSKY, R. A transmissão da psicanálise e a prática analítica atual. **Jornal de Psicanálise**, v. 46, n. 85, p. 27-34, 2013.

MONARCHA, C. **Escola normal da praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.

MORETZSOHN, M. A. G. Uma história brasileira. **Jornal de Psicanálise**, v. 46, n. 85, p. 209-229, 2013.

MOURA, C. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Oficina de livros, 1990.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. Editora Ática, 1989.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Editora Ática, 1987.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto**, 1988.

MÜLLER, M.L.R. **A Cor da escola – imagens da primeira república**. Cuiabá: Entrelinhas; EDUFMT, 2008a.

MÜLLER, M.L.R. **Educadores & alunos negros na Primeira República**. Brasília, DF: Ludens; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008b.

MÜLLER, M.L.R. Professores negros na primeira república. **In: GT: Afro-brasileiros e Educação / n.21, 2020, Disponível**

em:

[http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalhos\\_encomendados/GT21/GT21\\_Lucia\\_Muller.pdf](http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalhos_encomendados/GT21/GT21_Lucia_Muller.pdf). Acesso em: 18 mar. 2012.

MUSEU **Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira**. Disponível em: <https://museuafrodigital.ufba.br/donald-pierson-1935-1971>. Acesso: 05.out.2020.

NABUCO, J. **O abolicionismo. Brasília: Senado Federal, 2003**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1078/667747.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 06.fev.2020.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, M. et al. **Nina Rodrigues: as relações entre mestiçagem e eugenia na formação do povo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

NERY, A. C. B. Embates no campo educacional: a sociedade de educação de São Paulo (1922-1931). **Reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação**, v. 24, 2001.

NERY, A. C. B. **Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923)**. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Livre-Docência)– Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

PEREIRA, J.G. **Os Negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos homens de cor de Campinas -1896 a 1914**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REZENDE, M. J. Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim e o evolucionismo sociológico. **Cadernos CERU**, v. 14, p. 257-280, 2003.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2017.

RICOEUR, P. Memória, história, esquecimento. Palestra proferida em 8 de março de 2003. **Budapeste, sob o título “Memory, history, oblivion”, no evento intitulado Haunting Memories**.

ROCHA, C. M. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas: Campinas, século XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 175-192, 2006.

ROCHA, C. M. et al. **Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX**. Editora Unicamp, 2004.

ROCHA, T.; LEITE H.. Modernismo, mulher e psicanálise. **SBPS-In Memoriam-Virgínia Leone Bicudo (1910-2003); Yutaka Kubo (1917-2003); Adelheid Lucy Koch (1896-1980) (2004): 63-73**.

RODRIGUES, K.S.S. **O infiltrado: Benedicto Galvão – a trajetória escolar e profissional de um aluno negro (1881-1943)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos. SP, 2019.

RODRIGUES, L. **Um retrospecto; alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo**. Instituto D. Anna Rosa, São Paulo, 1930.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

SANTANA, N.; SANTOS, R. A. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. **Revista de Estudos Sociais**, n. 58, p. 28-38, 2016.

SANTOS, C, A, P. Breve história da leitura no Brasil: os livros, as tensões e os saberes na colônia (séc. XVIII). **In: Associação de Leitura do Brasil**. 2008. Disponível em: [http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE\\_1267.pdf](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_1267.pdf). Acesso em: 18.jan.2019.

SANTOS, E. A. E. **Luiz Gama um intelectual diaspórico: intelectualidade, relações étnicas raciais e produção cultural na modernidade paulistana (1830-1882)**. 2014, Doutorado em História Social. PUC. São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12825> . Acesso em: 10.mar.2020.

SANTOS, G.A. **A invenção de “ser negro” um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ /Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SANTOS, J. V. **As contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890-1910)**. 2011. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96317>. Acesso: 13.jan.2019.

SANTOS, P. S. A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. **Histórica. Revista do Arquivo Público de São Paulo**, São Paulo, n. 14, 2006.

SANTOS, R. H. V. Vilas operárias como patrimônio industrial. como preservá-las?. **Portal do IPHAN**, v. 1, p. 1-18, 2012.

SCHIAVON, T. EntreVilas. Um traçado imaginário pelas vilas operárias de São Paulo. **arq. urb**, n. 24, p. 94-125, 2019.

SCHWARCZ, L.M. **Lima Barreto: triste visionário** .1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Revista Educação e Realidade**, 1989.

SILVA, F.A. **História do Brasil: colônia, império, república**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, J. C. G. **Os sub urbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo 1900-1930, cotidiano, lazer e cidadania**. 1990. 195 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1990. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281637>. Acesso em: 13.jul.2018.

SILVA, J. M. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, M. R. B. da. O ensino médico em debate: São Paulo-1890 a 1930. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 9, p. 139-159, 2002.

SPENCER, H. **Social Statics: or, The Conditions essential to Happiness specified, and the First of them Developed**, London: John Chapman, 1851.

SOUZA, R.F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TANURI, L.M. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)**. Editora Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1979.

TEPERMAN, M. H. I.; KNOPF, S. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. **Jornal de Psicanálise**, v. 44, n. 80, p. 65-77, 2011.

TOGNOLLI, 1994, **Jornal Folha de São Paulo**, p.6 Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12445&anchor=4862104&origem=busca&originURL=&pd=a1baa0a7b2eefcbee6fa64ff709541>. Acesso: 05.mai.2020.

TOLEDO, R.P. **A capital da solidão: Uma história de São Paulo das origens a 1900**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

VAINFAS, R. **Os Protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

VASCONCELOS, Y. L.; DE MIRANDA, K. J. Jusnaturalismo e Juspositivismo: Objetos e Orientações Doutrinárias. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 14, n. 2, 2013.

VERÍSSIMO, J. **A educação nacional**. Porto Alegre. Livraria F. Alves, 1985.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **In: Currículos sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2865986/mod\\_resource/content/2/No%20interior%20da%20sala%20de%20aula%20cultura%20escolar.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2865986/mod_resource/content/2/No%20interior%20da%20sala%20de%20aula%20cultura%20escolar.pdf). Acesso: 07.nov.2020.

VILLAÇA, P. I. C. **Terra e Poder no Sertão Paulista: Dominação de Classe e Conflito de Terras no Pontal do Paranapanema (Autos da Comarca de Presidente Prudente – 1890/1940)**. **In: Anpuh: Associação Nacional de História**. 2010. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

VITA, L. W. Alberto Sales: ideólogo da república. **In: Brasiliana**, Rio de Janeiro, 1989.